

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



# VII FÓRUM DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INCLUSIVA

ANAIS - 2018

EDITORA



Alessandra do Carmo Fonseca  
– Organizadora –

# VII Fórum de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva



**Anais - 2018**

Brasília  
Editora IFB  
2019

# INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

## REITORA

Luciana M. Massukado

## PRÓ-REITORA DE ENSINO

Yvonete Bazbuz da Silva Santos

## PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA

Paulo Henri que Sales Wanderley

## PRÓ-REITORA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Giovanna Tedesco

## PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Rodrigo Maia Dias Ledo

## PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

José Anderson de Freitas Silva

## COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Mariana Carolina Barbosa Rego

## PRODUÇÃO EXECUTIVA

Sandra Maria Branchine

## CONSELHO EDITORIAL

Ana Paula Caetano Jacques

Francisco Das Chagas Roque Machado

Girlane Maria Ferreira Florindo

Guilherme João Cenci

Jocênio Marquios Epaminondas

Josué de Sousa Mendes

Juliana Rocha de Faria Silva

Juliana Estanislau de Ataíde Mantovani

Larissa Dantas de Oliveira

Maurilio Tiradentes Dutra

Nívia Aniele Oliveira

Raquel Lage Tuma

Tatiane Alves de Melo

## COMISSÃO ORGANIZADORA DO VII FÓRUM EPTI

Alessandra do Carmo Fonseca

Adriana do Socorro Tavares Silva

Jaspion Leone Rocha

Girlane Maria Ferreira Florindo

Neide Maria Resende Romeiro Macedo

Paulo Henrique Sales Wanderley

Rosenir Martins Nunes Chaves

Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos

Yvonete Bazbuz da Silva Santos

Vanessa de Deus Mendonça

## ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Alessandra do Carmo Fonseca

Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos

Adriana do Socorro Tavares Silva

## COMITÊ CIENTÍFICO

Alessandra do Carmo Fonseca

Alliny Matos Ferraz Andrade

Ana Paula Beserra de Sousa

André Godim do Rego

Claudia Luíza Marques

Ericler Oliveira Gutierrez Ouedraogo

Fani Costa Abreu

Fátima Bandeira Hartwig

Francisca Raquel da Costa

Glauco Vaz Feijó

Graciela Sandra Raposo Mandu

Jacqueline Domiense Almeida de Souza

Jaspion Leone Rocha

Jefferson Sampaio de Moura

Jocênio Marquios Epaminondas

Joseane Rosa Santos Rezende

Juliana Harumi Chinatti Yamanaka

Larissa Fernanda dos Santos Oliveira

Laysse Noletto Balbino Teixeira

Leandro Soares Torres

Mara Rubia Rodrigues Martins

Marcela Bárbara Velasco

Marcia Adriana de Faria Ribeiro

Márcia Rafaella Graciliano dos Santos

Viana

Margot Latt Marinho

Maria do Rosário Cordeiro Rocha

Marina Morena Gomes de Araújo

Mateus Gianni Fonseca

Rafael Machado de Souza

Renato Mendes Gomes

Rosenir Martins Nunes Chaves

Soraya Cortizo Quintanilha do

Nascimento

Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos

Tatiane Alves de Melo

Valdirene Santos Rocha de Sousa

Vanessa de Assis Araújo

Yvonete Bazbuz da Silva Santos

Zora Yonara Torres Costa

## REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Guilherme João Cenci

## DIAGRAMAÇÃO

Bruno Maciel

## PROJETO GRÁFICO E CAPA

Matheus Matos

159

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.  
Anais do VII Fórum de educação profissional e tecnológica  
inclusiva [recurso eletrônico] / Alessandra do Carmo Fonseca (Org.).  
– Brasília: IFB, 2018.  
163 f. : il. color.

ISBN 978-85-64124-63-9

1. Ensino Profissional. 2. Ensino técnico. 3. Educação inclusiva.  
I. Fonseca, Alessandra do Carmo, org. II. Título.

CDU: 376/377



EDITORA



© 2018 Editora IFB  
A exatidão das informações, as opiniões e os conceitos emitidos  
nos capítulos são de exclusiva responsabilidade dos autores.  
Todos os direitos desta edição são reservados à Editora IFB.  
É permitida a publicação parcial ou total desta obra, desde que  
citada a fonte. É proibida a venda desta publicação.

Reitoria – SGAN Quadra 610,  
módulos D, E, F, G  
CEP: 70860-100 Brasília-DF  
www.ifb.edu.br  
Fone: +55 (61) 2103-2108  
editora@ifb.edu.br

# SUMÁRIO

Apresentação .....	7
--------------------	---

## Eixo 1

### EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS

Bonecas abayomis: força e resistência negra presentes no INAFRO – IFTO .....	9
--	---

## Eixo 2

### EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

A concepção interacionista no processo de desenvolvimento e de aprendizagem dos sujeitos surdos .....	13
A formação de pedagogos na área da educação especial/inclusiva nos Institutos Federais da região Centro-Oeste .....	17
A importância da linguagem no processo de inclusão de alunos com deficiência na educação profissional, no Instituto Federal de Goiás .....	21
A percepção dos servidores sobre a inclusão escolar no IFES: formação continuada em serviço .....	26
Depressão na escola: como os profissionais da educação de uma escola pública do Distrito Federal lidam com o transtorno apresentado por estudantes do ensino médio .....	30
É de todos: articulação interdisciplinar no atendimento ao aluno com necessidades específicas .....	35
<i>E-commerce</i> para auxiliar celíacos na compra de produtos isentos de glúten .....	39
Educação ambiental inclusiva: horta sensorial com alunos deficientes visuais do Centro de Apoio Pedagógico Especializado do Recife – CAPE/PE .....	44
Ferramentas robóticas para auxílio no tratamento e socialização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) .....	48
Formação docente para o trabalho com alunos com autismo: revisão de literatura .....	52
Inclusão dos deficientes no Ensino Técnico de Nível Médio do IFRN, <i>Campus Caicó</i> : educação, direitos e cidadania .....	57
Inclusão escolar e formação integral da pessoa com Transtorno do Espectro Autista: caminhos possíveis .....	61

Matemática e estudantes surdos no ensino superior: inclusão por meio de recursos visuais .....	<b>66</b>
Oficina de vídeo acessível para a promoção da inclusão .....	<b>70</b>
Práticas educativas inclusivas em espaço não formal de ensino da APAE-Anápolis: a formação inicial para o trabalho .....	<b>74</b>
Protótipo de cadeira de roda elétrica com arduino .....	<b>79</b>
Softwares leitores de tela: tecnologia assistiva no processo de aprendizagem da pessoa com deficiência visual .....	<b>84</b>
Tesouros da narrativa: um baú literário na APAE .....	<b>89</b>
Um estudo de caso no <i>Campus</i> Rio Pomba: a inclusão de estudantes surdos no ensino superior .....	<b>93</b>
Variação linguística dos sinais <i>pai</i> e <i>mãe</i> no Brasil .....	<b>97</b>

## Eixo 3

### EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DIVERSIDADE

O projeto <i>Recepção Cidadã</i> : acolhida de estudantes ingressantes do IFTM, <i>Campus</i> Uberlândia .....	<b>102</b>
Programa de Inclusão Digital e Promoção Social da Terceira Idade: um relato de experiência exitosa .....	<b>106</b>
QLibras: aprendizagem de libras auxiliada por computador .....	<b>111</b>
Transversais e cidadania: um levantamento de dados sobre a promoção de uma visão plural entre os jovens cidadãos .....	<b>115</b>

## Eixo 4

### EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DIREITOS HUMANOS

A luta por uma educação transformadora: preparando trabalhadoras para a cidadania	<b>120</b>
A trajetória da educação profissional no Brasil e a concepção da educação em direitos humanos integrada ao nível médio .....	<b>125</b>
Educação em direitos humanos: percepções legais para aplicabilidade nas instituições de ensino .....	<b>129</b>
Leitura para libertar .....	<b>133</b>

O êxito no ensino médio integrado dos Institutos Federais e a perspectiva socioeducacional de Pierre Bourdieu .....	<b>137</b>
O impacto socioeconômico da implementação do programa <i>Jovem Aprendiz</i> a partir da inclusão laboral dos jovens aprendizes atendidos pelo Instituto Federal de Brasília, <i>Campus Estrutural</i> .....	<b>142</b>
O processo de implantação do currículo integrado do curso técnico na modalidade EJA .....	<b>147</b>
Para além do “que curso que tem?”: a comunicação pública em favor da inclusão e do êxito de jovens no Ensino Médio Integrado .....	<b>151</b>
PROEJA: formação humana integrada para os jovens e adultos na educação profissional .....	<b>155</b>
Tertúlia Literária Dialógica: educação integral e direitos humanos na educação profissional .....	<b>159</b>

## APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Brasília (IFB) tem a grata satisfação de entregar os anais do VII Fórum de Educação Profissional Inclusiva (Fórum EPTI). Essa ação, que ocorre desde 2012, constitui um espaço de formação pedagógica para professores e técnicos com vistas a oferecer atendimento educacional especializado e humanizado na área de Educação Inclusiva (pessoas com deficiências e/ou transtornos, diversidade sexual, raça, gênero). Em especial, contribui para o desenvolvimento de métodos de atendimento educacional e de tecnologias diversas (tecnologias assistivas, tecnologias de automação, *internet* das coisas, realidade aumentada, tradutores, aplicativos *web* e *mobile*, páginas acessíveis etc.), com o objetivo de contribuir para o avanço dessa área de pesquisa no Brasil e, principalmente, para melhorar a qualidade de vida das pessoas que delas precisam, ao proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover Vida Independente e Inclusão.

Neste Fórum, estão inclusas as discussões científicas por meio de apresentação de pôsteres e comunicações orais resultantes de pesquisas e experiências exitosas relacionadas aos temas trabalhados em cada fórum. Os eixos temáticos são os seguintes:

- A Educação Profissional para as Relações Étnico-raciais;
- A Educação Profissional para as Pessoas com Necessidades Específicas;
- A Educação Profissional e a Questão de Gênero;
- A Educação Profissional e a Diversidade;
- A Educação profissional e os Direitos Humanos.

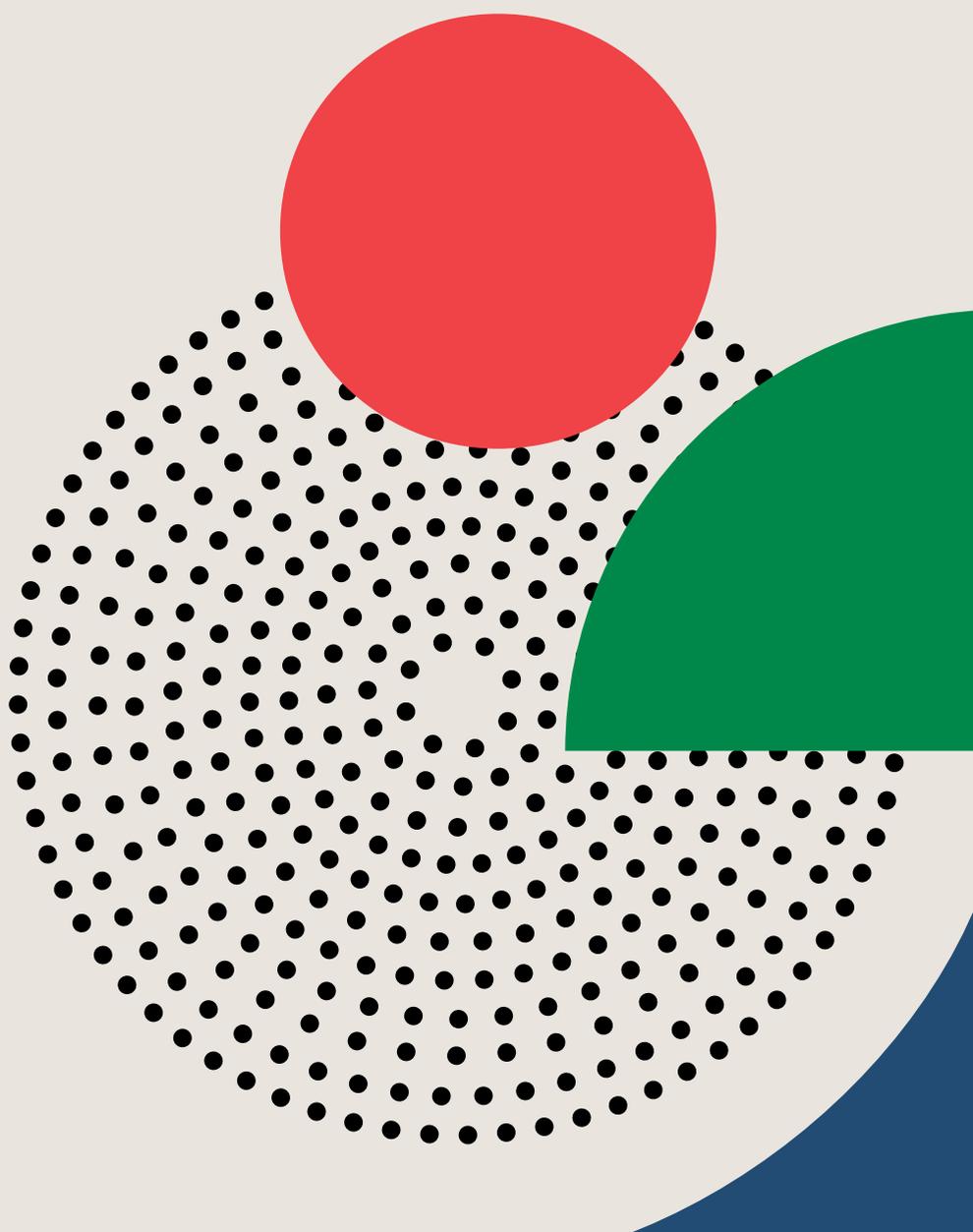
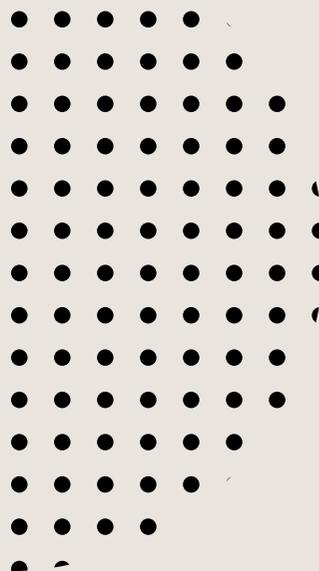
A cada ano, verificamos o crescimento do Fórum EPTI com a ampliação da participação de representantes da maioria dos estados brasileiros, instituições de ensino e ONGs, além do entorno do Distrito Federal.

Agradecemos o apoio do Governo do Distrito Federal (GDF), dos autores, dos membros da equipe de avaliadores, dos palestrantes e oficinairos, da equipe de suporte operacional e administrativo, bem como o apoio das instituições parceiras: Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB), Instituto Benjamim Constant (IBC), Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETE-FE), Universidade de Brasília (UnB), Movimento para Inclusão (MOVIN), Instituto Federal de Goiás (IFG) e Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS/DF). A todos, nosso muito obrigado!

Comissão Organizadora do VII Fórum EPTI e Pró-reitoria de Extensão e Cultura.

# Eixo

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA  
RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS



# 1

## **BONECAS ABAYOMIS: FORÇA E RESISTÊNCIA NEGRA PRESENTES NO INAFRO – IFTO**

### **Márcia Adriana de Faria Ribeiro**

Mestra, *Campus* Paraíso do Tocantins, IFTO.

*E-mail:* marcia.ribeiro@ifto.edu.br.

### **Maria Goretti Pereira Nogueira**

Especialista, *Campus* Paraíso do Tocantins, IFTO.

*E-mail:* mariagoretti@ifto.edu.br.

## Resumo

O Instituto Federal do Tocantins, *Campus* Paraíso do Tocantins, realizou, no ano de 2017, a segunda edição do Seminário de Consciência Indígena e Afro-brasileira (Inafro), que ocorreu nos dias 21 e 22 de novembro, com o tema “A visibilidade de uma minoria no cenário da maioria”. Esse evento de ação afirmativa no âmbito do IFTO teve desdobramentos acadêmicos e sociais, promovendo uma agenda institucional de debates e de momentos de troca de experiências e reflexões sobre a luta e a história indígena e negra no cenário brasileiro, com enfoque nas questões de racismo e preconceito em suas diversas formas de expressão, considerando as desigualdades sociais existentes em nosso país. Durante o II Inafro, realizamos uma oficina de confecção de bonecas Abayomis, que simbolizam toda a garra e força das mulheres negras, as quais, durante as viagens de navios no período do tráfico de negros para o Brasil, confeccionavam as bonecas Abayomis nos porões dos navios usando pedaços de suas vestimentas, para, assim, dá-las aos seus filhos, para que tivessem momentos de brincadeiras de crianças. Durante a execução da oficina, os participantes conheceram não apenas a confecção das bonecas de pano, mas, principalmente, toda a história de luta e resistência da mulher negra que a boneca simboliza.

**Palavras-chave:** Inafro; Resistência; Abayomis.

## Introdução

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) promove ações afirmativas; entre elas, a realização do Seminário de Consciência Indígena e Afro-brasileira – Inafro, que ocorreu nos dias 21 e 22 de novembro de 2017, no *Campus* Paraíso do Tocantins, que se caracteriza como uma ação afirmativa visando promover desdobramentos acadêmicos e sociais, na busca por uma institucionalização de uma agenda positiva de debates e de reflexões para seus estudantes, servidores e comunidade sobre a luta e a história indígena e negra no Brasil

Durante o seminário, ocorreu a realização da oficina de confecção de bonecas Abayomis, bonecas que são confeccionadas com retalhos de panos, sem uso de nenhum outro tipo de material, como linha, e sem necessidade de costura, pois essas bonecas eram feitas pelas mulheres negras nos porões dos navios negreiros, para seus filhos brincarem durante a viagem. As bonecas possuem um simbolismo importante de resistência da mulher negra. Durante a realização da oficina, a importância da representatividade da boneca para a cultura negra foi discutida, e apresentou-se a necessidade de promover o respeito e a diversidade étnico-racial em nosso país. Para o projeto Dandarinhas, que trabalha a divulgação das bonecas (como fazer e a simbologia que elas carregam em si), a fabricação das bonecas:

reforça a importância do resgate e valor da cultura negra e promove o respeito a diversidade étnico-racial. Outro objetivo que consideramos importante é disponibilizar bonecas e bonecos negros para que nossas crianças tenham acesso e aprendam a respeitar, valorizar e brincar com as mesmas, ajudando assim a combater o racismo e o preconceito. Quando os pais presenteiam seus filhos com uma Abayomi, estão dando exemplo de conduta (PROJETO DANDARINHAS, 2016).

## Metodologia

O seminário tem caráter intercultural, e a oficina foi pensada e realizada com a participação de estudantes do IFTO e participantes do evento, que participaram de forma efetiva, aprendendo a confeccionar a sua própria boneca Abayomi, passo a passo. Durante a confecção das bonecas, que são feitas exclusivamente de retalhos de pano, foi feita a apresentação do seu significado e de sua representatividade para o resgate e valor da cultura negra em nosso país, da força da mulher negra durante séculos na sociedade.

## Resultados e Discussão

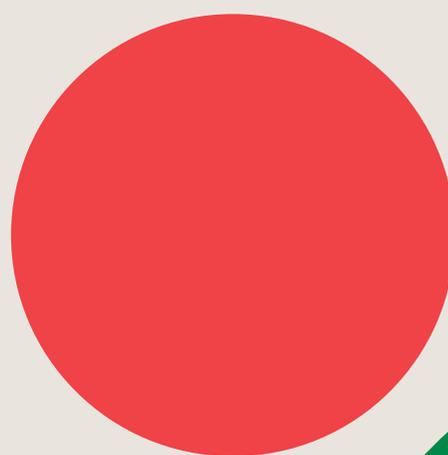
Durante toda a realização do II Inafro, e, de forma mais específica, durante a realização da oficina de confecção de bonecas Abayomis, foram discutidos temas relacionados às relações étnico-raciais, com enfoque na promoção e no respeito à diversidade étnico-racial existente no Brasil, tendo como simbolismo a história do surgimento da boneca, que foi feita nos momentos de sofrimento das mulheres negras e de seus filhos, nas longas e sofridas viagens negreiras. Trazer à luz o passado de escravidão e sofrimento das primeiras gerações negras que chegaram no Brasil pode promover uma reflexão sobre o momento em que vivemos hoje no país, com a população negra ainda sofrendo preconceito, discriminação e violência.

## Referências

PROJETO DANDARINHAS. Bonecas Abayomis, 2016. Disponível em: [https://prosas.com.br/system/arquivos/arquivos/000/015/900/original/Bonecas\\_Abayomis\\_fuundep.pdf?1475061152](https://prosas.com.br/system/arquivos/arquivos/000/015/900/original/Bonecas_Abayomis_fuundep.pdf?1475061152). Acesso em: 19 mar. 2018.

# Eixo

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
PARA PESSOAS COM  
NECESSIDADES ESPECÍFICAS



# 2

## **A CONCEPÇÃO INTERACIONISTA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E DE APRENDIZAGEM DOS SUJEITOS SURDOS**

**Rosenir Martins Nunes Chaves**

Instituto Federal de Brasília, *Campus* Recanto das Emas.

*E-mail:* rosenir.chaves@ifb.edu.br.

**Fernanda Priscyla Silva Sant'ana Trindade**

Universidade de Brasília (UnB).

*E-mail:* fernandapsstrindade.unb@gmail.com.

## Resumo

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a concepção interacionista no processo de desenvolvimento e de aprendizagem dos sujeitos surdos na aquisição da Língua de Sinais. Buscou-se demonstrar a relevância dos estímulos ambientais para que haja interação dos surdos em outros contextos sociais, para além do círculo familiar. O desenvolvimento das capacidades de um sujeito surdo acontece de forma tão complexa e organizada quanto acontece com o sujeito ouvinte, porquanto a surdez não torna os sujeitos surdos incapazes ou impossibilitados, mas sujeitos com possibilidades diferentes. Contudo, o processo de desenvolvimento cognitivo, psíquico e social da pessoa com surdez, no período de aquisição da linguagem, na Língua de Sinais (LIBRAS), exige uma abundância e riqueza do *input* linguístico, que estará contido nas interações desse sujeito com o meio ambiente, que ocorrem através das relações com o meio social (SILVA; DA SILVA; DE MELO, 2015). Diante disso, respaldamo-nos na perspectiva histórico-cultural abordada por Vigotsky, que compreende o ser humano como um sujeito ativo que se constrói a partir de suas relações sociais; e na perspectiva da Teoria Gerativa abordada por Chomsky, que compreende a *Faculdade da linguagem* como um dispositivo inerente aos seres humanos, sendo a língua(gem) responsável por fazer as devidas mediações comunicativas entre o sujeito e o mundo.

**Palavras-chave:** Concepções de Desenvolvimento e de Aprendizagem; Aquisição da Língua(gem); Educação dos surdos.

## Introdução

Ao longo da história, várias concepções em relação ao surdo foram se construindo. A mais importante foi a mudança da visão no meio educacional, no qual este indivíduo passa a ser olhado como pessoa, como sujeito, e não só como um “deficiente”. As pesquisas em relação às formas de aprendizagem ainda são incipientes. O tema da aquisição de linguagem pelos surdos ainda é pouco conhecido, polêmico e controverso (NADER; NOVAES-PINTO, 2011). Quando se trata da aquisição de linguagem pelos surdos, muitos fatores precisam ser levados em consideração, como o grau de surdez; o momento em que ocorre a surdez; a origem; o tipo (RUSSO; SANTOS, 1989).

Quando estudamos as concepções interacionistas do desenvolvimento humano na perspectiva de Vygotsky, compreendemos o quanto os surdos ficam prejudicados pela falta de políticas linguísticas que os contemplem desde o momento do nascimento. O sujeito surdo tem as mesmas potencialidades de aquisição de língua que a criança ouvinte, necessitando apenas de um meio adequado para o seu desenvolvimento. O processo de desenvolvimento e de aprendizagem dos surdos está diretamente ligado à aquisição de uma língua, ou seja, de uma língua de sinais ou de uma língua oral.

A linguagem interfere no desenvolvimento do intelecto da criança desde o momento em que ela nasce. Alguns estudiosos ligados à neurociência acreditam que quanto mais estímulo a criança receber, mais desenvolvimento cognitivo e habilidades essa criança terá. Segundo Vygotsky, o ser humano precisa de um ambiente propício para o seu pleno desenvolvimento. Chomsky afirma que a linguagem é inata ao ser humano, ou seja, todo indivíduo nasce com uma capacidade inata para adquirir uma língua. Sabemos que é através da linguagem que o indivíduo consegue expressar seus pensamentos, suas ideias, suas emoções,

suas frustrações; enfim, sem uma língua ou sem um desenvolvimento pleno de uma linguagem, a criança terá prejudicado o seu desenvolvimento cognitivo. Percebemos que trabalhar o desenvolvimento da linguagem e a aquisição de uma língua em uma criança se torna imprescindível para o seu desenvolvimento pleno e cognitivo, pois isso determinará como a criança vai “aprender a pensar, se expressar e interagir com o meio”. (SILVA; SILVA; MELO).

Nesse sentido, a história da educação dos surdos foi marcada por vários modelos educacionais com foco no ensino-aprendizagem desses sujeitos, como o oralismo, a comunicação total, a pedagogia do surdo e o bilinguismo, em que a língua de sinais passa a ser a primeira língua desses sujeitos, e a língua portuguesa, a segunda língua. Tentaremos, a partir deste trabalho, mostrar como as concepções interacionistas de Vygotsky influenciam o desenvolvimento cognitivo desses sujeitos.

## Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida no Departamento de Psicologia Escolar e Desenvolvimento da Universidade de Brasília, na disciplina de Fundamentos da Aprendizagem, como forma de artigo para aprovação na disciplina. As autoras definiram o tema a partir das discussões em sala de aula sobre o desenvolvimento humano, com base nas teorias de Vygotsky e Piaget, e começaram uma pesquisa bibliográfica sobre autores que tratassem do desenvolvimento cognitivo dos surdos, em especial aqueles que são filhos de pais ouvintes e que não têm contato com a Língua de Sinais, em comparação às crianças ouvintes que têm *input* linguístico ao nascer. As pesquisadoras queriam saber se essa falta de contato com uma língua materna causa algum comprometimento cognitivo para os surdos que são nascidos em família de ouvintes.

## Resultados e Discussão

As concepções psicológicas do desenvolvimento humano no processo de ensino-aprendizagem abrangem o inatismo, o ambientalismo e o interacionismo como formas de compreender as pessoas e o mundo. Nesse sentido, este artigo foi alicerçado na perspectiva interacionista de Vigotsky, o qual demonstra que existe interação entre aprendizado e desenvolvimento e que esses processos são mutuamente dependentes, não podendo ser explicados exclusivamente pelo inatismo ou pelo ambientalismo, os quais trazem noções dissociadas e independentes das relações sociais. A ideia central da teoria interacionista é de que o ser humano se desenvolve ativamente frente aos fenômenos sociais. Essa ação recíproca, orgânica e dinâmica, ressignifica conceitos e contextos socioculturais, transformando tanto a realidade quanto as pessoas.

Em seguida, trouxemos o conceito de aquisição da linguagem segundo a perspectiva da linguística, precisamente da Teoria Gerativa formulada por Chomsky, que trata da hipótese do inatismo linguístico: a aquisição da língua é um fenômeno natural e inato; entretanto, é necessário que a criança esteja exposta a uma dada língua. Em contrapartida, trazemos a reflexão de Vigotsky sobre a relação entre linguagem e mente, no sentido de que se trata de um processo extremamente pessoal e, ao mesmo tempo, profundamente social. Essa ideia demonstra que o desenvolvimento cognitivo e a socialização da criança estão relacionados diretamente à aquisição da linguagem.

Vimos também que o desenvolvimento e a aprendizagem dos surdos no processo de aquisição da linguagem acontecem de forma tão complexa e organizada quanto acontece com o sujeito ouvinte, porquanto a surdez não torna os sujeitos surdos incapazes ou impossibilitados, mas sujeitos com possibilidades diferentes.

## Referências

NADER, J. M. V.; NOVAES-PINTO, R. C. **Aquisição tardia de linguagem e desenvolvimento cognitivo do surdo. Estudos Linguísticos.** São Paulo: 2011.

RUSSO, I. C. P.; SANTOS, T. M. M. **Audiologia infantil.** São Paulo: Cortez, 1989

SILVA, L. O.; DA SILVA, W. C.; MELO, L. G. Desenvolvimento cognitivo do sujeito surdo no processo de aquisição da língua de sinais – LIBRAS. **Rev. Humanidades**, v. 4, n. 1, fev. 2015.

# 3

## A FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA NOS INSTITUTOS FEDERAIS DA REGIÃO CENTRO-OESTE

### **Aline Soares Guimarães (bolsista)**

Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília (UnB). *Campus Darcy Ribeiro*. Tutora/bolsista da disciplina *O educando com necessidades educacionais especiais*.  
E-mail: p.alinesgui@gmail.com.

### **Angélica Marinna Cardoso Mota (bolsista)**

Graduanda do curso de Pedagogia na Universidade de Brasília (UnB). *Campus Darcy Ribeiro*. Tutora/bolsista da disciplina *O educando com necessidades educacionais especiais*.  
E-mail: angelica.pdgg@gmail.com

### **Camila Alves Lima Gomes (bolsista)**

Graduanda do curso de Pedagogia na Universidade de Brasília (UnB). *Campus Darcy Ribeiro*. Tutora/bolsista da disciplina *O educando com necessidades educacionais especiais*.  
E-mail: camilaa.alves.ss@gmail.com.

### **Sinara Pollom Zardo (Orientadora)**

Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). *Campus Darcy Ribeiro*.  
E-mail: sinarazardo@gmail.com.

## Resumo

O presente artigo objetiva identificar de que forma os cursos de Pedagogia ofertados nos Institutos Federais da região Centro-Oeste estão promovendo a formação na área da educação especial/inclusiva. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de tipo exploratória, que utiliza o método dos estudos comparados para a análise dos dados obtidos por meio de análise documental (projetos pedagógicos dos cursos e ementas das disciplinas). O estudo das ementas permitiu identificar que a formação tem enfatizado aspectos relacionados às questões teóricas e normativas da área. Os resultados indicam que a formação do pedagogo na área da educação especial/inclusiva tem se orientado pelo cumprimento da legislação, com a oferta de disciplinas obrigatórias relacionadas aos fundamentos da educação especial/inclusiva e à Língua Brasileira de Sinais (Libras). Sugere-se a inserção de disciplinas que instrumentalizem os pedagogos em formação no que se refere à promoção de recursos e serviços de acessibilidade, a fim de que favoreçam a aplicação de metodologias, técnicas e materiais pedagógicos acessíveis em seus diferentes contextos de atuação profissional.

**Palavras-chave:** Formação de Professores; Pedagogia; Educação Especial/Inclusiva.

## Introdução

Os desafios do cenário educacional atual, no que se refere às aprendizagens escolares e à qualidade da educação oferecida na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, evidenciam a necessidade de ampliar os estudos sobre a formação inicial de professores (GATTI, BARRETTO; ANDRÉ, 2011). Entre as estruturas institucionais que abrigam a formação de professores em nível de graduação, podem ser destacados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que foram criados por meio da promulgação da Lei nº. 11.892/2008, e que podem ofertar educação superior, básica e profissional.

De acordo com a referida normativa, os IFs podem ofertar cursos de formação inicial de professores, em nível de graduação, incluindo os cursos de Pedagogia. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia (Resolução Nº 1/2006), o campo de atuação para esses profissionais refere-se à educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental, bem como ao ensino médio na modalidade normal, onde houver esses cursos, e à educação de jovens e adultos, além da formação de gestores. Para além desse aspecto, as Diretrizes orientam que o pedagogo deve estar apto a trabalhar com as diversidades, respeitando as variadas necessidades que os educandos tenham, bem como auxiliar a construir um ambiente social que seja equânime, igualitário e íntegro.

Partindo do pressuposto de que os pedagogos serão os profissionais responsáveis pelo início do processo de escolarização dos alunos da educação especial, este trabalho apresenta o seguinte objetivo geral: identificar de que forma os cursos de Pedagogia ofertados nos Institutos Federais da região Centro-Oeste estão promovendo a formação na área da educação especial/inclusiva. Como objetivos específicos, destacam-se: mapear os IFs da região Centro-Oeste; identificar os institutos federais que ofertam cursos de Pedagogia; e verificar de que forma os currículos dos cursos de Pedagogia contemplam a formação na área da educação especial/inclusiva.

## Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa de tipo exploratória, pois pretende “[...] proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2011, p. 27) sobre a formação do pedagogo na área da educação especial/inclusiva nos Institutos Federais da região Centro-Oeste. A pesquisa foi elaborada a partir de um estudo comparado a fim de verificar como os Institutos Federais estão promovendo a formação na área da educação especial/inclusiva nos cursos de pedagogia. Para a construção do *corpus* da pesquisa, realizou-se um mapeamento de todos os Institutos Federais da região Centro-Oeste, que possui 66 *campi* em todos os estados. Identificou-se que apenas 29 IFs ofertam algum curso de licenciatura, sendo distribuídos em 17 cursos. Em seguida, foram selecionados os institutos que oferecem cursos de Pedagogia: os *campi* Goiânia Oeste, do IFG, e São Sebastião, do IFB. Apropriando-se da técnica da análise documental, foram estudados os projetos pedagógicos dos cursos e as ementas das disciplinas da área da educação especial/inclusiva.

## Resultados e Discussão

Os cursos de Pedagogia ofertados nos *campi* de São Sebastião (DF) e Goiânia Oeste (GO) contam, respectivamente, com carga horária de 3.283 horas e 3.467 horas. No curso de Pedagogia de São Sebastião (DF), foram identificadas as disciplinas obrigatórias de LIBRAS (60h) e Educação Especial e Inclusão (80h), e a disciplina de Direitos Humanos (40h) como optativa, totalizando 180h. O curso de Pedagogia de Goiânia Oeste (GO) oferta as disciplinas de LIBRAS (54h) e Fundamentos da Educação Especial e Inclusão (81h) como obrigatórias e LIBRAS II (27h) como disciplina optativa, totalizando 162h. Observa-se o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia (Resolução N° 1/2006) e da Lei N° 10.436, de 2002, a qual prevê a inclusão do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na formação superior de cursos de magistério, fonoaudiologia e educação especial.

A análise das ementas dos cursos de Pedagogia ofertados em São Sebastião (DF) e Goiânia Oeste (GO) permitiu identificar que a formação na área da educação especial/inclusiva tem enfatizado aspectos relacionados às questões teóricas e normativas e vinculados à perspectiva do dever da oferta das disciplinas. No entanto, a pesquisa indica a necessidade de avançar a formação de pedagogos na área da educação especial/inclusiva, na perspectiva do direito à educação para os alunos da educação especial, reconhecendo suas necessidades educacionais específicas (ZARDO, 2012). Sugere-se a inserção de disciplinas que instrumentalizem os pedagogos em formação no que se refere à promoção de recursos e serviços de acessibilidade, a fim de subsidiar a oferta de metodologias, técnicas e materiais pedagógicos acessíveis que garantam o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos da educação especial (ZARDO; FREITAS, 2015).

## Referências

- BRASIL. **Lei Nº 10.436, de 24 abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 12 abr. 2018.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 1/2006, de 15 de maio de 2006.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf). Acesso em: 12 abr. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 14 abr. 2018
- GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. de S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte.** Brasília: UNESCO, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA. **Projeto pedagógico do curso superior de licenciatura em pedagogia.** Brasília: MEC, 2016. Disponível em: [http://www.ifb.edu.br/attachments/article/10765/PPC\\_Licenciatura%20em%20Pedagogia.pdf](http://www.ifb.edu.br/attachments/article/10765/PPC_Licenciatura%20em%20Pedagogia.pdf). Acesso em: 23 mar. 2018.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia.** Goiânia: MEC, 2017. Disponível em: <http://cursos.ifg.edu.br/info/lic/lic-pedagogia/CP-OES> . Acesso em: 26 mar. 2018.
- ZARDO, Sinara Pollom; FREITAS, Soraia Napoleão. Deficiência e acessibilidade: concepções dos gestores estaduais que atuam na implementação da política pública de Educação Inclusiva. **Revista Educação e Fronteiras**, v. 5, p. 43-58, 2015. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/3770/2631>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- ZARDO, Sinara Pollom. **Direito à educação: a inclusão escolar de alunos com deficiência no ensino médio e a organização dos sistemas de ensino.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12582/1/2012\\_SinaraPollomZardo.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12582/1/2012_SinaraPollomZardo.pdf). Acesso em: 14 abr. 2018.
- Financiamento:** O trabalho integra as ações desenvolvidas no Programa de Tutoria de Graduação – Edital 04/2018 do Decanato de Graduação da Universidade de Brasília (DEG/UnB).

# 4

## **A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, NO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS**

**Márcia Júlia dos Santos Sousa**

Mestre em Ensino na Educação Básica, Universidade Federal de Goiás, Cepae.

*E-mail:* [marcia.sousa@ifg.edu.br](mailto:marcia.sousa@ifg.edu.br).

## Resumo

O desafio da educação na atualidade é possibilitar, aos alunos, diferentes meios de aquisição da aprendizagem. Entre as transformações vivenciadas no campo educacional, a construção do conhecimento exige novos métodos, novas estratégias e novas situações problematizadoras que visem um trabalho pedagógico diversificado e que atendam às especificidades de cada um. O papel da escola como instituição social é buscar mecanismos que favoreçam o uso correto da linguagem no processo de aprendizagem, de forma a contribuir para o pleno desenvolvimento do aluno, de forma a propiciar novas oportunidades de crescimento e conhecimento, e de forma a entender os novos desafios que se impõem, não apenas ao sistema de ensino, mas principalmente para alcançar a autonomia necessária à vivência cotidiana. A inclusão da pessoa com deficiência apresenta-se não como mais uma demanda educacional, mas como uma possibilidade de reflexão sobre o papel da instituição em busca de uma unidade na diversidade que seja capaz de estabelecer maior comprometimento da família, dos profissionais da educação e da sociedade como um todo.

**Palavras-chave:** Linguagem; Inclusão; Educação profissional.

## Introdução

Não basta garantir um espaço na sala de aula e promover a integração com os colegas. É preciso que a escola busque alternativas para refletir sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência, pois, nesse processo, boas práticas requerem muito mais que criatividade. Requerem desafios capazes de despertar todos os sentidos, buscando uma aprendizagem significativa. Orlandi (1996, p. 231) afirma que “assim, com o conceito de interação, procuramos incorporar a dimensão histórica e social da linguagem, por outro lado, através do conceito de polissemia, procuramos enfatizar a ideia de pluralidade de formas e sentidos diferentes da linguagem”.

As Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação Básica destacam:

As instituições ofertantes de educação profissional e tecnológica devem integrar, em seu projeto pedagógico, a concepção de organização pedagógica inclusiva que promova respostas às necessidades educacionais de todos os estudantes. Para tanto, deverão prever os recursos necessários ao provimento das condições adequadas para o acesso, a participação e a aprendizagem, o que implica a participação da família, e a articulação com outras políticas públicas, como as de emprego, de saúde e de desenvolvimento social. (BRASIL, 2013, p. 222).

A educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o desenvolvimento das capacidades dos estudantes, principalmente quanto ao uso eficaz da linguagem e da comunicação.

Na gestão escolar a comunicação é um aspecto dos mais relevantes e complexos, visto que a comunidade escolar é composta por pessoas com personalidades distintas e, portanto, com capacidade de percepção diferenciadas, o que pode oferecer barreiras à comunicação, fazendo com que pessoas entendam de forma diferente uma mesma mensagem ou ideia. (ABREU, 2001, p. 114).

As escolas inclusivas propõem um modo de se construir o sistema educacional que considera as especificidades dos educandos. A constituição Brasileira prevê uma educação capaz de atender o indivíduo na sua totalidade. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, p. 12).

Dessa forma, entende-se que o uso da linguagem correta na comunicação é essencial para facilitar o relacionamento entre as pessoas, uma vez que a utilização de termos adequados facilita muito as relações. Assim, a inclusão de pessoa com deficiência na educação profissional permite uma mudança de perspectiva, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, famílias e demais servidores.

## Metodologia

Esse estudo<sup>2</sup> foi realizado através de pesquisa bibliográfica e propõe uma reflexão sobre a importância da linguagem no processo de inclusão de alunos com deficiência na educação profissional do IFG, utilizando como literatura básica a Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB, 2013). De acordo com Prestes (2002), “a pesquisa bibliográfica é aquela que se efetiva tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informação e provenientes de material gráfico, sonoro ou informatizado”. As teorias estudadas permitiram o entendimento e a reflexão sobre a inclusão de pessoas com deficiência (DCNEB, 2013; LEI 13.146/2015; LDB 9394/1996), sobre o uso da linguagem e da comunicação (ORLANDI, 1996; ABREU, 2001) e sobre a educação profissional (MOURA, 2014; TARDIF, 2014; DCNEB, 2013).

## Resultados e Discussão

A partir deste estudo, percebeu-se que a construção de uma escola inclusiva é um projeto que depende da coletividade, passando pela reconstrução do espaço escolar como um todo. Esse processo implica compromisso da escola e de todos os envolvidos na educação profissional. Percebeu-se ainda que o desafio

do Instituto Federal de Goiás é superar os vários obstáculos que dificultam esse processo. Entre esses obstáculos, destaca-se a falta de uso correto da linguagem e da comunicação com as pessoas com deficiência, a falta de planejamento de ações que permitam a construção efetiva de inclusão dentro da escola e o desconhecimento sobre a legislação específica, que trata da inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional.

As teorias estudadas evidenciam que só se torna possível um trabalho de inclusão com qualidade se a comunidade escolar estiver disposta a contribuir, pois o papel do educador vai além de mostrar apenas que a escola é inclusiva; inclui estar aberto aos meios de construir e reconstruir a história desses alunos, oferecendo-lhes novas oportunidades de aprendizagem. Como afirma Haddad (2008), a política da educação inclusiva está bem definida, mas é preciso superar temores que ainda há em relação à inclusão, para que, assim, aconteça uma verdadeira transformação no campo educacional, pois incluir depende da disposição e do querer de cada membro da escola, da sociedade e do poder público, favorecendo uma inclusão plena do aluno com deficiência na vida social.

## Referências

- ABREU, Mariza Vasques de. **Progestão**: como desenvolver a gestão dos servidores na escola? Módulo VIII. Brasília: CONSEP – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.
- BRASIL. **Constituição 1988**: texto constitucional de 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 20/2000 e Emendas.
- \_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- \_\_\_\_\_. Estatuto da pessoa com Deficiência. **Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (recurso eletrônico)**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases**: Lei nº 9394/96. Brasília: MEC, 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada. **Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- HADDAD, Fernando. Inclusão. **Revista de Educação Especial**, v. 4, n. 1, p. 4-6, jan. /jun.2008.
- MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba, IFPR, 2014. (Coleção Formação Pedagógica vol. 3).

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 1996.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escola à academia. São Paulo: Respel, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

# 5

## A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR NO IFES: FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO

### **Larissy Alves Cotonhoto**

Doutora em Educação, IFES-Cefor.

*E-mail:* larissy.cotonhoto@ifes.edu.br.

### **Sirley Trugilho da Silva**

Doutora em Psicologia, IFES, *Campus* Vitória.

*E-mail:* strugilho@ifes.edu.br.

### **Fernanda dos Santos Nogueira**

Especialista, IFES, *Campus* Vitória.

*E-mail:* fernanda.nogueira@ifes.edu.br.

### **Terezinha de Jesus Lyrio Loureiro**

Mestre em Psicologia, IFES, *Campus* Vitória.

*E-mail:* tjllpsi@gmail.com.

## Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo caracterizar a percepção de servidores do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) acerca da inclusão escolar na educação profissional e tecnológica. São sujeitos deste estudo servidores dos 22 *campi* do IFES que estão em formação continuada presencial e a distância. Os dados foram obtidos das produções escritas realizadas pelos sujeitos durante as formações. Como procedimento de análise, utilizou-se a análise de conteúdo proposta por Bardin. Identificamos um olhar de estranhamento e dúvidas acerca das capacidades dos alunos com necessidades específicas em frequentar e aprender os conteúdos trabalhados no ensino médio, profissional e superior.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Formação Continuada; Educação Profissional; Tecnológica.

## Introdução

A inclusão escolar hoje no Brasil e no mundo avança e atualmente alunos com necessidades específicas (o equivalente a alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação identificados na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, 2008) têm ingressado no ensino médio, profissional e superior. Isso requer mais ações de sensibilização e de formação para que a inclusão em tais níveis de ensino ocorra tanto do ponto de vista pedagógico, intelectual, social, como também atitudinal e comportamental por parte de todos os envolvidos.

Novas exigências ao saber e ao saber-fazer profissional solicitam que os servidores “criem” novos modelos de práticas que envolvam a partilha de experiências, dinâmicas reflexivas e a construção de conhecimentos. Um modelo que se legitima é a formação centrada na escola ou a formação em contexto de trabalho, caracterizado por uma lógica de ação em que a formação e o trabalho se embarçam articulados por um problema real. Tal formação se pauta no trabalho coletivo e colaborativo, na resolução de problemas e na promoção, simultaneamente, do desenvolvimento organizacional das escolas, assim como do desenvolvimento pessoal e profissional dos envolvidos (CANÁRIO, 1998; CUNHA; PRADO, 2016).

Em se tratando da educação especial na perspectiva inclusiva, Beyer (2006) aponta que a formação inicial ou continuada deve possibilitar uma capacitação crescente para a prática pedagógica inclusiva. Recomenda que a concepção da inclusão de alunos com deficiência na escola comum tenha como um dos fundamentos uma ação inclusiva que seja compartilhada por todos os sujeitos do cotidiano escolar, ação essa que envolve principalmente a remoção ou a diminuição de barreiras atitudinais.

A partir de uma demanda local, empreendemos, no segundo semestre de 2017, a formação de profissionais do Instituto Federal do Espírito Santo. A oferta ocorreu tanto com cursos de pequena duração, presencialmente, como com um curso a distância, com duração maior. As formações tiveram como objetivo apoiar teoricamente os servidores quanto a seu papel no processo de inclusão escolar do aluno com necessidade específica, conforme nos sinaliza a legislação nacional. Os cursos foram planejados para abordar as regulamentações nacionais e locais, sobretudo a Resolução 55/2017 (IFES, 2017), e para possibilitar que os servidores-cursistas ampliassem suas percepções acerca da pessoa com deficiência, com leituras e discussões pertinentes à área.

Assim sendo, o presente estudo tem como objetivo geral caracterizar, a partir da formação continuada, a percepção de servidores do IFES acerca da inclusão escolar na educação profissional e tecnológica. Para tanto, definimos como objetivos específicos conhecer quem é o servidor em formação e verificar se teve experiência pessoal com pessoas com necessidades específicas.

## Metodologia

Nesta pesquisa qualitativa e exploratória, participaram servidores em formação continuada. Os dados foram obtidos a partir das produções realizadas pelos sujeitos durante as formações e postados no mês de fevereiro de 2018 no ambiente virtual de aprendizagem, assim como os relatos dos diários de bordo dos pesquisadores feitos a partir dos encontros presenciais com os participantes em agosto de 2017.. A caracterização da percepção de servidores do IFES acerca da inclusão da pessoa com necessidade específica foi obtida utilizando a análise de conteúdo de Bardin (2011).

## Resultados

Participaram dos cursos presenciais aproximadamente 100 servidores. No curso a distância, o número de participantes foi de 52. Os servidores-cursistas presentes eram docentes, psicólogos, assistentes sociais, tradutores e intérpretes de Libras, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais e técnicos-administrativos. Entre os participantes, cerca de 90 (60%) não tiveram experiência de convivência durante sua trajetória acadêmica com pessoas com necessidade específica. Dos 61 (40%) que tiveram colegas com necessidade específica durante a vida escolar, apenas cinco (5) têm informação a respeito do colega com deficiência após os anos escolares.

Dos servidores-cursistas que afirmaram não terem tido experiências com pessoas com necessidade específica em contexto escolar, 80 (88%) têm dúvidas sobre o processo de ensino e aprendizagem das pessoas com necessidades específicas. As dúvidas referem-se às especificidades das deficiências, a como esse aluno chegou ao instituto, ao que podem aprender, a como aprendem, ao que precisa ser feito para que aprendam e a como irão atuar profissionalmente. Um questionamento recorrente foi saber se o aluno com deficiência conseguiria acompanhar a proposta curricular do instituto, que é reconhecido local e nacionalmente por seu ensino de excelência. Uma fala recorrente entre os servidores é de que “os conteúdos no ensino profissional e tecnológico envolvem muita abstração”, deixando subentendido que o aluno com necessidade específica não é capaz de tal habilidade.

## Conclusões

Observamos que as percepções dos servidores em relação à aprendizagem do aluno com necessidade específica estão impregnadas por crenças e experiências culturais de exclusão, o que reflete em atitudes de medo, dúvida e desconfiança. Remover e/ou diminuir as barreiras atitudinais daqueles que devem colaborar

com o projeto de inclusão escolar do IFES deve ser um dos objetivos das formações continuadas em andamento e das formações futuras. Revisitar crenças, concepções e comportamentos são o primeiro caminho para desmistificar a deficiência e tratar com mais tranquilidade a diferença e a diversidade.

A escola e seus profissionais que desejam participar e colaborar para que a inclusão escolar ocorra legal e cognitivamente devem compartilhar suas crenças, seus saberes e seus fazeres. As concepções dos servidores sobre deficiência, aprendizagem, inclusão, diferença e diversidade precisam ser problematizadas por todos os envolvidos no projeto de uma educação inclusiva. Para isso, devem ser instituídos tempos e espaços dentro e fora da escola para se pensar e discutir direitos, deveres e o papel de cada um nesse processo.

## Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005, 128 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEEP; 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

CANÁRIO, R. **Gestão da escola**: como elaborar o plano de formação? Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1998.

CUNHA, R. C. O. B; PRADO, G do V. Formação centrada na escola, desenvolvimento pessoal e profissional de professores. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 28, p. 101-111, jan./jun., 2010.

IFES. Instituto Federal de Ciência e Tecnologia. **Resolução do Conselho Superior nº 55/2017**. Institui Procedimentos de Identificação, Acompanhamento e Certificação dos Alunos com Necessidades Específicas no IFES. 2017. Disponível em: [https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res\\_CS\\_55\\_2017\\_-\\_Institui\\_procedimentos\\_de\\_identifica%C3%A7%C3%A3o\\_acompanhamento\\_e\\_certifica%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_alunos\\_com\\_Necessidades\\_Espec%C3%ADficas.pdf](https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_55_2017_-_Institui_procedimentos_de_identifica%C3%A7%C3%A3o_acompanhamento_e_certifica%C3%A7%C3%A3o_de_alunos_com_Necessidades_Espec%C3%ADficas.pdf). Acesso em: 23 jan. 2018.

# 6

## **DEPRESSÃO NA ESCOLA: COMO OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL LIDAM COM O TRANSTORNO APRESENTADO POR ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO**

### **Adriana A. Wrencher**

Licenciatura em Letras – Língua Inglesa, *Campus Riacho Fundo*.  
*E-mail:* amaral.adriana.rodrigues@gmail.com.

### **Camila R. Santos**

Licenciatura em Letras – Língua Inglesa, *Campus Riacho Fundo*.  
*E-mail:* rodriguessantosc95@gmail.com.

### **Sarah P. Santana**

Licenciatura em Letras – Língua Inglesa, *Campus Riacho Fundo*.  
*E-mail:* sarahtsantana@gmail.com.

### **Silvia Marcela de Oliveira Magalhães**

Professora Orientadora, *Campus Riacho Fundo*.  
*E-mail:* 1363974@etfbsb.edu.br.

## Resumo

A depressão é um transtorno psíquico que tem se tornado cada vez mais crescente no Brasil, inclusive em adolescentes em idade escolar. Logo, o jovem que possui o transtorno pode ter seu rendimento escolar alterado, assim como as relações nas demais áreas de seu cotidiano. Portanto, uma vez que a escola ocupa grande parte do cotidiano do adolescente, faz-se necessário o questionamento acerca da preparação dos profissionais da educação ao se depararem com alunos que apresentam características do transtorno psíquico, já que os docentes estão em constante contato com o aluno. Esta pesquisa é de cunho qualitativo do tipo exploratória, e foi realizada com o intuito de compreender quais as estratégias de uma escola pública do Distrito Federal para lidar com os sintomas apresentados pelos alunos e investigar os fatores que contribuem para a ocorrência de depressão em adolescentes em idade escolar.

**Palavras-chave:** Depressão; Ensino Médio; Escola Pública.

## Introdução

A adolescência é a fase responsável por marcar diversas mudanças no ser humano, sejam biológicas, com a chegada da puberdade, sejam emocionais, com as cobranças que surgem com a saída da infância e o início da entrada para a vida adulta. “O adolescente sente que deve planejar sua vida, controlar as mudanças; precisa adaptar o mundo externo às suas necessidades imperiosas, o que explica seus desejos e necessidades de reformas sociais” (ABERASTURY, 1971, p. 17). O ensino médio é a fase escolar que acompanha essas mudanças tanto pelas idades de ingresso e de término (ápice da adolescência e início da maioridade), quanto pelo início do preparo para a entrada no mercado de trabalho, um dos marcos do início da vida adulta.

A American Psychiatric Association, ao abordar o Transtorno Depressivo Maior, afirma que “os sintomas causam sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo” (2014). Logo, a escola se torna uma importante aliada para que haja o diagnóstico, uma vez que há contato constante dos alunos com os colegas de classe e com os profissionais da educação por todo o ano letivo, além de se tratar de um local importante para a formação do sujeito. As palavras de Estanislau e Bressan (2014, p.138) tornam-se aqui adequadas:

A escola é fundamental na identificação precoce de jovens com depressão, pois educadores têm experiência e muitas oportunidades para perceberem alterações no comportamento de seus alunos, podendo identificar problemas nas fases iniciais do transtorno, muitas vezes antes da própria família.

Um estudo global feito pela Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que “a depressão é o principal motivo de inaptidão entre os jovens de 10 a 19 anos”. A Organização ressalta ainda que, caso o diagnóstico seja feito a tempo, “mortes e sofrimentos durante toda uma vida poderiam ser evitados” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2014). Portanto, faz-se necessário, no âmbito escolar, o acompanhamento adequado dos estudantes diagnosticados ou que possam apresentar sinais de transtornos psíquicos. Dessa forma, ocorre a cooperação de possíveis diagnósticos precoces, permitindo que o jovem tenha uma vida escolar

com maior conforto e segurança acerca de sua saúde mental e viabilizando o acompanhamento com um profissional adequado.

## Metodologia

A pesquisa apresenta abordagem qualitativa e é do tipo exploratória, pois, segundo Minayo (1999, p. 21-22), “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis”. Portanto, para identificação das possíveis estratégias utilizadas pelos profissionais da educação para lidar com os transtornos psíquicos ocorridos no âmbito da escola, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro profissionais da educação, sendo três professores e um supervisor pedagógico de uma escola pública de ensino médio da região administrativa de Taguatinga, do Distrito Federal, com 2.200 discentes.

Os profissionais foram indicados pela escola por serem os mais envolvidos com as questões apresentadas no trabalho. Para a análise dos dados, foi realizada a transcrição das entrevistas e a análise do discurso, que “situa-se ao mesmo tempo em uma apropriação da linguística tradicional e da análise de conteúdo, bem como na crítica dessas abordagens, evidenciando que elas são práticas teóricas historicamente definidas” (GERHARDT; SILVEIRA, 2007, p. 64), buscando, portanto, as relações entre as categorias apresentadas.

## Resultados e discussão

Durante as entrevistas, foi possível constatar divergências nas respostas dos profissionais. Quando questionados sobre o quantitativo de estudantes diagnosticados com depressão, dois profissionais afirmaram que nenhum estudante possuía o diagnóstico, enquanto os dois restantes afirmaram desconhecer a quantidade. Apenas um profissional da instituição afirmou que há uma equipe pronta para identificar os casos; entretanto, todos afirmaram que o SOE (Serviço de Orientação Educacional) é a equipe responsável pelo assunto. Quando questionados sobre as possíveis causas do transtorno, três dos profissionais afirmaram causas como o *bullying* e problemas familiares, enquanto um as desconhecia.

Todos afirmaram desconhecer fatalidades causadas pela depressão na instituição; entretanto, foi descoberto que alguns dos alunos participavam do jogo “Baleia Azul”, que incentiva o suicídio e a automutilação. Segundo o supervisor pedagógico, “*acabamos descobrindo que a Baleia Azul está dentro da escola, então nossos alunos estavam inclusive combinando de se suicidar no metrô aqui do centro de Taguatinga*”. A maioria dos entrevistados concorda que a depressão afeta o desempenho escolar, mas apenas dois dos profissionais afirmaram que é possível mensurar o quanto o transtorno afeta o desenvolvimento do aluno. A maioria dos profissionais afirmou que o professor deve se atentar para os sintomas de depressão nos alunos; porém, um dos profissionais discorda que esse seja o papel do professor.

É possível concluir que se faz necessária a formação continuada para os professores, para que seja possível lidar da melhor forma com indícios de depressão em sala de aula. Segundo um dos profissionais entrevistados: “*a gente não vem preparado para enfrentar isso que a gente enfrenta aqui, mas a gente precisa pelo*

*menos buscar ajuda, ter iniciativa para buscar ajuda de alguém que possa fazer aquilo que eu não tenho condições de fazer, é o mínimo que nós podemos fazer".* Por fim, todos os profissionais concordaram que a escola pode fazer mais por esses alunos.

Logo, constatou-se que não há um conhecimento aprofundado nem um preparo adequado por parte dos profissionais atuantes da educação para lidar com o transtorno psíquico; portanto, não houve consonância por parte dos entrevistados em suas respostas.

A partir dessa análise, é possível afirmar que somente a formação na licenciatura não prepara os professores para atender os alunos que apresentam sintomas do transtorno, sendo necessária uma formação continuada a fim de suprir essa necessidade. Consideramos que a pesquisa foi relevante em trazer a discussão para dentro da escola, mobilizando assim os profissionais da instituição na busca de conhecer e buscar apoio para lidar com as situações existentes no âmbito escolar.

## Referências

ABERASTURY, A. **Adolescência Normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: artes médicas, 1983, p. 17.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual de diagnóstico e estatística de distúrbios mentais DSM-V**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BBC BRASIL. **Crescimento constante**: taxa de suicídio entre jovens sobe 10% desde 2002. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39672513>. Acesso em: 22 set. 2017.

ESTANISLAU, G. M.; BRESSAN, R. A. **Saúde Mental na Escola**: O que os Educadores Devem Saber. Porto Alegre: Artmed, 2014.

GERHARDT, T.; SILVEIRA, D. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

JATOBÁ, J.; BASTOS, O. **Depressão e ansiedade em adolescentes de escolas públicas e privadas**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0047-20852007000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852007000300003). Acesso em: 8 set. 2017.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

SILVA, Cláudio N. N. **Metodologia Científica Descomplicada**: Prática Científica para Iniciantes. Brasília: Editora IFB, 2016.

UNASUS. **OMS adverte que depressão é a doença mais frequente na adolescência.** Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/oms-adverte-que-depressao-e-doenca-mais-frequente-na-adolescencia>. Acesso em: 15 set. 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Health for the World's Adolescents:** a second chance in the second decade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=za812NoMWQY#t=15>. Acesso em: 15 set. 2017.

# 7

## É DE TODOS: ARTICULAÇÃO INTERDISCIPLINAR NO ATENDIMENTO AO ALUNO COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

### **Larissy Alves Cotonhoto**

Doutora em Educação, IFES, Cefor.

*E-mail:* larissy.cotonhoto@ifes.edu.br.

### **Sirley Trugilho da Silva**

Doutora em Psicologia, IFES, Vitória.

*E-mail:* strugilho@ifes.edu.br.

### **Fernanda dos Santos Nogueira**

Especialista, IFES, Vitória

*E-mail:* fernanda.nogueira@ifes.edu.br

### **Terezinha de Jesus Lyrio Loureiro,**

Mestre em Psicologia, IFES, Vitória

*E-mail:* tjllpsi@gmail.com.

### **Rosemeire Geromini Alons**

Mestre em Educação, IFES, Vitória.

*E-mail:* meire.alonso@gmail.com.

### **Israel Rocha Dias**

Mestre em Educação, IFES, Vitória.

*E-mail:* Isrocha30@gmail.com.

## Resumo

O presente trabalho relata a dinâmica do trabalho da educação especial no Instituto Federal do Espírito Santo–IFES, especificamente no *Campus* Vitória, ES. Destaca-se em especial a demanda de articulação do Napne (Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidade Específica) para o atendimento ao aluno com necessidades específicas, desenvolvida em colaboração com o AEE (Atendimento Educacional Especializado) e demais setores da escola.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Atendimento Educacional Especializado; Educação Profissional.

## Introdução

A inclusão escolar hoje, no Brasil e no mundo, não se restringe à educação básica. Identificamos um número cada vez mais significativo de alunos que são público-alvo da Educação Especial (PAEE) ingressando no ensino médio, técnico e superior. Esse aumento tem sido significativo na rede de Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Na busca por mais conhecimento em relação ao tema e ao público jovem e adulto, não identificamos muitos estudos e relatos de experiência. Deparamo-nos apenas com o estudo de Perinni (2017) acerca “Do direito à educação: o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas e a inclusão escolar no Ifes”, e com o estudo de Krebs (2017) sobre “O protagonismo da gestão educacional na efetivação da inclusão de estudantes surdos nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia”. Ambos indicaram o compromisso dos Institutos Federais em viabilizar a acessibilidade e a inclusão do PAEE, com mapeamento dos processos e ações voltadas à divulgação institucional, ao ingresso e à permanência dos estudantes, sobretudo por meio de práticas inclusivas pertinentes a tais níveis de ensino, cujas especificidades requerem uma organização didático-pedagógica diferenciada.

Assim, nosso objetivo é apresentar o processo de inclusão escolar do aluno com necessidade específica matriculado no Instituto Federal do Espírito Santo, *Campus* Vitória, a partir das ações articuladas e desencadeadas pelo Napne via AEE, a partir de um fluxo apresentado nas Resoluções 34 e 55 do Conselho Superior do IFES de dezembro de 2017, que institui os procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação de alunos com Necessidades Específicas no IFES.

## Metodologia

Trata-se de um relato de experiência sobre as ações articuladas pelo Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidade Específica (Napne), a partir de um fluxo de ações apresentado nas Resoluções 34 e 55 de 2017. O cenário foi o Napne e o AEE do IFES *Campus* Vitória (ES). A caracterização e a organização das atividades foram obtidas a partir da análise do conteúdo dos registros das atividades em parceria com os diferentes setores e equipes da instituição.

## Resultados

Atualmente, há no IFES, *Campus* Vitória, 48 alunos que integram o PAEE, conforme legislação, distribuídos em cursos técnicos integrados com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos, nos cursos técnicos concomitantes e subsequentes e nos cursos superiores.

No *Campus*, o Napne, criado em 2011, atualmente tem como membros psicólogos, tradutor e Intérprete de Libras, assistente social, pedagogos, médico, técnicos em assuntos educacionais e docentes. Suas principais atividades inseridas na rotina da escola são: acolhimento e entrevistas com o aluno com necessidades específicas para levantamento das suas necessidades, como o uso de recursos específicos, forma de se comunicar e interagir, histórico escolar, suas limitações e outras informações relevantes; organização/promoção de reuniões e formações pedagógicas de orientação aos docentes, no trabalho de colaboração, considerando como desenvolver metodologias que contemplem as especificidades dos alunos com necessidades específicas; e participação de reuniões solicitadas pelas coordenadorias para consideração de assuntos relacionados às práticas de inclusão e acessibilidade.

Conforme previsto nas Resoluções 34 e 55 de 2017, um trabalho colaborativo entre Napne, AEE e outros setores começa durante o Processo Seletivo, com a antecipação da demanda e das articulações prévias. Há participação na comissão local, acompanhando o número de inscrições de pessoas com deficiência (PcD), solicitações de atendimento especial, adaptações das provas e atendimentos. Tem-se, assim, o início da articulação das ações necessárias para o semestre seguinte, como a contratação de estagiários, intérpretes e outros.

Durante a matrícula e logo a seguir, ocorre a identificação da demanda. Para alinhamento e antecipação das informações, um representante do Napne participa do processo de matrícula, tendo acesso aos formulários e laudos dos ingressantes. A partir da identificação e das informações, são realizadas entrevistas com os alunos PAEE para a obtenção das informações sobre o histórico escolar e sobre as necessidades específicas, assim como para o preenchimento dos seguintes formulários: *Registro de Atendimento Inicial* e *Declaração de fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa* (indica se o aluno desejará ou não utilizar quaisquer recursos assistivos e/ou humanos fornecidos pelo *Campus*). Quando necessário, são solicitadas informações da escola anterior. Preenchidos os *Termos de responsabilidade*, o aluno é encaminhado ao professor de AEE. No segundo momento, todas as informações coletadas no contato inicial com o ingressante são encaminhadas à equipe pedagógica e à coordenação de curso para início das intervenções metodológicas.

Após a identificação e antes da abertura do semestre letivo, há o planejamento inicial do acompanhamento ao aluno. A equipe pedagógica encaminha as orientações aos professores, indicando quando necessário o *Plano de Ensino Individual* (PEI), disponibilizando o auxílio do professor de AEE.

No início do semestre letivo, efetiva-se o acompanhamento. No evento *Boas-Vindas*, apresenta-se o público-alvo de atendimento no Napne, e entrega-se a cartilha do Núcleo, reforçando os aspectos de identificação do PAEE e as ações de acolhimento. Assim, tem início o agendamento do AEE com os alunos.

Também há a realização da sensibilização das turmas novas em que estão os ingressantes que possuem necessidades específicas e para aqueles com adaptação de temporalidade do currículo. Simultaneamente, a Direção de Ensino e o Napne solicitam às coordenadorias o levantamento das possíveis barreiras existentes nos cursos que podem ser impeditivas ao bom aproveitamento do aluno em toda sua formação. Paralelamente às ações supracitadas, há a realização de formação continuada pontual e permanente como

política institucional para a comunidade escolar.

## Conclusões

A comunidade escolar deve questionar como transformar a escola em espaço de invenção, de produção, de saberes e de encontros, recorrendo a um processo de autogestão colaborativa, para que todos possam atuar na inclusão escolar do aluno com necessidade específica. Para isso, é necessária a definição e a organização do fluxo de atendimento ao aluno com necessidade específica, para que suas especificidades sejam contempladas no acolhimento, na permanência e na saída com sucesso do seu curso.

## Referências

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Resolução do Conselho Superior nº 34/2017.**

Institui diretrizes operacionais para atendimento alunos necessidades específicas no IFES. Disponível em: [https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res\\_CS\\_34\\_2017\\_-\\_Institui\\_diretrizes\\_operacionais\\_para\\_atendimento\\_alunos\\_necessidades\\_especiais.pdf](https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_34_2017_-_Institui_diretrizes_operacionais_para_atendimento_alunos_necessidades_especiais.pdf). Acesso em: 23 jan. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Resolução do Conselho Superior nº 55/2017.**

Institui Procedimentos de Identificação, Acompanhamento e Certificação dos Alunos Necessidades Específicas no IFES. Disponível em: [https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res\\_CS\\_55\\_2017\\_-\\_Institui\\_procedimentos\\_de\\_identifica%C3%A7%C3%A3o\\_acompanhamento\\_e\\_certifica%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_alunos\\_com\\_Necessidades\\_Espec%C3%ADficas.pdf](https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_55_2017_-_Institui_procedimentos_de_identifica%C3%A7%C3%A3o_acompanhamento_e_certifica%C3%A7%C3%A3o_de_alunos_com_Necessidades_Espec%C3%ADficas.pdf). Acesso em: 23 jan. 2018.

KREBS, J. R. **O protagonismo da gestão educacional na efetivação da inclusão de estudantes surdos nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional. Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS, Santa Catarina, 2017, 184 p.

PERINNI, S. T. **Do direito à educação: o núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas e a inclusão escolar no IFES.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2017, 277 p.

# 8

## **E-COMMERCE PARA AUXILIAR CELÍACOS NA COMPRA DE PRODUTOS ISENTOS DE GLÚTEN**

### **Gabriele Munarin**

Curso Técnico em Informática, *Campus* Rio do Sul, SC.

*E-mail:* gabimunarin12@gmail.com.

### **Luiza Pisetta**

Curso Técnico em Informática, *Campus* Rio do Sul, SC.

*E-mail:* luizapisetta@gmail.com.

### **Wesley dos Reis Bezerra**

M. Eng., *Campus* Rio do Sul, SC.

*E-mail:* wesley.bezerra@ifc.edu.br.

## Resumo

A doença celíaca é uma doença autoimune causada pelo consumo de glúten, que interfere diretamente na absorção de nutrientes essenciais ao organismo, agredindo e danificando as vilosidades do intestino delgado. Por isso, como forma de contribuição para esse tema, este trabalho visa construir uma ferramenta *web* que auxilie os celíacos a adquirirem alimentos isentos de glúten. No *website* proposto, haverá opções de empresas fornecedoras desse tipo de produto, possibilitando ao usuário escolher qual desejar. Utilizando conceitos da Engenharia de *Software*, foram construídos os protótipos e as telas do *website*. Além disso, foram criados os requisitos do sistema e o banco de dados. Assim, o projeto visa propor facilidade e comodidade às pessoas, através da compra *online*, sendo tudo isso ancorado na forte influência e facilidade de *marketing* que a *Internet* possui.

**Palavras-chave:** Dieta do glúten; *E-commerce* de alimentos; Compra *online*.

## Introdução

O ser humano busca ter hábitos mais saudáveis que possam levá-lo a uma melhor qualidade de vida. Nessa corrida pelo saudável e pelo bem-estar, utilizamos a dieta do glúten, ou seja, dieta isenta de glúten. Onde podemos encontrar esses alimentos específicos? Seguir uma dieta isenta de glúten é somente para os celíacos? Nossa condição socioeconômica influencia na compra desses alimentos?

Conforme Santiago [1], “os hábitos alimentares são resultados de diversos fatores relacionados com as condições de vida das famílias e o ambiente, dentre os quais, se encontram o nível socioeconômico, fatores culturais, fatores climáticos, geográficos, preferências e disponibilidade dos alimentos”. Cabe ressaltar que é nossa responsabilidade nos educarmos para que tenhamos hábitos alimentares mais saudáveis.

Segundo pesquisas já publicadas [2], “mais da metade da população brasileira está com sobrepeso e a obesidade já atinge a 20% das pessoas adultas”. Esse fator está associado a má alimentação, que reflete o estilo de vida da sociedade atual, sobrecarregada de tarefas, comprometendo grande parte do seu tempo. As pessoas dispõem de menos tempo para se preocupar com a alimentação e se forçam a buscar alternativas rápidas, tais como *fast foods*, lanches e restaurantes convencionais que nem sempre estão focados na saúde de seus clientes, mas sim no lucro que eles podem proporcionar.

Outros indivíduos, além dos celíacos, são afetados pelo consumo do glúten como, por exemplo, os que sofrem de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e que possuem alterações no sistema digestivo. Segundo pesquisa avaliada por Vande [3], “ao longo de quatro anos, analisando os efeitos de uma dieta isenta de caseína e glúten em autistas com níveis elevados da proteína na urina, verificou-se que, após um ano, os parâmetros urinários normalizaram e as capacidades cognitivas, sociais e de comunicação melhoraram significativamente”.

Dessa forma, a ideia é de construir um *website* que auxilie as pessoas a adquirirem uma alimentação saborosa e saudável, isenta de glúten. Tais alimentos podem ser caros e sua produção requer um ambiente onde só se manipule esse tipo de alimento. Por isso, o trabalho se propõe a desenvolver um *e-commerce* (comércio eletrônico) com opções de empresas que vendam produtos isentos de glúten. A ferramenta visa

atender uma parcela importante da população: intolerantes ao glúten, celíacos, pessoas alérgicas ao glúten, autistas e demais consumidores que desejam adquirir uma dieta isenta de glúten.

## Metodologia

Para a realização do trabalho, serão utilizadas as seguintes ferramentas:

1. HTML (*HyperText Markup Language*): utilizado para construir a interface do website;
2. CSS (*Cascading Style Sheets*): utilizado para definir a aparência do website;
3. *JavaScript*: aplicado para comportamentos dinâmicos;
4. *MySQL Workbench*: utilizado para armazenar as informações;
5. *Moqups*: utilizado para construir os protótipos de tela.

Para auxiliar no processo de desenvolvimento do *website*, foram aprofundados conceitos da Engenharia de *Software*, que auxiliaram principalmente a idealização e a construção das telas do *website*. O *Moqups* foi um facilitador no sentido de termos uma melhor visualização e um melhor planejamento de como as telas ficariam após serem construídas. Porém, é necessário aprimorar os protótipos e as telas, para que o usuário obtenha maior facilidade na utilização. Além disso, o Banco de Dados também se inclui na fase de aprimoramento.

## Desenvolvimento

Uma parte importante do processo de desenvolvimento de *software* é a prototipação de telas. Em nosso trabalho, foram desenvolvidas várias telas utilizando a ferramenta *Moqups*. Por exemplo, a tela inicial do sistema, Figura 1, foi desenvolvida com o intuito de apresentar as empresas cadastradas no *website*, possibilitando ao usuário escolher aquela que desejar para adquirir seus produtos. Além disso, na tela, haverá um campo em que o consumidor poderá pesquisar empresas fornecedoras dos produtos isentos de glúten.

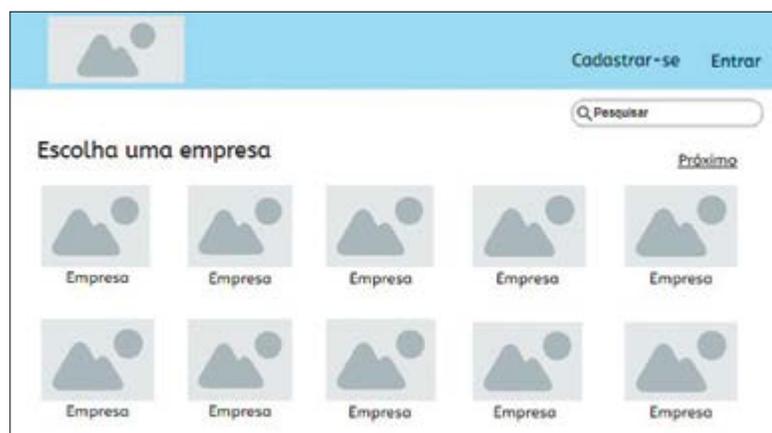


Figura 1 – Protótipo da tela inicial do *website*.

Após a fase de prototipação, foram construídas as telas do sistema utilizando PHP, HTML, *Bootstrap*, *JavaScript* e *CSS*. Além dessas tecnologias *web*, foi utilizada a persistência dos dados no Banco de Dados Relacional, *MySQL*. Com base no protótipo, foram construídas as telas do *website*. Elaborar os protótipos antes das telas facilitou na construção delas para ajustar os campos, os botões e quais cores utilizar, como foi o caso da Figura 2, a tela de *login* de empresas, baseada no protótipo desenvolvido anteriormente. Nela, o usuário poderá inserir o *e-mail* e a senha, já cadastrados na página de cadastro de empresas, para efetuar o *login*.



Figura 2 – Tela de *login* de empresas.

## Resultados e Discussão

Até o momento do trabalho, foram construídos os protótipos de tela, as telas de cadastro e de *login* de empresas e usuários, a tela inicial e o banco de dados. Porém, as telas e o banco de dados ainda precisam ser aprimorados.

O projeto apresentado está na fase de desenvolvimento e, futuramente, pretende-se incluir no *website* alimentos sem lactose, auxiliando os portadores de doenças relacionadas a ela. Além disso, a ferramenta disponibilizará receitas para os usuários que desejarem produzir seus próprios alimentos.

Portanto, o *website* será útil para que as necessidades dos celíacos sejam satisfeitas, na procura de uma melhor qualidade de vida. Esse é o propósito principal do trabalho e acredita-se que o objetivo será alcançado, almejando a contribuição com a saúde das pessoas.

## Referências

- [1] SANTIAGO, S. N. **Alimentação saudável: ser melhor**. Disponível em <http://www.sermelhor.com.br/saude/alimentacao-saudavel.html>. Acesso em: 15 jun. 2017, às 14h30.
- [2] ONU. **Aumentam sobrepeso e obesidade no Brasil, aponta relatório de FAO e OPAS**: Nações Unidas no Brasil. Disponível em <https://nacoesunidas.org/aumentam-sobrepeso-e-obesidade-no-brasil-aponta-relatorio-de-fao-e-opas/>. Acesso em: 22 mar. 2018, às 19h40.

[3] ALMEIDA, Larissa Aragão de. **A influência da alimentação em crianças autistas**. Disponível em <http://ec2-52-67-157-245.sa-east-1.compute.amazonaws.com/bitstream/123456789/15161/1/LARISSA%20ARAGAO%20DE%20ALMEIDA.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2018, às 21h15.

# 9

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL INCLUSIVA: HORTA SENSORIAL COM ALUNOS DEFICIENTES VISUAIS DO CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO ESPECIALIZADO DO RECIFE – CAPE/PE**

### **Vitória Régia de Barros Dantas**

Curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, IFPE, *Campus Recife*.

*E-mail:* vitoriarbdantas@gmail.com.

### **Amanda Quaresma Gadelha Tavares**

Curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, IFPE, *Campus Recife*.

*E-mail:* amanda.qgt2012@gmail.com.

### **Elba Maria Nogueira Ferraz Ramos**

Doutora, IFPE, *Campus Recife*.

*E-mail:* elbanogueira08@gmail.com.

## Resumo

Entendendo que a Educação Ambiental deve ser trabalhada no ensino especial como prática educativa contínua e permanente, esta pesquisa teve por objetivo a criação de uma horta sensorial com alunos deficientes visuais do Centro Pedagógico Especializado do Recife – CAPE/PE. Para essa prática, foram assistidas 23 pessoas, entre professores, familiares e alunos (de 8 a 64 anos), durante abril e dezembro de 2017. Foram trabalhadas nove espécies dos grupos das hortaliças aromáticas e medicinais. Através das oficinas de reconhecimento, cultivo, rega e colheita das espécies, a horta sensorial passou a ser uma nova ferramenta pedagógica fundamental de auxílio nos programas ofertados pela instituição, uma vez que dá autonomia e ajuda na exploração sensorial dos atores envolvidos nesse processo.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental Inclusiva; Horta Sensorial; Deficiência Visual.

## Introdução

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº 9795/99, conceitua Educação Ambiental (EA) como os processos que levam o indivíduo e a coletividade a construir valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, englobando além da educação básica, superior, profissional, e de jovens e adultos, a educação especial para o seu desenvolvimento (BRASIL, 1999).

Em relação à deficiência visual, para o Conselho Nacional de Oftalmologia (CNO), existem quatro níveis de função visual, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID-10): 1) visão normal; 2) deficiência visual moderada; 3) deficiência visual grave e 4) cegueira. Os níveis 2 e 3 estão agrupados sob o título de “baixa visão”, e a deficiência visual está representada pelo conjunto de baixa visão e cegueira (CNO, 2012).

Segundo a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, aproximadamente 45 milhões de brasileiros declararam possuir alguma deficiência. Em Pernambuco, 20.746 habitantes têm cegueira total, 348.111 possuem grande dificuldade e 1.563.653 apresentam alguma dificuldade visual (SNPDP, 2010).

Entendendo o contexto educacional e estatístico e a elevada demanda de alunos com deficiência visual no ensino formal e especializado em Pernambuco, este trabalho objetivou a inclusão da EA como nova perspectiva pedagógica, que ocorreu através da criação de uma horta sensorial, tendo, por objetivos específicos, o planejamento de oficinas sobre a horta e sobre sua relevância na saúde e na nutrição das pessoas; e a implantação da horta sensorial e sua contribuição como ferramenta pedagógica nos programas e projetos ofertados pela instituição.

## Metodologia

A pesquisa associada a este projeto foi do tipo qualitativa, segundo uma metodologia de pesquisa-ação, tendo como campo de estudo o Centro de Apoio Pedagógico Especializado do Recife (CAPE-PE), localizado no bairro Casa Amarela, em Recife, Pernambuco.

Para coleta e análise de dados, este trabalho foi realizado entre o mês de abril e dezembro de 2017. No primeiro trimestre, a coleta de dados incluiu levantamento bibliográfico acerca dos principais trabalhos de horta sensorial e agricultura com deficientes visuais, reuniões com a direção do CAPE, protocolo de germinação das possíveis espécies a serem trabalhadas na horta e principais dados sobre o corpo de professores e alunos do Centro.

Foram realizadas quatro (4) oficinas de mais ou menos uma (1) hora cada, que assistiram alunos cegos e com baixa visão entre 8 e 64 anos, além dos professores e familiares presentes, abordando a estrutura física, o reconhecimento das sementes, folhas e frutos, características nutricionais, modo de manutenção e colheita das espécies a serem trabalhadas.

Para implantação estrutural da horta sensorial, utilizaram-se alguns vasos de plástico, arames para sustentação e um (1) *pallet* de madeira. Já em relação às espécies, através do protocolo de germinação e das potencialidades sensoriais dos atores envolvidos, foram escolhidas nove (9) espécies dos grupos das hortaliças medicinais e aromáticas com características morfológicas perceptíveis ao tato e/ou olfato.

## Resultados e Discussão

Entre os principais trabalhos sobre agricultura com pessoas cegas no Brasil, alguns foram destacados para base de construção desta pesquisa, como, por exemplo, o Projeto Jaboticabal de Agricultura para Cegos, o primeiro de inclusão de pessoas cegas em atividades agropecuárias da América do Sul, com o objetivo de proporcionar conhecimento prático nessa área; e o trabalho realizado por Géa (2011), tendo como objetivo a construção de uma horta sensorial para deficientes visuais em Campo dos Goytacazes, RJ.

Através de reuniões com a direção e os professores do CAPE, foi perceptível a significância desse projeto para os atores envolvidos, uma vez que muitos alunos, principalmente crianças cegas, chegam à instituição com grande dificuldade de explorar a relação pessoal, objetos e lugares, fazendo deste trabalho um aprimoramento sensorial de grande significância e de fácil operação.

Em relação às espécies trabalhadas na horta, nove (9) hortaliças dos grupos de hortaliças aromáticas e medicinais com características morfológicas perceptíveis ao tato e/ou olfato foram escolhidas: o Alecrim (*Rosmarinus officinalis*), a Alface (*Lactuca sativa*), a Cebolinha (*Allium schoenoprasum*), o Coentro (*Coriandrum sativum*), o Hortelã-de-folha-graúda (*Plectranthus amboinicus*), o Hortelã-de-folha-miúda (*Mentha Piperita*), o Manjericão (*Ocimum basilicum*), a Rúcula (*Eruca sativa*) e o Tomate-cereja (*Solanum lycopersicum var. cerasiforme*).

Por meio das oficinas de reconhecimento das espécies trabalhadas e das análises dos envolvidos, observou-se que a autonomia dos deficientes sobre as sementes se dá obrigatoriamente pela referência em braille e sobre as folhas. Foi possível atribuir características sensoriais específicas para a diferenciação das espécies analisadas. Em relação à alface, à rúcula e ao tomate-cereja, que são perceptíveis apenas ao tato,

por exemplo, as principais características destacadas foram, respectivamente, a nervura na parte inferior central da planta, a folha viscosa alongada e os frutos arredondados. Já o alecrim, a cebolinha e o hortelã de folha graúda são perceptíveis tanto pelo tato quanto pelo olfato. As características principais incluem, respectivamente, folhas pequenas e esparsas e cheiro adocicado, tamanho e forma tubular das folhas e cheiro ardido (cebola), e folha aveludada e cheiro refrescante.

Para a parte estrutural, foram utilizados canteiros suspensos, sendo mais ergonômicos para manuseio, manutenção e colheita da horta, atendendo ao público assistido de 8 a 64 anos, um total de 23 pessoas entre alunos, familiares, professores e funcionários, distribuídos nas quatro oficinas realizadas no CAPE.

Após as oficinas e a implantação da horta sensorial, houve acompanhamento presencial e eletrônico, pela equipe do projeto, para tirar qualquer dúvida sobre a manutenção das hortaliças, sendo acertada anteriormente a responsabilidade do revezamento diário de rega e cuidado da horta pelos professores, alunos e funcionários do CAPE, uma vez que o produto da colheita seria destinado ao corpo institucional.

Durante as oficinas, os professores perceberam não só a importância dessa atividade como nova ferramenta pedagógica de auxílio aos programas ofertados na instituição, como também o entusiasmo dos alunos com essa experiência, os quais propuseram aplicá-la em suas residências, como forma de continuidade desse projeto.

## Referências

BRASIL. Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm). Acesso em: 16 abr. 2018.

CNO – Conselho Nacional de Oftalmologia. **As Condições de Saúde Ocular no Brasil**. 1. ed., 2012.

SNPD. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Resultados preliminares da amostra - Censo 2010**. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/indicadores/censo-2010>. Acesso em: 16 abr. 2018.

## Financiamento

O financiamento dos materiais utilizados neste trabalho foi feito pela equipe de bolsistas e pela coordenação enquanto projeto de extensão.

# 10

## FERRAMENTAS ROBÓTICAS PARA AUXÍLIO NO TRATAMENTO E SOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

### **Eloisa Conceição Caratáu**

Automação Industrial, IFPB, *Campus* João Pessoa.

*E-mail:* ecarateu@gmail.com.

### **Ramon Leonn Victor Medeiros (Orientador)**

Mestrado, IFPB, *Campus* João Pessoa.

*E-mail:* ramon.medeiros@ifpb.edu.br.

## Resumo

Há um crescente reconhecimento sobre a importância do tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA). São inúmeras as intervenções estruturadas de acordo com as etapas da vida do paciente (criança). Neste trabalho, introduziremos a robótica através de dois protótipos nomeados de NICO e TON, ferramentas para abordagens múltiplas no que diz respeito ao tratamento do autismo. A intenção não é discutir métodos de intervenção específicos, mas sim apresentar protótipos de fácil montagem e boa interação que auxiliem de maneira positiva na socialização de crianças com esse transtorno. Dessa maneira, a robótica apresenta-se acessível, educacional e social. Ademais, todos os protótipos apresentados são construídos com o intuito de trabalhar aspectos motores e cognitivos da criança, sendo os materiais de baixo custo e fácil acesso, facilitando a aquisição pelos familiares e amigos da criança. Por fim, é importante enfatizar a importância do diagnóstico precoce e do tratamento do autismo, através das terapias e de ferramentas de auxílio como as apresentadas neste trabalho.

**Palavras-chave:** Autismo; Robótica; Ferramenta Pedagógica.

## Introdução

Na atualidade, o uso da robótica em construções práticas pedagógicas não é nenhuma novidade. Além de contribuir nos processos pedagógicos, a robótica vem apresentando novas diretrizes no estudo da sociedade [1].

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), popularmente conhecido como Autismo, é um transtorno invasivo que envolve graves dificuldades ao longo da vida no que diz respeito às habilidades comunicativas e de interação social, tornando muitas vezes os interesses da criança limitados e repetitivos. Ficam comprometidas também algumas das funções sensoriais do paciente como o ver, o tocar, o sentir, o falar, o equilibrar e até mesmo o degustar [2]. A função da linguagem é atrasada e, em alguns casos, nem chega a se manifestar.

Segundo a Dr. Pamela Rollins, do *UT Dallas Callier Centre for Communication Disorders*, “todas as crianças com autismo têm problemas nas suas interações sociais, contudo são interessadas em tecnologia”. Dessa maneira, associar a robótica como uma prática de ensino-aprendizagem para as crianças com TEA e seus familiares é inovador e eficiente, já que auxilia na criatividade da criança e também nas principais práticas sociais, como cumprimentar e falar, além de exercitar todos os seus conhecimentos, sua inteligência e seu potencial em lidar com situações adversas presentes no cotidiano [3].

Dessa forma, este trabalho busca solucionar problemas básicos relacionados às dificuldades mecânicas e cognitivas, utilizando protótipos robóticos nomeados de NICO e TON. Esses protótipos são construídos através de plataformas simples, com o uso de *softwares* livres e com IDE de fácil acesso e programação, como, por exemplo, o Arduino UNO R3. Essas características facilitam a aquisição e a montagem pelos pais e familiares da criança.

## Metodologia

Inicialmente, buscou-se o contato com instituições e/ou psicólogas que detêm expertise no estudo, que acompanham e tratam crianças com Transtorno do Espectro Autista. Contudo, a relutância da inserção de novas tecnologias no que diz respeito a terapias do tratamento comportamental e cognitivo ainda é grande. Mas, em paralelo, foi possível firmar parceria com uma psicóloga, que nos deu todo embasamento teórico sobre o assunto e que nos mostrou quais os melhores caminhos a serem trilhados durante a execução do projeto. O segundo passo foi a aquisição de plataformas robóticas e componentes que solucionassem e se adequassem ao projeto proposto. Neste caso, foram utilizados componentes de montagem de fácil acesso e aquisição pelos familiares.

Foram desenvolvidos dois protótipos robóticos, ambos chamados de NICO. O primeiro protótipo foi confeccionado utilizando o Kit Robótica Lego Mindstorms, como mostrado na Figura 1a. Toda sua programação foi feita na plataforma LEGO NXT-G, executando comandos básicos como giros e identificação de objetos; desenvolvendo, assim, aspectos motores da criança. O segundo protótipo tinha como objetivo trabalhar a assimilação das cores pelo paciente. Com isso, foi introduzido um estudo relacionado à identificação de cores por crianças com autismo. Testaram-se todas as cores com a criança, para validação e implementação de um minijogo da memória confeccionado com LEDs, acoplado no segundo protótipo feito na plataforma Arduino, como ilustrado na Figura 1b.

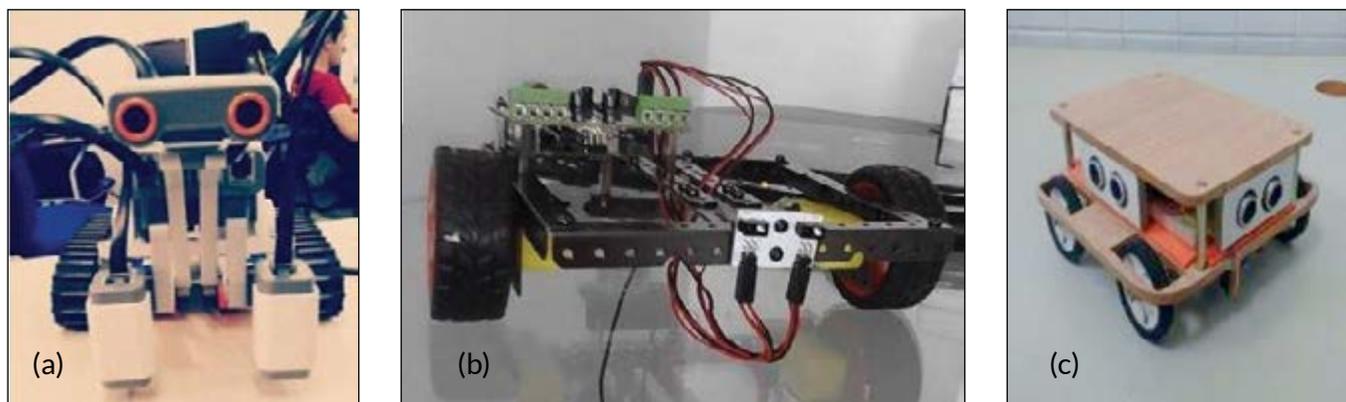


Figura 1 – Protótipos: (a) NICO 1, (b) NICO 2 e (c) TON.

Dando continuidade ao projeto, após trabalhar aspectos relacionados ao raciocínio lógico e motor da criança, foi feito um estudo relacionado aos sons, desenvolvendo, assim, um outro protótipo, nomeado de TON, como mostrado na Figura 1c, que trabalha aspectos relacionados à área áudio-visual da criança, assim como movimentações mais complexas. A intenção é inserir, aos poucos, sons que estejam ligados diretamente ao cotidiano da criança, como, por exemplo, o som da campainha da sua casa.

Após o desenvolvimento dos protótipos, foi estabelecido o primeiro contato com a criança, oferecendo a ferramenta aos seus familiares gratuitamente. Introduziu-se inicialmente o NICO 1; em sequência, o NICO 2; e, por fim, o TON.

## Resultados e Discussão

Verificou-se que a inserção da robótica para o desenvolvimento de aspectos sociais e educacionais em crianças com Transtorno do Espectro Autista teve um resultado bastante positivo. Diante de uma tendência da criança em gostar de áreas relacionadas à tecnologia, possibilitando um melhor aprendizado e maior raciocínio lógico, e também através de exercícios cotidianos com cores, sons, junto ao robô e/ou artefato robótico, a criança pôde desenvolver uma relação de afeto e confiança, pois tem boa adaptação com as repetições da máquina. Tudo isso acaba refletindo no convívio familiar e na interação social, pois o robô também permite que se realizem atividades junto a outras pessoas.

Outro resultado bastante significativo foi a utilização de cores e sons como forma de recarga funcional, na qual se sobressaem as cores azul e laranja, cores melhor assimiladas: a cor laranja estimula a socialização, ou seja, serve como um antídoto contra o isolamento, também ajudando na criatividade, comunicação e humor [4]. Por sua vez, o azul leva ao equilíbrio e à calma, ajudando nos momentos de sobrecarga sensorial. A inserção de sons presentes no dia a dia da criança também foi bastante positiva, pois há uma assimilação maior de certas sonoridades, como, por exemplo, sons da natureza. Ademais, foi possível observar que a intervenção, com auxílio das ferramentas robóticas, deve ser feita em um momento específico, e pode variar de acordo com o paciente. O diagnóstico precoce, porém, bem como o acompanhamento dos pais, é muito importante para conhecer todas as dificuldades que a criança pode enfrentar nas fases da vida, principalmente no que diz respeito à socialização.

## Referências

- [1] ALBUQUERQUE, Ana Paula *et al.* Robótica Pedagógica Livre: Instrumento de Criação, Reflexão e Inclusão Sócio-digital. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO*, 18, 2007. **Anais... SBIE**, 2007, p. 316-319.
- [2] KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral Autism and Asperger syndrome: an overview. **Rev Bras Psiquiatr**, v. 28, n. Supl I, p. S3-11, 2006
- [3] SCHWARTZMAN, José Salomão; JÚNIOR, Assumpção; BAPTITA, Francisco. **Autismo Infantil**. Memnon, 1995.
- [4] BOSA, Cleonice Alves. **Autismo: Intervenções psicoeducacionais**. *In: UFRGS*. 2006, p. 1-7.

## Financiamento

Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq na modalidade ITI-B-Iniciação Tecnológica Júnior pelo período de 01/01/2017 a 01/12/2017, sob a coordenação e orientação de Ramon Leonn Victor Medeiros, para o desenvolvimento do projeto de pesquisa: NICO – ROBÔ PARA O AUXÍLIO NA SOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA .

# 11

## **FORMAÇÃO DOCENTE PARA O TRABALHO COM ALUNOS COM AUTISMO: REVISÃO DE LITERATURA**

**Elaine Caroline de Macedo**

Mestranda em Educação pela UFRN, IFRN, *Campus Caicó*.

*E-mail:* elaine.macedo@ifrn.edu.br.

## Resumo

É crescente o número de educandos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) em escolas regulares, e o desenvolvimento profissional dos professores é uma forma efetiva de responder a esse cenário. Portanto, o objetivo deste trabalho foi realizar uma Revisão de Literatura sobre experiências de programas de formação docente voltadas para o TEA, a partir do Ensino Médio. Os resultados evidenciaram que, a despeito de possuímos ampla legislação nacional que fundamenta os direitos desses jovens, ainda existem poucas formações específicas no país sobre o processo de ensino para alunos com TEA.

**Palavras-chave:** Autismo; Educação Profissional; Formação de professores.

## Introdução

O desenvolvimento profissional dos professores é uma forma efetiva de responder à complexidade da instituição escolar e do trabalho pedagógico nos dias de hoje, que clama pela inclusão<sup>1</sup>, visto que os estudos sobre inclusão de educandos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) revelam lacunas na formação docente. Via de regra, os professores declaram que não foram preparados em suas graduações e licenciaturas para lidar com alunos com necessidades educacionais específicas, entre elas o TEA, e que não são pagos para trabalhar com educação especial<sup>2,3</sup>. Reclamam de turmas superlotadas que não comportam horários flexíveis, atendimento individual ou adaptações curriculares<sup>1</sup>. Ou ainda, são resistentes em trabalhar com alunos com TEA devido a ideias negativas preconcebidas, o que acaba afetando suas expectativas e suas ações pedagógicas<sup>4</sup>. Trazendo para a área da Educação Superior, Técnica e Profissional, dado o mosaico da formação dos que atuam nessas instituições – que vai de professores formados nas escolas de educação a técnicos recém-saídos dos cursos técnicos; de tecnólogos e engenheiros de diferentes áreas a mestres e doutores especializados em diversos campos do conhecimento<sup>5</sup> –, a visão preconceituosa ainda permeia a comunidade acadêmica, acompanhada da argumentação sobre a impossibilidade do atendimento escolar para pessoas com necessidades educacionais pela falta de conhecimento<sup>1,6</sup>. Ou seja, a despeito das exigências legais, a maioria das instituições da rede federal não se encontra preparada para receber pessoas com deficiência, sejam elas de quais grupos forem<sup>7</sup>. Portanto, o objetivo deste trabalho foi fazer uma Revisão de Literatura para conhecer experiências de formação voltadas para professores a partir do Ensino Médio e modalidades posteriores, como o Superior ou Profissional, para servir de base aos profissionais inseridos nos Núcleos de Atenção a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNES) dos Institutos Federais e promover uma melhor escolarização para alunos com TEA.

## Metodologia

A fim de encontrar outros exemplos de programas de formação de docentes, foi realizada uma revisão de literatura pela busca de artigos em fontes, como nos Repositórios de Instituições de Educação Superior; e nos Bancos de Dados SciELO, CAPES e ERIC. Os descritores usados foram: Inclusão e autismo; Escola-

rização e autismo; Autismo e Ensino Médio; Autismo e Educação Profissional; Ação TEC NEP; *Autism and Postsecondary Education*; *Autism and high school*. Foram analisados artigos revisados por pares, e publicados nos últimos 10 anos, e foram excluídos da análise os artigos clínicos sobre terapias ou experimentos que refletiam sobre a dimensão familiar; que tratavam de legislação internacional, *bullying* e educação infantil. Com base nos critérios de inclusão e exclusão, foram identificados seis artigos, descritos a seguir.

## Resultados e Discussão

No geral, as pesquisas nacionais sobre o autismo ainda estão se fortalecendo e são bem restritas quando comparadas às internacionais. Mesmo assim, as realidades são parecidas: poucos programas de formação projetados especificamente para a capacitação de professores para atender alunos com TEA e, quando são promovidos, além de insuficientes em número, usualmente são limitados em extensão/conteúdo e voltados para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Mesmo assim, é possível perceber que até mesmo cursos/disciplinas breves sobre as características e necessidades de alunos com TEA já contribuem significativamente para o aumento do conhecimento de professores sobre esse público<sup>8</sup>. Apesar da escassez de estudos sobre o contexto de interesse dessa revisão, foi possível encontrar publicações que traçam um importante panorama das experiências de formação docente sobre o TEA, que podem se adequar aos anos finais da Educação Básica, Superior e Técnica.

Quadro 1 – Exemplos de programas de formação docente sobre o TEA.

AUTORES	OBJETIVO	RESULTADOS
Probst P ; Leppert T. (2008)	Avaliação de um programa de treinamento de professores sobre TEA, baseado no método do “ensino estruturado” (método TEACCH).	Melhora significativa na Escala de Sintomas Comportamentais para Crianças em sala de aula, como também na Escala de Reação de Estresse dos professores da sala de aula correspondente.
Alexander, Ayres, Smith (2015)	Revisão de estudos sobre formação de professores a partir de práticas baseadas em evidências.	Os achados sugerem que as pesquisas se concentraram com mais frequência no treinamento individual de professores no uso de intervenções comportamentais para melhorar a comunicação dos alunos.
Mccabe (2008)	O artigo examina e destaca os aspectos do modelo de formação de professores no Instituto de Autismo na República Popular da China.	Os destaques são: os professores receberam instruções contínuas, sistemáticas e específicas no local de trabalho; relações positivas e baseadas na compreensão e no respeito mútuos entre professores mais novos e mais experientes.
Stahmer et al. (2015)	Examinar até que ponto os professores das escolas públicas implementaram intervenções baseadas em evidências para estudantes com autismo da forma como essas práticas foram projetadas.	Os resultados indicam que os professores das salas de aula de educação especial da escola pública podem aprender a implementar estratégias baseadas em evidências; no entanto, eles requerem treinamentos extensivos para alcançar uma fidelidade moderada.

AUTORES	OBJETIVO	RESULTADOS
Benitez; Domeniconi (2014)	Operacionalizar e avaliar uma capacitação destinada aos professores da sala de aula regular, da educação especial, e pais de autistas e deficientes intelectuais.	A capacitação ampliou as possibilidades do trabalho compartilhado dos três agentes educacionais, de modo a pôr em prática as orientações descritas nos documentos vigentes em relação à inclusão escolar, configurando-se como uma estratégia promissora de ensino.
Morrier, Hess; Heflin (2011)	Investigar, por meio do <i>Autism Treatment Survey</i> , quais tipos de treinamento os professores de um Estado do Sul dos EUA recebiam para trabalhar com alunos com TEA.	O tipo de formação mais comum era a participação em <i>workshops</i> /congressos, e menos de 15% disseram ter recebido qualquer formação a partir de programas de Universidades.

Fonte: Elaboração própria (2018).

Ao passo que o acesso do aluno com TEA aumenta na escola e nos anos finais da educação, destaca-se a necessidade de espaços de troca de experiências e conhecimentos entre profissionais da educação, não só da Educação Infantil e Fundamental, mas também do Ensino Médio e demais áreas de suporte ao TEA, incluindo psicólogos, psiquiatras, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, pesquisadores etc. Assim, será possível que todos os profissionais sejam minimamente habilitados para intervir de acordo com um programa que seja preparado em função daquele público.

## Referências

- [1] CAPELLINI, V. L.; MENDES, E. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. **Revista de Educação Educare**, Cuiabá, v. 2, n. 4, p. 113-128, jul./dez. 2007.
- [2] MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Gonçalves. Demandas de Professores Decorrentes da Inclusão Escolar. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 21, n. 1, p. 9-22, jan./mar., 2015.
- [3] SCHMIDT, Carlo *et al.* Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 222-235, abr. 2016.
- [4] SILVA, Isabelle Cristine Mendes da; PLETSCHE, Márcia Denise. A Política de “Educação Inclusiva” no Ensino Técnico-Profissional: Resultados de um Estudo de Caso. **Democratizar**, v. IV, n. 1, mai./ago. 2010.
- [5] PACHECO, Eliezer (Org). Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Fundação Santillana, Editora Moderna, São Paulo, 2011. \_\_\_\_\_. Prefácio. In: SOUZA, E.L.; CASTIONI, R. **Institutos Federais: os desafios da institucionalização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

- [6] GREGUOL, Márcia; GOBBI, Erica; CARRARO, Attilio. Formação de professores para a educação especial: uma discussão sobre os modelos brasileiro e italiano. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 19, n. 3, p. 307-324, Set. 2013.
- [7] MELO, F. R. L. V. *et al.* Ação TEC NEP: Análise de dissertações e teses publicadas na base de dados da CAPES. VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. Londrina, de 05 a 07 novembro de 2013. ISSN 2175-960X.
- [8] MISQUIATTI, A. R. N. *et al.* Comunicação e transtornos do espectro do autismo: análise do conhecimento de professores em fases pré e pós-intervenção. **Rev. CEFAC**. v. 16, n. 2, p. 479-486, mar./abr. 2014.

# 12

## **INCLUSÃO DOS DEFICIENTES NO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO DO IFRN, *CAMPUS* CAICÓ: EDUCAÇÃO, DIREITOS E CIDADANIA**

### **João Batista Lucena**

Licenciatura em Física, IFRN.

*E-mail:* joao.batista.lucena@gmail.com.

### **João Paulo Santos**

Curso Técnico em Têxtil integrado, IFRN.

*E-mail:* paulo-joao@hotmail.com.

### **Débora Suzane de Araújo Faria (Orientador)**

Mestre em Educação, IFRN.

*E-mail:* debora.faria@ifrn.edu.br.

### **Maria das Dores da Rocha Medeiros**

IFRN.

*E-mail:* dores.rocha@ifrn.edu.br.

## Resumo

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), *Campus Caicó*, entre seus objetivos, busca articular as atividades desenvolvidas no *Campus* com as ações de outras instituições voltadas ao trabalho com pessoas com necessidades educacionais específicas. Nesse sentido, é primordial fazer uma aproximação com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e as escolas da educação básica estaduais e municipais, buscando integrar ações que visem à consolidação da prática da educação inclusiva para alunos com deficiência. Para tanto, esta pesquisa em andamento tem o objetivo de conhecer o aluno com necessidades educacionais específicas que estuda nas instituições públicas de ensino fundamental do Seridó, com vistas a incluí-lo na educação profissional. O projeto se realiza por meio de visitas a 10 (dez) escolas da região Seridó que ofertam educação fundamental.

**Palavras-chave:** NAPNE; Deficiência; Estudantes.

## Introdução

Devido à alteração da Lei<sup>1</sup> que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino, o art. 3º anuncia que:

em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por [...] pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de [...] pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Com base no texto de Lei, os Institutos Federais terão que ofertar vagas em seus cursos para deficientes, sendo tal legislação colocada em vigor a partir do ano de 2018. Assim, o *Campus Caicó* passou a ofertar vagas para deficientes em todos os cursos técnicos de nível médio integrado, subsequente, cursos superiores de Licenciatura e Tecnologias. Os Institutos Federais foram contemplados com o NAPNE<sup>2</sup>, fundamentando-se na cultura da aceitação da diversidade e, especificamente, buscando quebrar as barreiras de arquitetura, barreiras educacionais, barreiras de comunicação e barreiras atitudinais. A implantação do NAPNE, *a priori*, deu as condições para que cursos específicos fossem ofertados no *Campus Caicó*, com o intuito de capacitar docentes e técnicos. Contudo, ainda há muito o que fazer em termos de formação docente, e se tem muito a conhecer sobre o perfil do deficiente, sobre as redes de atendimento e sobre as possibilidades que o IFRN pode dar para a sua inclusão social no Seridó do Rio Grande do Norte, RN. Nesse aspecto, o NAPNE busca promover condições de acessibilidade e aprendizagem para os estudantes deficientes que estão matriculados em 2018 e para novos estudantes ingressarem como alunos. Com base nessa premissa, essa pesquisa em andamento tem o objetivo geral de conhecer o aluno com necessidades educacionais específicas que estuda nas instituições públicas de ensino fundamental do Seridó, com vistas a incluí-lo na educação profes-

sional. Nesse aspecto, elencaram-se como objetivos específicos: realizar visitas às instituições escolares de ensino fundamental do Seridó; conhecer o aluno deficiente, suas limitações, competências e habilidades e possíveis laudos e/ou avaliações diagnósticas; construir um banco de dados para subsidiar ações de integração entre o IFRN e as escolas públicas do Seridó; e elaborar palestras sobre os cursos técnicos integrados que o IFRN oferta, apresentando o NAPNE e firmando parcerias com a APAE e as escolas públicas do Seridó.

## Metodologia

O projeto se realizará por meio de visitas a 10 (dez) escolas elencadas na região do Seridó que ofertam educação fundamental. Nesse primeiro momento, gestores, coordenação pedagógica e professores das salas de Recursos Multifuncionais preencherão um questionário com o objetivo de coletar informações a respeito da identificação do aluno, das condições de acessibilidade do ambiente educacional, e também das condições do aluno, das suas limitações, competências, dificuldades, habilidades e dos possíveis laudos e/ou avaliações diagnósticas. De posse das informações coletadas e após compilação, será organizado um banco de dados com vistas a subsidiar ações de integração entre o Instituto Federal e as unidades de ensino municipais e estaduais. Novamente, serão feitas visitas às escolas com o intuito de se reunir com os alunos do 8º e do 9º ano para apresentar o NAPNE e os cursos que são ofertados no IFRN, *Campus Caicó*, oferecendo orientações acerca do processo seletivo para ingresso em cursos técnicos do IFRN.

## Resultados e discussão

A concepção de inclusão que se propõe adotar no IFRN, *Campus Caicó*, parte de ações pedagógicas que se pautam nos princípios do respeito à diferença; à igualdade de oportunidades e à acessibilidade total<sup>3</sup>. A política educacional brasileira estabelece que a educação inclusiva é a mais adequada estrutura de educação que objetiva acolher a diversidade dos estudantes e superar as desigualdades sociais e econômicas que se reproduzem na escola. Assim, os estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) se incluirão nesse processo educativo. Contudo, o principal desafio para incluir esses estudantes em uma instituição verdadeiramente inclusiva parte, inicialmente, da transformação de sua cultura, das concepções dos gestores, do corpo docente e discente sobre o que seja educação especial.

A concepção da inclusão pretende abolir a segregação, tendo em vista que, fundamentados nessa concepção, os estudantes passariam a se desenvolver conjuntamente em um ambiente rico e variado<sup>4</sup>. Para alguns educadores, a proposta da inclusão é compreendida como simplesmente inserir os alunos nas classes regulares, sem levar em consideração o aspecto de que, mesmo incluído em uma classe regular e integrado aos alunos ditos normais, não significa que esse aluno está se apropriando da construção do conhecimento.

“Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros, e não o contrário”<sup>5</sup>.

Então, a prática de inserir o aluno na escola sem que ele esteja realmente se apropriando do conhecimento, além do fato de o Estado não atender às necessidades educacionais da sua clientela, gera uma dupla exclusão no sistema educativo, tendo em vista que a inclusão educacional não acontece quando deveria. Ao tentar criar mecanismos para incluir o educando, acaba-se, de vez, por excluí-lo.

Com o objetivo de incluir o aluno deficiente na Educação Profissional, o IFRN instituiu a Portaria nº 1533/2013, criando os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs). Nesse sentido, o NAPNE se caracteriza enquanto um “setor deliberativo que responde pelas ações do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (TEC NEP) dentro da instituição”<sup>6</sup>.

Essa concepção assumida no NAPNE vai além do direito a uma educação de qualidade para todos e da ideia de que todos tenham os mesmos direitos e deveres, pois se embasa na concepção da equidade, que parte do princípio de educar conforme as diferenças e as necessidades individuais, não considerando que as condições demográficas, étnicas, geográficas, econômicas ou de gênero representem impedimentos para que se desenvolva a aprendizagem dos estudantes. Para tanto, espera-se possibilitar aos alunos com necessidades educacionais específicas o ingresso como estudantes em nossa Instituição de Ensino.

## Referências

- [1] BRASIL. **Lei nº 13.409/2016**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-publicacaooriginal-151756-pl.html>. Acesso em: 02 abr. 2018.
- [2] BRASIL. **Decreto nº 6.571/2008**. Disponível em: <http://www.andi.org.br/file/51322/download?token=iPduFKyi>. Acesso em: 06 mai. 2018.
- [3] PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO IFRN. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/ensino/arquivos/projeto-politico-pedagogico-ppp-2012/view>. Acesso em: 02 abr. 2018.
- [4] MANTOAN, M. T. E. **Ser ou estar, eis a questão**: explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- [5] SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão** – Revista da Educação Especial, Brasília, v. 1, n. 1, out./2005.
- [6] NAPNE. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/campus/natalcentral/nucleo-de-inclusao>. Acesso em: 20 mar. 2018.

# 13

## **INCLUSÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO INTEGRAL DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: CAMINHOS POSSÍVEIS**

### **Gláucia Tomaz Marques Pereira**

Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, *Campus Anápolis*.

*E-mail:* gltomazmt@hotmail.com.

### **Wanderley Azevedo de Brito (Orientador)**

Doutor, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

*E-mail:* britoaw@yahoo.com.br.

## Resumo

Este estudo aponta resultados parciais de uma pesquisa em andamento no programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Realizou-se um estudo bibliográfico que norteou o escopo da pesquisa, além de direcionar a problemática inicial para verificar se as práticas de ensino nas escolas municipais da rede pública de ensino da cidade de Anápolis-GO possibilitam de fato a escolarização inclusiva e a formação profissional de pessoas com autismo, com vista à educação emancipadora. O recorte temporal para o estudo bibliográfico são as publicações realizadas sobre autismo e educação nos últimos cinco anos pós-promulgação da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, pois a concretização dessa lei marca historicamente conquistas de direitos adquiridos para os autistas. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, e que tem como referencial teórico os estudos de Ciavatta (2005), Ramos (2008) e Saviani (2007) sobre a perspectiva de educação integral. O estudo bibliográfico indica inicialmente a inexistência de pesquisas sobre autismo e a formação omnilateral, bem como sobre a formação de estudantes com transtorno de espectro autista para o mundo do trabalho

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista; Inclusão; Formação Integral.

## Introdução

Na maior parte da história da educação brasileira, a escola tem sido marcada por uma dualidade na sua natureza e nos seus objetivos. Aos filhos das classes dominantes, o sistema escolar oferece uma educação de cultura geral, visando o prosseguimento dos estudos no ensino superior. À classe trabalhadora, o sistema oferece uma formação técnica e instrumental, com terminalidade de formação profissional na educação básica (SAVIANI, 2007). Quanto aos estudantes que apresentam necessidades de atendimento específicos por razões físicas, biológicas e psíquicas, o acesso à educação é ainda muito restrito, mesmo com o avanço das políticas educacionais de perspectiva inclusiva nas últimas décadas.

A escolarização de pessoas com necessidades específicas, tanto de grupos repelidos pelo sistema escolar dominado por determinados setores da sociedade, quanto de pessoas excluídas pela sua condição biopsicossocial, passa por inúmeros desafios, sendo que as políticas públicas para a inclusão são recentes e estão em constante processo de reestruturação. Adequar a escola para uma perspectiva de educação inclusiva é ainda um grande desafio, pois implica a necessidade de robustos investimentos financeiros públicos, além de capacitação continuada dos profissionais da área.

Essa realidade nos faz pensar sobre qual perspectiva educacional o sistema escolar está organizado. Segundo Ramos (2008), a educação deve ter como base a inclusão, o reconhecimento das diversidades, a valorização dos sujeitos e a capacidade de produção da vida, com objetivo de alcançar uma sociedade justa e integradora. Para essa autora, a história da educação é pautada na dualidade entre a formação dos que não possuem condições para investimento educacional, opondo-se aos grupos que dão orientação e direção à sociedade. Portanto, ela afirma que os pilares conceituais de uma educação integrada se baseiam em uma

escola que não seja dual, ao contrário, seja unitária, garantindo a todos o direito ao conhecimento. E uma educação politécnica, que possibilite o acesso à cultura, à ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional. (RAMOS, 2008, p. 2).

A perspectiva da educação integral (RAMOS, 2008; CIAVATTA, 2005) requer que o sistema educacional se organize de modo a atender as necessidades inclusivas das pessoas que integram os diversos setores sociais e, particularmente, dos deficientes físicos ou pessoas com necessidades específicas, de modo a garantir-lhes os seus direitos e diminuir as práticas discriminatórias.

Entre as pessoas que sofrem discriminação escolar, destacamos aquelas que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA). O TEA é uma perturbação do desenvolvimento de causa multifatorial, sendo uma delas a incidência genética; e foi considerado como deficiência pela Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, Lei Berenice Piana (BRASIL, 2012). A pessoa com TEA pode ter prejuízo na comunicação e também apresentar comportamento social restrito e estereotipado. Esses prejuízos se apresentam de forma e grau diferentes, sendo que cada autista apresenta suas particularidades e avarias nas áreas motoras, acadêmicas, de cognição, e de senso-percepção (APA, 2014).

Como parte de nossa pesquisa no Mestrado de Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), realizamos um estudo bibliográfico com uma análise prévia da relação entre autismo e educação.

A presente pesquisa tem como objetivo geral investigar se de fato está sendo realizada a inclusão, a escolarização e a formação omnilateral das pessoas com TEA nas escolas públicas (educação infantil e ensino fundamental) da cidade de Anápolis-GO. Os objetivos específicos são: identificar quais fatores interferem na inclusão total do autista na escola; discutir os aspectos relevantes sobre as características do autismo e como estas podem interferir no processo de aprendizagem; analisar como está sendo realizado o processo de educação, inclusão e a formação humana integral do autista nas escolas municipais da cidade de Anápolis-GO.

É fundamental que se compreenda a realidade dos processos de escolarização e da inclusão da pessoa com TEA, bem como a relação professor-aluno, a partir da perspectiva de educação integral e da formação para o mundo do trabalho, enquanto dimensões constitutivas fundamentais para o homem.

## Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, e que tem como campo de estudo o sistema de educação pública da cidade de Anápolis-GO. As categorias de análise para estudo da realidade serão: inclusão educacional, educação omnilateral e formação para o mundo do trabalho.

As etapas da pesquisa são: estudar o TEA; relatar informações relevantes sobre o TEA relacionadas à inclusão escolar, à escolarização e à formação na perspectiva omnilateral; e estudar os documentos oficiais sobre autismo na Secretaria Municipal de Educação da cidade de Anápolis-GO – Departamento de Educação Inclusiva e Centro Municipal de Apoio à Diversidade (CEMAD)<sup>1</sup>. Além do estudo documental, também

---

1 Nome, idade, ano/série, repetente, alfabetizado, nome da escola, tipo de atendimento recebido, frequenta outros espaços de estimulação, metodologia específica para trabalhar com eles, professores e formação específica.

previmos a realização de entrevistas com professores, cuidadores e professores de apoio. O passo seguinte é o levantamento dos dados sobre o número de estudantes autistas matriculados na rede pública de ensino da cidade de Anápolis-GO. Os dados coletados serão sistematizados, categorizados e analisados à luz do referencial teórico, com o objetivo de conhecer a realidade educacional dos estudantes autistas quanto ao nível de inclusão social.

## Resultados e discussão

Na etapa inicial de nosso estudo, identificamos 64 (sessenta e quatro) artigos a partir dos descritores *autismo e educação*, *autismo e ensino*, *autismo e inclusão*, sendo, desses artigos, 1 (um) artigo na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), 12 (doze) artigos na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e 51 (cinquenta e um) artigos na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). De modo geral, os trabalhos compreendem, em sua maioria, o estudo sobre a criança autista na escola e suas particularidades, além de ações de natureza multidisciplinar que corroboram para facilitar a inclusão do autista na escola. Contudo, na primeira etapa da pesquisa, não foi encontrado nenhum artigo sobre o autismo e a educação omnilateral de estudantes com TEA.

O caminho inicial da pesquisa descortinou a necessidade de prosseguir com os estudos sobre o TEA correlacionados à inclusão educacional e à formação humana integral, com dados que refletem a necessidade de efetivar políticas públicas inclusivas e a capacitação continuada dos professores para esse fim, que são ainda grandes desafios do sistema educacional brasileiro. Os referenciais teóricos corroboram para que a formação educacional de pessoas com autismo seja tratada de forma multidisciplinar, e isso requer estudos aprofundados sobre as características múltiplas e complexas do TEA no âmbito da educação.

## Referências

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. Trad. Maria Inês Côrrea Nascimento. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.
- BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 28 nov. 2017.
- ClAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: **Trabalho Necessário**, ano 3, v. 3, 2005. Disponível em: [http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN\\_03/TN3\\_CIAVATTA.pdf](http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_03/TN3_CIAVATTA.pdf). Acesso em: 28 nov. 2017.
- RAMOS, M. **Concepção do ensino médio integrado**. Secretaria de Educação do Paraná, 14 e 16 de agosto de 2007, incorporado o Debate realizado no Seminário promovido pela SEDUC-PA 08 e 09 de maio de 2008. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

## Financiamento

Essa pesquisa foi financiada pela FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás.

# 14

## MATEMÁTICA E ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: INCLUSÃO POR MEIO DE RECURSOS VISUAIS

### **Thamires Alves Barbosa**

Licenciatura em Matemática, *Campus Rio Pomba*.

*E-mail:* [thamires3541@gmail.com](mailto:thamires3541@gmail.com).

### **Thiago França Nascimento**

Ciências da Computação, *Campus Rio Pomba*.

*E-mail:* [thiagofranca.n@gmail.com](mailto:thiagofranca.n@gmail.com).

### **Marcos Pavani Carvalho**

Doutor em Educação Matemática, *Campus Rio Pomba*.

*E-mail:* [marcos.pavani@ifsudestemg.edu.br](mailto:marcos.pavani@ifsudestemg.edu.br).

### **Paula Reis de Miranda**

Doutora em Educação, *Campus Rio Pomba*.

*E-mail:* [paula.reis@ifsudestemg.edu.br](mailto:paula.reis@ifsudestemg.edu.br).

## Resumo

Este artigo trata de uma pesquisa que teve por finalidade compreender as condições de aprendizagem dos estudantes surdos, suas potencialidades e dificuldades e, assim, oportunizar melhores condições de aprendizagem. Utilizamos do método de observação para acompanhamento das aulas da disciplina de Cálculo Diferencial e Integral I. A partir desse material empírico, foram organizados encontros semanais, no formato de monitorias, para aprofundamento dos conteúdos trabalhados em sala com os estudantes surdos. Nessas monitorias, os pesquisadores procuraram utilizar diversos recursos metodológicos, como pincéis de cores diferentes para diferenciar algumas funções (funções compostas, modulares, entre outras), *softwares* matemáticos (GeoGebra) e ilustrações (desenhos e exemplos do cotidiano) para oportunizar um melhor aprendizado. Com este trabalho, evidenciamos quais recursos metodológicos com aporte visual e tecnológico geraram bons resultados para a aprendizagem matemática de estudantes surdos. A partir disso, indicamos a educadores matemáticos a utilização desses recursos, a fim de oportunizar a um maior número de estudantes o acesso ao ensino-aprendizagem de conhecimentos matemáticos e ao desenvolvimento desse processo.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Ensino de Cálculo, Estudantes Surdos.

## Introdução

A inserção de alunos com necessidades específicas no ensino superior ocorre no Brasil desde os anos 90 e felizmente esse fato tem se tornado cada vez mais comum. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) aponta que, em 2004, o percentual de estudantes com necessidades educacionais matriculados em instituições de ensino superior era de 0,12%. Em 2014, a situação mudou: houve um aumento para 0,42%, o que representa um aumento considerável (mais de 300%); porém, um número ainda muito pequeno [1]. Situação semelhante ocorre no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, *Campus* Rio Pomba (IF Sudeste MG), instituição que até 2014 não tinha nenhum estudante com necessidades educacionais específicas matriculado no ensino superior e que, atualmente, possui quatro estudantes nesse nível de ensino: um estudante cego cursando Administração de Empresas, uma aluna surda cursando Educação Física, outra cursando Tecnólogo em Laticínios e um estudante surdo cursando Bacharelado em Laticínios. Diante da inserção desses alunos no IF Sudeste MG, fomos desafiados a compreender as condições de aprendizagem dos estudantes surdos, suas potencialidades e dificuldades, especificamente na disciplina de Cálculo, presente na maioria dos cursos da instituição supracitada (90%). Assim, a proposta deste trabalho é analisar, compreender, descrever e discutir quais as metodologias que podem contribuir para o processo de ensino e de aprendizagem de estudantes surdos em relação aos conteúdos da disciplina de Cálculo.

## Metodologia

Nesta investigação, lançamos mão da Metodologia de *Design Experiment* [2], por ser a metodologia mais utilizada pelo grupo de pesquisadores brasileiros que investiga a educação matemática inclusiva [3]. Assim, orientados por essa metodologia, utilizamo-nos do método de observação para acompanhamento das aulas da disciplina de Cálculo Diferencial e Integral I. A partir desse material empírico, foram organizados encontros semanais, no formato de monitorias, para aprofundamento dos conteúdos trabalhados em sala com os estudantes surdos. Os encontros ocorreram semanalmente durante um semestre letivo, tiveram duração média de 2 horas cada um e foram filmados. Ao final, as gravações foram analisadas e transcritas [3] para a organização de uma análise qualitativa dos eventos vivenciados. Após essa etapa, o material empírico foi datado, classificado segundo o conteúdo ministrado e novamente analisado [2], na busca de alcançar o objetivo proposto para este artigo: identificar e compreender recursos metodológicos que pudessem contribuir para o processo de ensino e de aprendizagem de estudantes surdos em relação aos conteúdos da disciplina de Cálculo. Em uma etapa futura, serão analisados outros aspectos, como a língua de sinais, os símbolos e representações; a comunicação entre ouvintes e surdos; a linguagem matemática, entre outros.

## Resultados e Discussão

Os resultados encontrados nos direcionam para a compreensão de que os processos de linguagem que favorecem a aprendizagem do sujeito, em especial de estudantes surdos, estão extremamente relacionados a recursos visuais, pois percebemos que os alunos surdos, de fato, compreendiam melhor o que era ministrado quando os monitores utilizavam recursos visuais, tais como jogos pedagógicos para praticar a matemática básica (soma, subtração, multiplicação e divisão); animações no GeoGebra para aprimorar a compreensão de limites, derivadas e integrais; e também quadro com pincéis de cores diferentes. Vale ressaltar que, no caso específico do quadro e dos pincéis, as cores favoreciam a organização dos conteúdos trabalhados e a compreensão pelos estudantes, uma vez que eles solicitavam tal uso na abordagem de alguns temas, tais como funções lineares, funções compostas, entre outros. Esses resultados corroboram o estudo de Viana [4], que afirma que “o uso de recursos visuais propõe uma mudança significativa na prática dos educadores que pretendem, de fato, ensinar matemática para alunos surdos, pois investe na percepção visual, imprescindível para a sua aprendizagem”. Assim, concluímos que os recursos visuais utilizados influenciaram a aprendizagem desses alunos surdos e, conseqüentemente, a aprovação na disciplina de Cálculo I. De fato, os alunos surdos podem perceber, compreender e se apropriar significativamente dos conhecimentos matemáticos quando ensinados de forma visual. Assim, deixamos, neste trabalho, a indicação aos educadores matemáticos para que usufruam dos recursos metodológicos mencionados e os incorporem às suas práticas educacionais, a fim de enriquecer os processos de ensino e de aprendizagem para estudantes surdos.

## Referências

- [1] MARTINS, Sandra Eli Sartoretto de Oliveira; LEITE, Lúcia Pereira; SANTANA, Ana Paula Oliveira; FERREIRA, Eliana Lúcia. Acessibilidade no ensino superior: análise das políticas públicas educacionais ao desenvolvimento de mídias instrumentais sobre deficiência e inclusão. **Anais... IV Seminário do Observatório da Educação**, 2012. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/seminarios/iv-observatorio-da-educacao/Educacao\\_Especial/ACESSI\\_1.PDF](https://www.capes.gov.br/images/seminarios/iv-observatorio-da-educacao/Educacao_Especial/ACESSI_1.PDF). Acesso em: 23 fev. 2018.
- [2] COBB, Paul *et al.* Design experiments in educational research. **Educational researcher**, v. 32, n. 1, p. 9-13, 2003. Disponível em: <http://mintlinz.pbworks.com/w/file/83256142/Cobb-Design%20experiments%202003.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018.
- [3] FERNANDES, S. H. A. A.; HEALY, Lulu. Expressando generalizações em Libras: álgebra nas mãos de aprendizes surdos. **Caderno CEDES, Campinas**, v. 33, n. 91, p. 349-368, 2013. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 21 out. 2017
- [4] ROLDAN VIANA, Flavia; CHAGAS BARRETO, Marcília. A construção dos conceitos matemáticos na educação de alunos surdos: o papel dos jogos no processo de ensino e aprendizagem (CO). In: **XIII CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**. 2011. Disponível em: <http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=28&idart=97>. Acesso em: 23 fev. 2018.

## Financiamento

FAPEMIG e IF SUDESTE MG.

# 15

## OFICINA DE VÍDEO ACESSÍVEL PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

### **Samuel Ferreira Lima (bolsista)**

Curso superior de Tecnologia em Logística, *Campus Gama*.

*E-mail:* samflima@hotmail.com.

### **Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos (Orientadora)**

Mestre, *Campus Gama*.

*E-mail:* sylvana.santos@ifb.edu.br.

## Resumo

Trata-se do relato de experiência com a realização da oficina “Produção de Vídeo Acessível”, que aconteceu em dezembro de 2017 como parte da programação das atividades do grupo de pesquisa “Laboratório de práticas de linguagem em línguas materna e estrangeira e suas tecnologias” (LabLin) do IFB, *Campus Gama*. O objetivo da atividade foi fornecer técnicas e ferramentas para a produção de um vídeo em formato acessível às pessoas com necessidades específicas, utilizando soluções simples e gratuitas obtidas na *web*. A oficina teve a participação de oito pessoas, na sua maioria membros da comunidade externa, com duração de três horas e emissão de certificado de participação. Ao final da oficina, cada participante apresentou como produto o trecho de um vídeo com legenda, para o qual se fez uso da ferramenta YouTube, com disponibilização do vídeo em canal pessoal, nessa plataforma. A avaliação da atividade foi realizada por meio de formulário eletrônico, com registro da percepção individual de cada participante e sugestões para oficinas futuras.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Inclusão; Produção de Vídeo.

## Introdução

Segundo o Censo do IBGE de 2010, a população brasileira composta por pessoas com deficiência representa 6,2% da totalidade (IBGE, 2010). No Distrito Federal, esse percentual equivale a 5,1% da população local, o que totaliza mais de 100 mil pessoas. Pessoas com deficiência são consideradas aquelas que possuem “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015). Segundo a Lei Brasileira da Inclusão, as barreiras que podem ser experimentadas pelas pessoas com deficiência são classificadas em: a) barreiras urbanísticas, b) barreiras arquitetônicas, c) barreiras nos transportes, d) barreiras nas comunicações e na informação, e) barreiras atitudinais e f) barreiras tecnológicas.

No caso da barreira na informação, destaca-se, no presente trabalho, o entrave que impossibilita o recebimento de mensagens e de informações por meio do uso de vídeos. A utilização de vídeo, em sala de aula e na educação a distância, é uma das formas de realizar a abordagem de conteúdo por meio visual e tem sido cada vez mais frequente na modalidade a distância, bem como no ensino presencial (DALLACOSTA *et al.*, 2004).

No entanto, a falta de legenda em vídeo constitui perda de informações sobre o que é abordado no vídeo, tendo em vista que pessoas surdas têm acesso à informação por meio visual, com imagens, vídeos, esquemas, gráficos (VAZ, 2012). De modo semelhante, pessoas com deficiência visual também são prejudicadas com a ausência de áudio nos vídeos que contêm apenas legenda e recursos prioritariamente visuais.

Diante desse contexto, o tema da oficina “Produção de Vídeo Acessível” consiste na proposta de apresentar ferramentas que possibilitem a produção de um vídeo acessível e de mostrar sua importância nas demandas sociais atuais. Nesse sentido, buscou-se envolver os alunos do IFB e o público geral interessado de forma dinâmica, construindo uma experiência significativa de aprendizado sobre o tema.

## Metodologia

A oficina foi realizada no Laboratório de Informática do *Campus Gama*, no início do mês de dezembro de 2017. O laboratório possui 40 computadores com acesso à *Internet*. A divulgação da oficina utilizou canais de comunicação do grupo de pesquisa, com uso de redes sociais, além da divulgação pelo sítio institucional do IFB (IFB, 2017). Foram ofertadas 30 vagas para as comunidades interna e externa, e as inscrições foram realizadas por meio de formulário *online*. No momento da inscrição, foi solicitado aos participantes que já possuíssem uma conta de *e-mail* do Gmail, levando em conta que a ferramenta para a formatação de vídeos a ser utilizada seria o YouTube<sup>1</sup>, considerado uma revolução na democratização do acesso e da produção de conteúdo (OLIVEIRA, 2016). Optou-se por utilizar o navegador Google Chrome<sup>2</sup> pela compatibilidade que ele possui com as demais ferramentas escolhidas. A dinâmica de realização da oficina foi feita com o auxílio de um *software* de escritório para gerar a apresentação, contendo o passo a passo para a criação e a configuração do *e-mail*, bem como para a criação de um canal no YouTube, assim como os tipos de arquivos que podem ser carregados utilizando essa ferramenta. Em seguida, foi mostrado o procedimento para carregar um vídeo no YouTube, ou seja, fazer o *upload* do arquivo. Após esse passo, foi dado início ao processo de criação de legenda e habilitação de áudio da legenda. Também foram indicados alguns editores de vídeo comerciais, entre os quais gratuitos e pagos, além das vantagens e desvantagens para o seu uso e as formas de compartilhamento de vídeo (privado, público, não listado). Para realizar a gravação de um vídeo utilizado para configurar a legenda, o planejamento da atividade de produção de vídeo previa que os participantes estivessem de posse de um dispositivo *smartphone* ou de uma câmera. No entanto, para garantir que o vídeo tivesse um tamanho viável para ser trabalhado dentro do tempo da oficina, preferiu-se disponibilizar um vídeo elaborado pelos estudantes do IFB e utilizado na disciplina Projeto Integrador de uma das turmas do *Campus Gama*.

## Resultados e Discussão

Com base na avaliação da oficina, realizada pelos participantes ao final das atividades, a proposta foi vista como “Ótima” por 83,3% das respostas. Avaliaram positivamente a parte da edição do vídeo, a abordagem sobre a criação e a configuração de canais no YouTube, a criação de legendas e a ampliação dos conceitos sobre acessibilidade e necessidade de criação de legenda. Todos os participantes consideraram a metodologia utilizada como adequada para a melhoria do conhecimento. Foram registradas as seguintes sugestões para as próximas oficinas: uso de ferramentas e *softwares* gratuitos, produção de imagens 3D, práticas de fotografia, uso de ferramentas da *Internet*, edição de vídeos e acessibilidade com audiodescrição, Libras e legendagem.

Em consideração às sugestões dos participantes, os membros do grupo de pesquisa fizeram o planejamento de atividades para 2018. Nesse ano, foram abertas as inscrições para o curso de Vídeo e Fotografia<sup>3</sup>, realizado no início de abril.

---

1 <http://www.youtube.com>

2 <https://www.google.com.br/chrome/browser/beta.html>

3 <https://www.facebook.com/events/199989954065860/>

## Referências

- BRASIL. **Censo Demográfico 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. ISSN 0104-3145. Rio de Janeiro, p. 1-215, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 28 mar. 2018.
- DALLACOSTA, A.; SOUZA, D. D.; TAROUCO, L. M. R.; FRANCO, S. R. K. O Vídeo Digital e a Educação. *In: Simpósio Brasileiro de Informática na Educação – SBIE, 15, 2004, Manaus. Anais...* Manaus, UFAM, 2004.
- IFB. **Campus Gama abre vagas para oficina de produção de vídeo acessível**. Disponível em: <http://www.ifb.edu.br/gama/16046-campus-gama-abre-vagas-para-oficina-de-producao-de-video-acessivel>. Acesso em: 28 mar. 2018.
- OLIVEIRA, P. P. M. O YouTube como ferramenta pedagógica. *In: Simpósio Internacional de Educação a Distância, 2016. Anais...* São Carlos, UFSCar, 2016.
- VAZ, V. M. **O uso da tecnologia na educação do surdo na escola regular**. Monografia, Tecnólogo em Processamento de Dados, Faculdade de Tecnologia de São Paulo. São Paulo, 2012.

## Financiamento

A bolsa de monitoria no ano de 2017 foi financiada com recursos da assistência estudantil do IFB, Campus Gama.

# 16

## **PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS EM ESPAÇO NÃO FORMAL DE ENSINO DA APAE-ANÁPOLIS: A FORMAÇÃO INICIAL PARA O TRABALHO**

### **Gláucia Tomaz Marques Pereira**

Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, *Campus Anápolis*.

*E-mail:* gltomazmt@hotmail.com.

### **Karla Rodrigues Mota**

Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, *Campus Anápolis*.

*E-mail:* karla\_mota@msn.com.

### **Paulo Roberto de Oliveira Santos**

Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, *Campus Anápolis*.

*E-mail:* po.comunica@hotmail.com.

### **Cláudia Helena dos Santos Araújo (Orientador)**

Doutora, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, *Campus Anápolis*.

*E-mail:* helena.claudia@ifg.edu.br.

## Resumo

Este escrito tem como tema as práticas educativas inclusivas em espaço não formal de ensino na perspectiva da formação omnilateral e integradora do trabalho. O objetivo é identificar se a categoria *trabalho* é utilizada como um princípio educativo no programa Formação Inicial para o Trabalho (FIT) da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Anápolis. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, estruturada nas etapas de visita e observação *in loco*; entrevistas semiestruturadas; registros de imagem e vídeo e catalogação das fontes documentais. O referencial teórico se sustenta em Manacorda (1986), Ludke e André (1986) e Ramos (2009). A partir da vivência experimental, observou-se que as práticas educativas do programa em investigação compreendem o ensino não formal; permitem ao aluno participar do processo produtivo como um todo, retomando a face ontocriativa do trabalho; e corroboram para a inclusão do sujeito com deficiência intelectual em atividades primárias do mundo do trabalho. Frente a essas características, pode-se concluir que o programa Formação Inicial para o Trabalho expressa, em essência, o trabalho como princípio educativo, além de propiciar que o sujeito com necessidades específicas desenvolva e associe, dentro de suas limitações, suas capacidades de trabalho manual e de trabalho intelectual.

**Palavras-chave:** Práticas Educativas; Inclusão; Trabalho como Princípio Educativo.

## Introdução

A Deficiência Intelectual é um transtorno multicausal com marco inicial no período do desenvolvimento, em que são observados déficits funcionais nas áreas intelectuais e adaptativas, nos domínios conceitual, social e prático (APA, 2014). Nas funções intelectuais, a pessoa apresenta déficit na habilidade de raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência. Nas funções adaptativas, apresenta déficits que consistem em “fracasso para atingir padrões de desenvolvimento e socioculturais em relação à independência pessoal e responsabilidade social” (APA, 2014, p. 33). Portanto, é necessário que esses indivíduos tenham acesso a apoio continuado e tratamento que auxiliem na aquisição de vida independente. As deficiências múltiplas correspondem à associação de deficiências simultâneas, sejam elas intelectuais, físicas, emocionais, de linguagem, entre outras.

Cônsua dessa necessidade, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Anápolis prima pela inclusão dos sujeitos com deficiência intelectual e/ou deficiências múltiplas nas várias instâncias da vida humana, apresentando como célula-mãe a Escola Maria Montessori. Atualmente, os programas compreendem a Educação Precoce, o Ensino Fundamental no Período Inicial, a Educação Especial de Jovens e Adultos (EEJA) associada à Formação Inicial para o Trabalho (FIT), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os Projetos Pedagógicos Específicos (PPE).

Entre os supracitados programas ofertados pela APAE de Anápolis, após análise minuciosa, selecionou-se o programa FIT associado à EEJA para a realização desse estudo, em virtude de sua estrutura organizacional-curricular, bem como em função das práticas educativas realizadas. Isso posto, anuncia-se que a presente pesquisa tem como objetivo principal identificar se a categoria *trabalho* é utilizada como um princípio educativo no Programa FIT da APAE de Anápolis, ao passo que os objetivos específicos são: com-

preender o caráter das práticas educativas que alicerçam o programa FIT e EEJA, investigar se o referido programa permite a formação omnilateral de seus alunos e, por fim, buscar contribuir para a produção do conhecimento acerca da Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva.

Para tanto, parte-se do pressuposto de que a omnilateralidade é um horizonte de formação humana. Nessa perspectiva, todos os indivíduos devem ser educados para pensar e atuar, visando formar o homem completo, um produto que, segundo Manacorda (2011), requer uma perspectiva educativa que integre teoria, prática e instrução tecnológica. Esse ideal formativo permite que o indivíduo associe pensamento e ação, trabalho manual e trabalho intelectual, uma integração que, para ser alcançada, carece de uma apresentação contra-hegemônica da categoria *trabalho*, não mais fragmentada, não mais cindida, mas sim na sua totalidade. Sob esse pilar, o trabalho emerge como princípio educativo, fazendo o sujeito compreender que, enquanto homem, ele se faz pelo trabalho.

## Metodologia

Esse estudo, inserido dentro do campo da educação, fundamenta sua metodologia em Ludke e André (1986). Constitui-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, a qual se ancora no confronto entre “os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 1). Visando atingir o objetivo central dessa pesquisa, utilizou-se das seguintes etapas e instrumentos de coleta de dados:

- a) Visita e observação da Escola Maria Montessori da APAE de Anápolis, na qual os pesquisadores assumiram o papel de “participante-observador” (LUDKE; ANDRÉ, 1986), revelando apenas parte da sua intenção de pesquisa, assumindo, porém, sua identidade de observador;
- b) Entrevista semiestruturada com alunos, coordenadores, professores e diretores da escola;
- c) Registros de imagem e vídeo das práticas educativas realizadas tanto no programa EEJA quanto no FIT<sup>1</sup>;
- d) Catalogação dos documentos normativos que norteiam os referidos objetos de estudo.

Por fim, foi realizada a análise dos dados coletados, elaborando proposições, dialogando com o referencial teórico e registrando, ao longo da etapa de coleta, os comentários relacionados às informações, tendo como primado ultrapassar a descrição dos dados, e “buscando acrescentar algo à discussão já existente sobre o assunto focalizado” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 49).

---

1 Tais registros foram anteriormente autorizados, visto que a Escola Maria Montessori disponibilizou autorização prévia dos alunos e familiares.

## Resultados e Discussão

O programa FIT tem como objetivo facilitar o ingresso da pessoa com necessidade específica no mundo de trabalho. Segundo a coordenadora do programa, o tempo de formação do aluno é de dois anos. Após cumprido esse tempo, é feita a mediação desse aluno com os postos de trabalho. São critérios de inclusão para o programa idade mínima de 15 anos, autonomia básica de independência na residência, autocuidado e não ser beneficiado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que apresenta uma política de seguridade social. Atualmente, a instituição conta com 140 alunos inseridos no programa. Não é critério que esses alunos estejam na rede regular de ensino.

As oficinas oferecidas pelo programa FIT são as seguintes: reciclagem; culinária; horta e jardinagem; iniciação de corte e costura; serigrafia e limpeza. Contudo, antes de ser inserido em uma oficina específica, o aluno frequenta, por 21 dias, todos os ambientes de formação profissional, para que seja observado em qual atividade ele se adapta melhor. A observação das práticas educativas executadas nos referidos espaços permitiu perceber que os alunos entram em contato e executam todas as etapas dos processos produtivos de cada oficina, compreendendo cada atividade, cada ação e o motivo de estarem executando determinada técnica, unindo a prática à reflexão.

Pode-se compreender que o ensino profissional ofertado pela APAE de Anápolis aproxima-se dos ideais da educação integrada, a qual, segundo Ramos (2009), busca ofertar de forma orgânica e simultânea a formação geral e a formação profissional, visto que, juntamente ao ensino profissional FIT, o aluno passa por um processo de escolarização, EEJA, visando desenvolver ao máximo as potencialidades do sujeito com deficiência intelectual. A APAE de Anápolis compreende que, para além da formação técnica, as noções básicas educacionais são agentes importantes para o ingresso do sujeito com necessidades específicas no mundo do trabalho. Em virtude dessa percepção, esse aluno participa da Educação Especial de Jovens e Adultos, cujo objetivo, segundo o documento norteador do programa, é alfabetizar as pessoas com defasagem de idade/ano escolar que não iniciaram ou não concluíram os estudos devido à condição de déficit intelectual ou outras defasagens que caracterizam o aluno com Deficiência Intelectual/Múltipla.

Depreende-se, portanto, que os programas FIT associado à EEJA ofertados pela APAE de Anápolis fundamentam-se no trabalho como princípio educativo, além de propiciar que o sujeito com necessidades específicas desenvolva e associe, dentro de suas limitações, suas capacidades de trabalho manual e intelectual, aproximando-se de uma formação omnilateral.

## Referências

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. Trad. Maria Inês Côrrea Nascimento. 5.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.
- MANACORDA, M. A. Marx e a formação do homem. **Revista HISTEDBR On-line**, número especial, abr. 2011, p. 6-15. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639891>. Acesso 28 mar. 2017.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

RAMOS, M. N.. Concepção do ensino médio integrado. *In: Araújo, R; E. Teodoro, E. (Orgs.). Ensino Médio Integrado no Pará como Política Pública* Belém, PA: SEDUC-PA, 2009, p. 144-182.

## Financiamento

Essa pesquisa foi financiada pela FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás.

# 17

## **PROTÓTIPO DE CADEIRA DE RODA ELÉTRICA COM ARDUINO**

### **Vanessa de Deus de Mendonça (Coordenadora)**

*Campus* Taguatinga, Instituto Federal de Brasília.

*E-mail:* [vanessa.mendonca@ifb.edu.br](mailto:vanessa.mendonca@ifb.edu.br).

### **Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos (voluntária)**

*Campus* Brasília, Instituto Federal de Brasília.

*E-mail:* [sylkarla@gmail.com](mailto:sylkarla@gmail.com).

### **Marcelo Serra Pinto de Oliveira; Ramon Gonçalves de Sousa; Samuel Viana de Brito; Iran Carlos Ribeiro de Souza (bolsistas voluntários)**

*Campus* Taguatinga, Instituto Federal de Brasília.

## Resumo

O artigo relata a experiência exitosa de um grupo de professoras e estudantes com a execução da oficina “Automação em prol da acessibilidade: desenvolvimento de um protótipo de cadeira de roda elétrica autônoma”, realizada em setembro de 2017, em Brasília. O objetivo da oficina foi oferecer aos participantes recursos teóricos e práticos para a construção de seus protótipos, conforme suas demandas, de forma personalizada e com o intuito de auxiliar na acessibilidade de pessoas com deficiência visual, auditiva ou mobilidade reduzida. Para o desenvolvimento do protótipo de uma cadeira de rodas adaptada, utilizou-se o microcontrolador Arduino em conjunto com sensores detectores de obstáculos. Ao final da oficina, os participantes puderam experimentar, na prática, os benefícios de uma tecnologia assistiva.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Automação; Protótipo.

## Introdução

Desde o surgimento dos primeiros microcontroladores comerciais até a chegada do Arduino como plataforma de interação simplificada e com baixo custo, percebe-se um grande avanço na área de automação. Esse dispositivo é um *hardware* mundialmente conhecido por sua facilidade de aplicação e compreensão, o que faz com que seja cada vez mais utilizado em sala de aula (TIMMIS, 2011; BRIDI *et al.*, 2013; MACEDO; PRIETCH, 2011).

Com a disseminação do Arduino e sua utilização nas mais variadas aplicações, é possível implementar suas potencialidades para fins de demonstração de conceitos lógicos e construção de protótipos, para ilustrar conhecimentos na área de automação (JORDAN, SCHWARTZ; MCGHIE-RICHMOND, 2009; PÉREZ, 2014).

No entanto, verifica-se uma crescente presença do microcontrolador Arduino em aplicações para auxiliar as pessoas com deficiência em suas vidas diárias, de modo a ampliar as necessidades funcionais e cognitivas de pessoas com deficiência visual (OLIVEIRA; LINS, 2015) e contribuir com o acionamento de dispositivos domésticos para a promoção da autonomia de pessoas com deficiência física (CASTRO, 2017).

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), pessoas com deficiência são consideradas aquelas que possuem “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015). Essa lei destaca as barreiras que podem ser experimentadas pelas pessoas com deficiência, classificadas em: barreiras urbanísticas, barreiras arquitetônicas, barreiras nos transportes, barreiras nas comunicações e na informação, barreiras atitudinais e barreiras tecnológicas. Nesse contexto, o presente artigo descreve a experiência de um grupo acadêmico na realização da oficina “Automação em prol da acessibilidade: desenvolvimento de um protótipo de cadeira de roda elétrica autônoma”, durante o “Qualific Express”, um subevento do ConectaIF 2017, promovido pelo Instituto Federal de Brasília (IFB) e com abrangência nacional. O evento contou com diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas às áreas de atuação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, bem como à formação cidadã e profissional (IFB, 2017).

O objetivo da oficina foi oferecer recursos teóricos e práticos para que os participantes pudessem construir, de forma personalizada, utilizando o microcontrolador Arduino, seus próprios protótipos, a fim de auxiliar pessoas com deficiência visual, auditiva ou com mobilidade reduzida na promoção da acessibilidade.

## Metodologia

O planejamento da proposta se deu com o desenvolvimento de um protótipo de cadeira de rodas utilizando tecnologias atuais, como *hardware*, *software* e sensores, além de promover e divulgar o uso e estudos de tecnologia assistiva. As atividades foram desenvolvidas durante três horas, realizadas no turno da manhã, e abordaram os seguintes temas: pessoas com deficiência e tecnologias assistivas; história e funcionamento do microcontrolador Arduino; principais projetos relacionados e prática com sensores e atuadores. A equipe organizadora foi composta por duas professoras do IFB com formação nas áreas de telecomunicações, eletrônica e informática, e por quatro estudantes, que atuaram de forma voluntária, sendo três do curso Técnico em Manutenção e Suporte de Informática e um aluno do curso de Tecnologia em Automação Industrial.

O projeto foi contemplado como uma ação de extensão pelo Edital de Chamada Pública nº 03/2017 e contou com auxílio financeiro destinado à compra de material de consumo. Foram disponibilizadas 20 vagas e estiveram presentes 12 participantes, entre estudantes do IFB e de outras instituições, incluindo duas pessoas com mobilidade reduzida. Após uma breve exposição sobre as principais tecnologias assistivas e os benefícios delas para as pessoas com deficiência, foi formada uma roda de conversa, que contou com relatos de pessoas com mobilidade reduzida (cadeirantes), de modo que todos pudessem fazer apontamentos sobre as possíveis dificuldades com a manipulação dos componentes. Foi apresentado um breve histórico sobre o uso das tecnologias voltadas para soluções de problemas, denominadas tecnologias assistivas. A partir da associação entre teoria e prática no uso do Arduino, foi apresentada a montagem de um protótipo de cadeira de rodas com foco na modalidade “Seguidor de linhas”. Essa modalidade descreve um sensor que seguirá um percurso determinado por uma linha traçada em uma superfície plana horizontal. Para a construção do protótipo, foram utilizados, além do microcontrolador, fios, sensor de presença, resistores, motor de corrente contínua, bateria, entre outros componentes. A montagem desses componentes foi feita sobre uma embalagem de *tetrapak*, na qual foi feito o isolamento elétrico da base com tinta *spray*.

## Resultados e Discussão

Os participantes tiveram a oportunidade de adquirir capacidades teóricas indispensáveis para conhecer o método de funcionamento do microcontrolador Arduino e tiveram o interesse despertado para o exercício das práticas experimentadas durante a oficina.

A equipe mediadora, com formação na área de educação, informática e computação, propiciou a troca de saberes entre estudantes e servidoras. Acredita-se que a oficina cumpriu o papel de qualificar o público para atuar por conta própria, seja de maneira pessoal seja de forma autônoma, a fim de promover seu ingresso e/ou reingresso no mundo do trabalho, ponto considerado primordial para a realização da oficina.

Ao lidarem com o público interessado e colocarem em prática os conhecimentos adquiridos durante

os cursos técnico e tecnológico, a participação de estudantes do IFB contribuiu para a mediação do conhecimento e promoveu a formação cidadã e crítica desses alunos.

## Referências

- BRASIL. **Lei 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 04 abr. 2018.
- BRIDI, E.; GIANESI, B. M.; BIANCHI, E. C.; VILERÁ, K. V.; DIAS, R. R.; CAPRIATA, V.; MOMESSO, A. E. C.; CONEJO, A. Z.; SANTOS, D. C.; FARIA, I. M.; BONATO, M. J. D.; QUADROS, R.; MARTINS, W. K. A. G. Oficina de Arduino como ferramenta interdisciplinar no curso de engenharia elétrica da UFMT: A experiência do PET-Elétrica. *In: Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia, XLI, 2013. Anais... COBENGE, 2013.*
- CASTRO, M. P. G. **Projeto de acessibilidade para portadores de necessidades especiais motoras utilizando ARMBAND MYO**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- IFB. ConectaIF. **Encontro de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: [https://conectaif.ifb.edu.br/attachments/article/308/ConectaIF\\_2017.pdf](https://conectaif.ifb.edu.br/attachments/article/308/ConectaIF_2017.pdf). Acesso em: 25 nov. 2017.
- JORDAN, A.; SCHWARTZ, E. AND MCGHIE-RICHMOND, D. Preparing teachers for inclusive classrooms. *Teach. Educ.*, v. 25, n. 4, p. 535-542, 2009.
- MACEDO, R. S.; PRIETCH, S. S. Proposta Interdisciplinar de Ensino de Disciplinas da Computação Utilizando Micro-Controlador Arduino. *In: ENCONTRO NACIONAL DE INFORMÁTICA E EDUCAÇÃO, 2, 2011, Cascavel. Anais... Cascavel: UNIOESTE, 2011. p. 302-311.*
- OLIVEIRA, E. S.; LINS, A. F. Tecnologias assistivas nas práticas educacionais de pessoas com necessidades especiais na área visual: explorando as possibilidades do uso do Arduino. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO, 13, 2015, Recife. Anais... Recife: SENAC, 2015.*
- PÉREZ, A. G. Characterization of Inclusive Practices in Schools with Education Technology. *Procedia - Soc. Behav. Sci.*, v. 132, p. 357-363, 2014.
- TIMMIS, H. **Practical Arduino Engineering**. TIA. 2011.

## Financiamento

Os recursos para o financiamento da oficina foram provenientes da Pró-reitoria de Extensão e Cultura do Instituto Federal de Brasília.

# 18

## **SOFTWARES LEITORES DE TELA: TECNOLOGIA ASSISTIVA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

**Simone Uler Lavorato**

Mestra em Gestão do Conhecimento, *Campus São Sebastião*.

*E-mail:* [simone.lavorato@ifb.edu.br](mailto:simone.lavorato@ifb.edu.br).

## Resumo

O *software* leitor de tela é uma tecnologia assistiva, ou seja, um recurso que pode potencializar o processo de aprendizagem da pessoa com deficiência visual. Nessa perspectiva, este trabalho pretende inventariar os principais *softwares* leitores de tela que podem ser utilizados de forma efetiva na aprendizagem de pessoas com deficiência visual. Este artigo tem o desafio de apresentar as principais funcionalidades dos leitores de tela *Job Access With Speech (Jaws)*, *Virtual Vision*, *DOSVOX*, *NVDA*, *VoiceOver*, entre outros, contribuindo assim para a disseminação de instrumentos acessíveis às pessoas com deficiência visual.

**Palavras-chave:** Deficiência Visual, *Software* Leitor de Tela, Tecnologia Assistiva.

## Introdução

O processo de interação com o meio e com as outras pessoas é construído individualmente, de forma diferente. Quando o indivíduo é uma pessoa com deficiência, esse processo pode ser dificultado por diversas barreiras, entre elas as físicas, as comunicativas e as atitudinais, criadas muitas vezes pela falta de conhecimento ou pela ausência de recursos ou de tecnologia assistiva, mote deste trabalho.

O uso de tecnologia assistiva no processo de aprendizagem de pessoas com deficiência visual ainda representa um grande desafio, pois o mundo contemporâneo é extremamente visual e complexo. Sendo assim, esse cenário aponta a necessidade de reformular velhos padrões de ensino e aprendizagem. No caso da pessoa com deficiência, a evolução tecnológica pode ser uma grande aliada no desenvolvimento de estratégias que possibilitem a aprendizagem.

Segundo Bersch (2008), a tecnologia assistiva deve ser entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária. E ainda possibilita a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento.

Nessa perspectiva, este trabalho objetiva inventariar os *softwares* leitores de tela e suas funcionalidades, uma vez que podem ser instrumentos poderosos na aprendizagem da pessoa com deficiência visual.

## Metodologia

Segundo Demo (1996), a pesquisa consiste em um questionamento sistemático, crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático.

Nesse sentido, para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada uma revisão de literatura, na qual foram contempladas a análise de livros, trabalhos acadêmicos, legislação e *sites* na *Internet*, uma vez que a revisão de literatura objetiva conhecer as diferentes abordagens já pesquisadas sobre determinada temática.

A revisão de literatura ajuda a potencializar os estudos já realizados por outros pesquisadores. Nesse sentido, essa revisão foi realizada no portal da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes), que contém uma grande variedade de periódicos com dados nacionais e internacionais. Com-

plementarmente a esse trabalho, foi realizado um estudo nas bibliotecas, *Google Scholar* e *Scientific Eletronic Library Online (Scielo)*.

## Resultados e Discussão

Segundo Bersch (2008), a tecnologia assistiva busca suprir a necessidade específica das pessoas com deficiência, ampliando a autonomia e permitindo a equidade de oportunidades.

Borges (1996) afirma que grande parte das limitações da pessoa com deficiência visual pode ser eliminada por meio de certas ações, como uma educação adaptada à realidade dessas pessoas e o uso da tecnologia para amenizar as barreiras.

Segundo Mortimer (2010), a opção de utilizar, na informática, um recurso visual, tátil ou sonoro vai depender do grau de deficiência visual do indivíduo, do material que será acessado e das preferências individuais.

Os *softwares* leitores de tela interagem com o sistema operacional do computador, capturando toda e qualquer informação em formato de texto, possibilitando a sua leitura por pessoas com deficiência visual, por meio dos sintetizadores de voz que transformam tais informações em sons. Esses *softwares* são chamados de sintetizadores de voz ou leitores de telas e estão presentes até mesmo nos *smartphones* e *tablets*.

Os leitores de tela são instrumentos que permitem à pessoa com deficiência visual a inclusão social no mundo digital. A navegação é feita através de um teclado comum, possibilitando a navegação por atalhos, menus e janelas.

Segundo Silveira, Heidrich e Bassani (2007), para que a pessoa com deficiência visual possa sentir-se incluída digitalmente, é necessário que tenha recursos de acessibilidade, não permitindo apenas que participem de atividades, mas possibilitando também o uso por todas as parcelas da população.

Existe no mercado uma grande diversidade de *softwares* leitores de tela, com diferentes recursos, assim como também diferentes preços e opções gratuitas. Silveira, Heidrich e Bassani (2007) apontam alguns leitores de tela como opções acessíveis, que serão detalhados na sequência, com informações complementares.

Entre os *softwares* leitores de tela, o *Job Access With Speech (Jaws)* já está na sua versão 18 e é um dos leitores de tela mais utilizados. Esse sintetizador de voz pode ser usado em diferentes sistemas operacionais. Com esse software, o usuário utiliza o computador por meio de teclas de atalho, permitindo que a velocidade da leitura seja alterada de acordo com a preferência do usuário.

Atualmente, o *Jaws* é considerado o *software* que apresenta o estágio mais avançado de desenvolvimento, o que proporciona maior autonomia ao usuário. É um *software* pago, o mais caro do mercado, mas é o que oferece mais funcionalidades aos seus usuários.

O *Jaws* é considerado o principal leitor de tela do mercado e o melhor e mais completo leitor de tela para a plataforma *Windows*. Foi desenvolvido pela *Freedom Scientific* e permite aos usuários cegos ou com baixa visão acesso quase que total às principais funcionalidades do sistema, desde a manipulação de documentos, pastas, arquivos, configurações, personalização do sistema, até a criação e edição de documentos, navegação em *sites*, entre outras funcionalidades.

Outro *software* utilizado é o *Virtual Vision*, que é um sintetizador de voz que permite ao usuário a interação com todos os aplicativos do *Windows*, colhendo informações que podem ser lidas para o deficiente visual, possibilitando assim a navegação por menus, telas e textos.

O *Virtual Vision* foi desenvolvido em 1998 e é o único leitor de tela totalmente desenvolvido no Brasil. A versão 10 é a mais recente, e seu desenvolvedor, a *Micropower*, oferece capacitação presencial e a distância para que seus usuários possam tirar o máximo de proveito de todas as funcionalidades.

É um leitor de telas que interage muito bem com o sistema operacional *Windows*, reconhecendo *Word*, *Excel*, *Internet Explorer*, *Outlook*, *Skype*, entre outros programas.

Outro importante leitor de tela está associado a um sistema operacional chamada *DOSVOX*, que foi desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NCE, UFRJ), sob a coordenação do professor José Antônio Borges. Lançado em 1993, atualmente está na versão 5.0 e está disponível gratuitamente na *Internet*.

Borges (1996) afirma que o *DOSVOX* é muito mais que um leitor de tela, é um sistema operacional completo, com diversas funcionalidades. Esse programa interage com o ambiente *Windows* e contempla editor de texto, jogos didáticos e lúdicos, programas educativos para crianças com deficiência visual, entre outras funcionalidades.

Os sons emitidos pelo *DOSVOX* vêm de voz humana gravada. É o mais indicado para crianças e jovens, ou para um usuário que esteja começando a utilizar um computador devido à sua facilidade de utilização. Ou seja, é um programa simples para usuários iniciantes, de fácil instalação e utilização.

O *Non Visual Desktop Access* (NVDA) também é um *software* leitor de tela bastante utilizado por ser totalmente gratuito e de código aberto. Seu desenvolvimento foi iniciado em 2006 pelo australiano Michael Curran.

Um diferencial do NVDA é o fato de não precisar ser instalado no sistema e poder ser transportado em um *pendrive*, CD ou qualquer outro disco removível, para utilização em qualquer computador. No entanto, no quesito funcionalidade, ele apresenta um número reduzido de recursos.

Outro *software* gratuito e de código aberto como o NVDA é o *Orca*. No entanto, ele interage apenas com o sistema operacional Linux. Atualmente, sua versão mais recente é a 1.2.6.

Um leitor de tela também muito utilizado é o *VoiceOver*, pois é o leitor de tela presente nos produtos da *Apple*, como *Iphone*, *Ipad*, *Apple TV* e outros. É um recurso nativo e totalmente integrado ao sistema. Por esse motivo, não requer configurações iniciais. Foi desenvolvido para ser utilizado com o sistema IOS. Além de ser de fácil utilização, o *VoiceOver* é um leitor com a voz mais natural. Ele descreve em áudio cada elemento da tela e oferece dicas úteis. Funciona com gestos, teclado ou monitor em braile e está disponível em mais de 30 idiomas, com várias opções de voz.

O *VoiceOver* tem desenvolvido constantemente novos recursos de acessibilidade que contemplam pessoas com deficiência visual, auditiva, motora, física e até com dificuldades de aprendizagem.

Sendo assim, existe uma diversidade de *softwares* leitores de tela; no entanto, a escolha será determinada não só por fatores de afinidade, mas também econômicos.

## Conclusão

Segundo Lavorato e Mól (2017), “no cenário educacional, a inclusão assume papel fundamental na produção e disseminação do conhecimento, seja na educação formal seja na informal, pois o indivíduo é visto na sua integralidade”.

Não é pretensão deste trabalho apresentar um rol taxativo de tecnologia assistiva, pois ela é dinâmica e desenvolvida diariamente nos diferentes contextos, com a finalidade de adaptar ou adequar os instrumentos de maneira individualizada, buscando atingir sua máxima potencialidade. Ou seja, a cada dia são desenvolvidas novas tecnologias, que devem ser pesquisadas e revistas em um curto espaço de tempo, pois a tecnologia torna-se rapidamente obsoleta.

## Referências bibliográficas

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: CEDI, , 2008.

BORGES, José Antônio. Dosvox: um novo acesso dos cegos à cultura e ao trabalho. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 24-29, 1996.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

LAVORATO, Simone Uler; MÓL, Gerson Souza. Sala de recursos multifuncionais sob a ótica dos gestores educacionais do Distrito Federal. *In: Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, 2017. Anais...* Salamanca, 2017.

MORTIMER, R. **Recursos de informática para a pessoa com deficiência visual**. Baixa visão e cegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão. Rio de Janeiro: Cultura Médica, Guanabara Koogan, 2010.

SILVEIRA, Clóvis; HEIDRICH, Regina O.; BASSANI, Patrícia B. S. Avaliação das tecnologias de *softwares* existentes para a Inclusão Digital de deficientes visuais através da utilização de Requisitos de qualidade. *In: Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, 2007.*

# 19

## TESOUROS DA NARRATIVA: UM BAÚ LITERÁRIO NA APAE

### **Luana Gomes da Silva (bolsista)**

3º ano do Ensino Médio Integrado ao Meio Ambiente, IFNMG, *Campus Arinos*.

*E-mail:* luanagomesdemaria@gmail.com.

### **Samuel Carneiro Moura Oliveira**

3º ano do Ensino Médio Integrado ao Meio Ambiente, IFNMG, *Campus Arinos*.

*E-mail:* samuelcarneiromoura@hotmail.com.

### **Djanine Raquel Cantuária Santos Fonseca (Orientador)**

Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, IFNMG, *Campus Arinos*.

*E-mail:* djanine.fonseca@ifnmg.edu.br.

### **Fabiana Soares da Cruz Lima**

Especialista em Bioética, IFNMG, *Campus Arinos*.

*E-mail:* fabiana.lima@ifnmg.edu.br.

## Resumo

O projeto de extensão “Tesouros da Narrativa: uma linguagem verbal e corporal” é estruturado em oficinas de contação de histórias desenvolvidas na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Arinos e foi idealizado com o intuito de auxiliar a inclusão social dos discentes na sociedade em que vivem. Durante o ano letivo de 2017, discentes do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG, *Campus Arinos*) fizeram visitas semanais à Associação e desenvolveram dinâmicas e performances de narrativas literárias, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da comunicação dos discentes atendidos, que possuem algum tipo de deficiência física ou necessidade especial. A ação solidária mostrou que a literatura promove relevantes transformações na sociedade, apontando benefícios notórios não só no desempenho dos discentes da APAE, como também no desempenho dos adolescentes que puseram o projeto em prática.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Contação de Histórias.

## Introdução

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Arinos é uma instituição que recebe alunos de diversos locais da região. É perceptível como a comunicação das crianças com necessidades especiais, inclusive dos portadores da Síndrome de *Down*, é muitas vezes prejudicada devido a dificuldades nos aspectos fonológico, sintático e semântico da linguagem. Sendo assim, pensando na qualidade de vida dos discentes matriculados na APAE, foi discutido e elaborado um projeto de contação de histórias com o objetivo de contribuir para a ampliação das linguagens, das interações e da leitura de mundo por parte dos discentes da Associação, de maneira lúdica, através da literatura. Os discentes do IFNMG apresentaram textos literários e músicas, apontando possibilidades de criar vínculos afetivos, transmitir valores, estimular a aprendizagem e desenvolver a imaginação. Segundo Solé (1998, p. 72), em sua obra *Estratégias de Leitura*, a formação de leitores autônomos denota a formação de leitores capazes de aprender com os textos e “estabelecer relações entre o que lê e o que faz parte do seu acervo pessoal”. A autora afirma ainda que, com a prática da leitura, o leitor questiona e modifica seu conhecimento, além de transferir o que foi aprendido para diversos contextos sociais. Nesse sentido, acadêmicos do IFNMG, *Campus Arinos* foram orientados pela professora coordenadora do projeto a desenvolver oficinas literárias com planejamento semanal, de acordo com as demandas verificadas pela equipe pedagógica da APAE.

## Metodologia

Os responsáveis pelo desenvolvimento do projeto de pesquisa fazem parte do corpo discente do Instituto Federal do Norte de Minas, *Campus Arinos*, com orientação do corpo docente. A princípio, esses responsáveis providenciaram uma visita à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arinos (APAE), onde receberam um termo de autorização para o desenvolvimento deste trabalho na instituição. Depois de

aprovado, a coordenadora do projeto organizou um grupo de estudos com os discentes bolsistas e voluntários e orientou os trabalhos que foram desenvolvidos na APAE. Posteriormente, algumas narrativas foram ensaiadas para serem apresentadas em forma de teatro/performance, e os discentes do IFNMG, *Campus Arinos*, promoveram a contação de histórias de forma lúdica e com o auxílio da expressão corporal, construindo espaço e cenário agradável para desenvolver as narrativas (Fig. A).



Figura A – Equipe de jovens do IFNMG preparada para oficina.

Após contar a história, o bolsista convidava alguns alunos da plateia para fazer o mesmo. Para tanto, utilizavam uma caixa cheia de livros, fantasias e adereços, que eram escolhidos e utilizados nos momentos da ação literária. Os discentes contadores de histórias interagiram com os discentes da APAE, despertando o interesse pela comunicação social (Fig. B).



Figura B – Equipe de jovens do IFNMG com aluna da EJA, na APAE/Arinos.

O planejamento/desenvolvimento das oficinas aconteceu durante o ano letivo de 2017. Semanalmente, houve registros das oficinas desenvolvidas, com observação no comportamento das crianças envolvidas. A partir das interações, discentes bolsistas/voluntários do IFNMG e docentes (orientadora e colaboradora) produziram diferentes formas de registro, documentando o trabalho para a redação de relato de extensão e para divulgações posteriores.

## Resultados e Discussão

O desenvolvimento do projeto proporcionou aos estudantes da APAE interação em momentos descontruídos de leitura coletiva e espontânea. Sendo assim, os alunos realizaram leitura e escrita de contos e recontos, cada um à sua maneira. A avaliação foi feita durante o desenvolvimento do projeto, através de observações e anotações semanais, além da aplicação de questionário, respondido pelas professoras que trabalham na APAE. Por meio desses questionários aplicados, considerações relevantes feitas pelas professoras das turmas foram registradas. Segundo elas, os discentes envolvidos “desenvolveram mais a atenção, a linguagem oral e visual, o interesse e o gosto em ouvir mais histórias”. O projeto teve êxito, pois foi perceptível que os alunos adquiriram mais autonomia para interagir socialmente; entretanto, há necessidade de continuar com a ação, pois o processo de inserção dos discentes na sociedade ainda está em andamento. Os bolsistas e os voluntários reuniram-se, ao final do projeto, com a coordenadora e redigiram o relatório final da atividade de extensão, o que contribuiu para a análise e registros dos resultados. A interação dos bolsistas e dos voluntários no desenvolvimento da ação também deve ser ressaltada, pois os discentes do IFNMG tornaram-se pessoas engajadas na busca e na contribuição por uma sociedade melhor.

## Referências

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Tradução de Claudia Schilling. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

## Financiamento

IFNMG – Recursos próprios. As bolsas foram ofertadas através de recursos internos da instituição.

# 20

## **UM ESTUDO DE CASO NO CAMPUS RIO POMBA: A INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR**

### **Thiago França Nascimento**

Ciências da Computação, *Campus Rio Pomba*.

*E-mail:* thiagofranca.n@gmail.com.

### **Thamires Alves Barbosa**

Licenciatura em Matemática, *Campus Rio Pomba*.

*E-mail:* thamires3541@gmail.com.

### **Paula Reis de Miranda**

Doutora em Educação, *Campus Rio Pomba*.

*E-mail:* paula.reis@ifsudestemg.edu.br.

### **Rosangela Cancela Soares**

Especialista em Gerenciamento de Micro e Pequenas Empresas, *Campus Rio Pomba*.

*E-mail:* rosangela.soares@ifsudestemg.edu.br.

## Resumo

Neste relato de experiência, propomos descrever as ações inclusivas exitosas realizadas pelo Núcleo de Ações Inclusivas do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais, *Campus Rio Pomba*. Tais ações foram realizadas para que o processo de aprendizagem de alunos surdos, os quais estavam matriculados em curso de nível superior, pudesse ser inclusivo. Constantes diálogos entre os professores e a coordenação do núcleo, iniciativas de grupos de estudos e aulas extraclasse com o apoio de monitores foram fatores que contribuíram positivamente no atendimento desses alunos. Também propomos relatar os efeitos da socialização dos alunos surdos no ambiente escolar e descrever os fatores que se fizeram necessários para que ocorresse o aprimoramento do atendimento desses alunos na instituição.

**Palavras-chave:** Núcleo de Ações Inclusivas; Processo de aprendizagem; Socialização.

## Introdução

O ingresso de alunos com necessidades especiais nas instituições de ensino superior no Brasil vem crescendo constantemente ao longo da última década [1]. Devido a esse crescimento, surgiu-se a necessidade de incluir, de forma efetiva, esses alunos nessas instituições. Para que tais ações fossem impulsionadas, desenvolveu-se o Programa Incluir [2], que objetiva fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, a fim de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restrinjam a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência. Já os núcleos de acessibilidade buscam colaborar com o aumento dos índices de permanência de estudantes portadores de necessidades especiais nas instituições de ensino superior [3]. Os primeiros passos deste trabalho, no qual pretendemos relatar experiências vivenciadas, deu-se no início de 2015, quando uma aluna surda se matriculou no curso Técnico em Informática do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais, *Campus Rio Pomba*. Já em 2016, dois estudantes surdos se matricularam no mesmo Instituto, no curso de Tecnólogo em Laticínios e no Bacharelado em Laticínios. Para melhor atendê-los, o Núcleo de Ações Inclusivas (NAI) da instituição apropriou-se do “Guia Orientador de Ações Inclusivas”, fruto de um trabalho de mestrado profissional, o qual foi criado para elaborar planejamentos individuais para alunos deficientes. Além dessa medida institucional, é importante ressaltar que também existiam outras iniciativas que visavam incluir esses estudantes tanto nas disciplinas quanto em ações cotidianas realizadas dentro da instituição (ir à secretaria, solicitar algum documento, por exemplo). Sendo assim, neste trabalho, propomos relatar as experiências vivenciadas no atendimento a esses alunos surdos e os efeitos das iniciativas de ações inclusivas realizadas pelo NAI no *Campus Rio Pomba*.

## Metodologia

Este relato de experiência trata de uma pesquisa qualitativa em que profissionais e bolsistas envolvidos se portaram de diálogos constantes e espaços para troca de experiências, para contribuir com a efetivação das ações inclusivas na instituição. Esses procedimentos possibilitaram o reconhecimento de possíveis

metodologias e recursos metodológicos a serem utilizados no processo de ensino de estudantes surdos do IF Sudeste MG, *Campus* Rio Pomba. Além de utilizar o diálogo para orientar e aconselhar os professores de como deveriam conduzir os estudantes surdos, também foram realizadas monitorias (aulas extraclasse, duas vezes por semana) com um bolsista e uma estudante voluntária. O propósito era possibilitar aos alunos surdos utilizar esse tempo para estudar, realizar seus trabalhos e esclarecer suas dúvidas sobre as disciplinas estudadas [4]. O bolsista cumpriu uma carga horária de vinte horas semanais e foi orientado pela coordenação do NAI sobre como estabelecer uma boa comunicação com os estudantes surdos, sobre como preparar os materiais que seriam utilizados nas monitorias, e sobre como se portar na utilização de artefatos (pincéis, computador, *datashow*), a fim de auxiliá-los, entre outras orientações. Visando a interação desses alunos com a comunidade escolar, foram realizados encontros semanais com duração de uma hora, no formato de grupo de estudos. Esse grupo foi denominado de “Libras ao seu Alcance” e estava aberto a todos os alunos e servidores da instituição, com foco em promover o aprendizado de Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS).

## Resultados e Discussão

A melhoria no atendimento dos alunos surdos no IF Sudeste MG, *Campus* Rio Pomba, foi favorecida pela comunicação contínua entre os professores, os bolsistas e a coordenação do NAI. Com a orientação do núcleo, os professores puderam direcionar seus métodos e recursos de ensino, como o olhar direcionado para os alunos surdos durante as aulas; a utilização de pincéis de cores diferentes e de *softwares*; o ato de sinalizar, em LIBRAS, “bom dia”, “boa tarde” etc. Quando os professores se portaram dessas orientações, os estudantes surdos alegaram que a compreensão da matéria tinha sido facilitada, e também expressaram que esses professores se destacavam em relação aos demais. À medida que o convívio entre professores e alunos surdos se tornava cativante, aumentava-se a possibilidade de tornar cada vez melhor a inclusão desses alunos em sala de aula [5]. Outra forma de compartilhamento experienciada foi a elaboração e o encaminhamento de relatórios mensais para o NAI, por parte dos bolsistas, para o acompanhamento e a avaliação das metodologias, do aproveitamento, das dificuldades e do aprendizado dos estudantes surdos. Por meio desses relatórios, a coordenação do NAI tinha subsídios para planejar ações educativas para os estudantes. Em coerência com as ações inclusivas, foi constituído o grupo de estudos aberto a todos os alunos e servidores da instituição, possibilitando uma maior interação da comunidade escolar com os alunos surdos. A partir do momento que esses estudantes aumentaram os seus ciclos de amizade, eles começaram a ter mais iniciativa; passaram, por exemplo, a frequentar mais a biblioteca; criaram certa independência para transitar pela instituição (ir à cantina e comprar algum lanche ou ao até mesmo irem à secretaria fazer o requerimento de algum documento). A socialização fez com que o número de alunos interessados em participar do núcleo dobrasse. Para a consolidação desse interesse, a coordenação do NAI orientou os alunos interessados a se tornarem monitores, para que eles pudessem contribuir no processo de aprendizagem dos alunos surdos. Por fim, o interesse nas ações inclusivas motivou dois estudantes a participarem de um projeto de iniciação científica, o qual propõe um estudo de caso e a elaboração de métodos que auxiliem tanto professores quanto estudantes surdos em aulas de matemática. Esse projeto de iniciação científica é financiado pela Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e se encontra em desenvolvimento até o presente momento. Assim, podemos concluir que, de fato, os alunos surdos podem ser incluídos nas institui-

ções de ensino superior, desde que existam ações incisivas à inclusão. Ressalta-se que a presença do Núcleo de Ações inclusivas é de fundamental importância para que essas iniciativas aconteçam.

## Referências

- [1] MARTINS, Sandra Eli Sartoretto de Oliveira; LEITE, Lúcia Pereira; SANTANA, Ana Paula Oliveira; FERREIRA, Eliana Lúcia. Acessibilidade no ensino superior: análise das políticas públicas educacionais ao desenvolvimento de mídias instrumentais sobre deficiência e inclusão. **Anais... IV Seminário do Observatório da Educação**, 2012. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/seminarios/iv-observatorio-da-educacao/Educacao\\_Especial/ACESSI\\_1.PDF](https://www.capes.gov.br/images/seminarios/iv-observatorio-da-educacao/Educacao_Especial/ACESSI_1.PDF). Acesso em: 23 fev. 2018
- [2] BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Secretaria de Educação Superior (SESu). **Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior – RIMA: Documento orientador**. Brasil, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category\\_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 09 abr. 2018
- [3] MOREIRA, Laura Ceretta; BOLSANELLO, Maria Augusta; SEGER, Rosangela Gehrke. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. **Educar em revista**, v. 27, n. 41, p. 125-143, 2011.
- [4] COBB, Paul *et al.* Design experiments in educational research. *Educational researcher*, v. 32, n. 1, p. 9-13, 2003. Disponível em: <http://mintlinz.pbworks.com/w/file/attach/83256142/Cobb-Design%20experiments%202003.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018.
- [5] CARNEIRO, K. T. A. **Cultura Surda na Aprendizagem Matemática: o som do silêncio em uma sala de recurso multifuncional**. Belém: ppgECM, 2009. Disponível em: <http://ppgecm.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/178-dissertacoes-2009>. Acesso em: 01 abr. 2018.

## Financiamento

Este trabalho é parte de um projeto de ensino financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e pelo Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais, *Campus Rio Pomba*.

# 21

## VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DOS SINAIS PAI E MÃE NO BRASIL

### **Gláucio de Castro Junior (Orientador)**

Universidade de Brasília, UnB.

*E-mail:* glaucio@unb.br.

### **Juliana Harumi Chinatti Yamanaka**

Mestre em Linguística Aplicada, IFB, *Campus* Recanto das Emas.

*E-mail:* juliana.yamanaka@ifb.edu.br.

### **Rosenir Martins Nunes Chaves**

Intérprete de Libras, IFB, *Campus* Recanto das Emas, Graduanda em LSB/PSL, UnB.

*E-mail:* rosenir.chaves@ifb.edu.br.

## Resumo

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa, em nível de graduação, que trata da variação linguística na Língua Brasileira de Sinais e tem como objetivo identificar as variantes naturais existentes no Brasil dos sinais *pai* e *mãe*. Embasados pelos referenciais teóricos de Castro Junior (2014) e Faulstich (1995), a pesquisa de tipo exploratória utilizou aplicativos de vídeos para a coleta dos sinais pesquisados. Os sujeitos que contribuíram para a pesquisa foram professores surdos, ouvintes e intérpretes de Libras, todos com vínculo profissional ou estudantil em instituições federais de ensino superior. A partir da coleta de dados, foi constatada a ocorrência de variantes em doze estados brasileiros. Foi verificado que a sinalização mais recorrente para o sinal de mãe é *mulher + beijo na mão em S*; e para o sinal de pai é *homem + beijo na mão em S*.

**Palavras-chave:** Língua Brasileira de Sinais; Variação Linguística; Línguas Naturais.

## Introdução

Enquanto sujeitos inseridos em uma comunidade majoritária, com uma modalidade linguística diferente da sua e historicamente marcados pela prática da exclusão, os surdos e sua cultura precisam ser afirmados enquanto grupo com identidade própria, que deve ser valorizada (CALIXTO *et al.*, 2017). No centro dessa cultura, como pedra angular fundamental para a construção identitária dos sujeitos, assenta-se a Língua Brasileira de Sinais (doravante Libras). Apesar de óbvio, é preciso reforçar o caráter natural da Libras, uma vez que sua natureza é contestada e disputada frequentemente, seja no círculo acadêmico seja no leigo.

Nesse contexto, a pesquisa científica em áreas que tangenciam questões relativas a minorias populacionais se apresenta como ação política, bem como estratégia de existência e resistência. A vulnerabilidade institucional a qual está exposta a cultura surda é um dos fatos que justifica a necessidade de investigação crescente sobre os fenômenos linguísticos que giram em torno da Libras. Enquanto língua natural, é preciso dizer que a variação linguística ocorre na Língua Brasileira de Sinais a depender do lugar ou momento histórico em que se encontram os sinalizantes. Portanto, conforme aponta Castro Junior (2011), ela é um fato e precisa ser estudado.

Segundo Strobel e Fernandes (1998, p. 1), “na maioria do mundo há, pelo menos, uma língua de sinais usada amplamente na comunidade surda de cada país, diferente daquela da língua falada utilizada na mesma área geográfica”. Apesar de o fenômeno da variação em relação às línguas orais ser bastante conhecido pela Linguística, ainda há muito o que ser pesquisado quando se trata da Língua de Sinais.

O presente trabalho é fruto de um estudo realizado no curso de graduação em Língua de Sinais Brasileira/Português como Segunda Língua da Universidade de Brasília e teve como objetivo geral analisar os sinais *pai* e *mãe* mais usados no território nacional. Para isso, foram estabelecidos como objetivos específicos:

1. Identificar os sinais *pai* e *mãe* existente em cada estado brasileiro;
2. Descrever a sinalização mais recorrente encontrada.

## Metodologia

Este estudo se edificou sob o paradigma da investigação quali-quantitativa. Delineado a partir dos objetivos da pesquisa exploratória (CERVO *et al*, 2007), visou identificar e descrever os sinais *pai* e *mãe* utilizados no Brasil.

Richardson (1999) aponta que pesquisas de tipo exploratória são úteis para estudos iniciais sobre um tema determinado, no qual alguns aspectos importantes podem contribuir para a explicação de um problema. Nesse tipo de pesquisa, o tamanho da amostra não é necessariamente representativo, o que não impede que os resultados do trabalho permitam propor questões para a realização de pesquisas mais profundas sobre o tema.

Como técnicas que auxiliaram o processo de coleta de dados durante a pesquisa, para contatar os usuários de Libras, contou-se com a rede social *Facebook* e o aplicativo *Whatsapp*.

Para a realização deste trabalho, 20 pessoas contribuíram com vídeos que registraram os sinais pesquisados, enviados pelos meios de comunicação mencionados anteriormente. Todos os entrevistados eram membros da comunidade surda, das comunidades universitárias e dos institutos federais de ensino. Além disso, ocupavam funções como as de professores universitários, alunos e intérprete de Libras. Desses participantes, cinco eram professores de Libras (um ouvinte e quatro surdos); um era aluno (surdo) e os outros 14 colaboradores eram intérpretes de Libras (ouvintes).

A análise de dados se deu por meio de tabulação das informações coletadas, elaboração de descrições dos sinais, bem como produção de um vídeo compilador dos sinais encontrados.

## Resultados e Discussão

Conforme aponta Faulstich (1995), variações na língua de sinais brasileira estão relacionadas a mudanças históricas, sociais e geográficas que afetam as formas de sinalização. Além disso, a variação linguística na Libras aponta para as diferentes formas de percepção do mundo e significação da vida (CASTRO JUNIOR, 2011).

Assim, o presente trabalho se deparou com riqueza na diversidade linguística e vocabular no âmbito da Libras. Nos 26 estados pesquisados, foram encontradas variantes no Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul (este estado registrou influência da língua de sinais utilizada do Paraguai), Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo.

A sinalização mais recorrente para *mãe* foi  *sinal de mulher + beijo na mão em S*; já a sinalização mais frequente para *pai* foi o  *sinal de homem + beijo na mão em S*.

Registrou-se que, em todos estados do Brasil, os sinais mencionados anteriormente são passíveis de serem usados e compreendidos. No entanto, foram encontradas variantes utilizadas a depender dos interlocutores ou dos contextos em que os sujeitos estão inseridos, que poderiam se caracterizar como ambientes mais formais ou familiares, por exemplo.

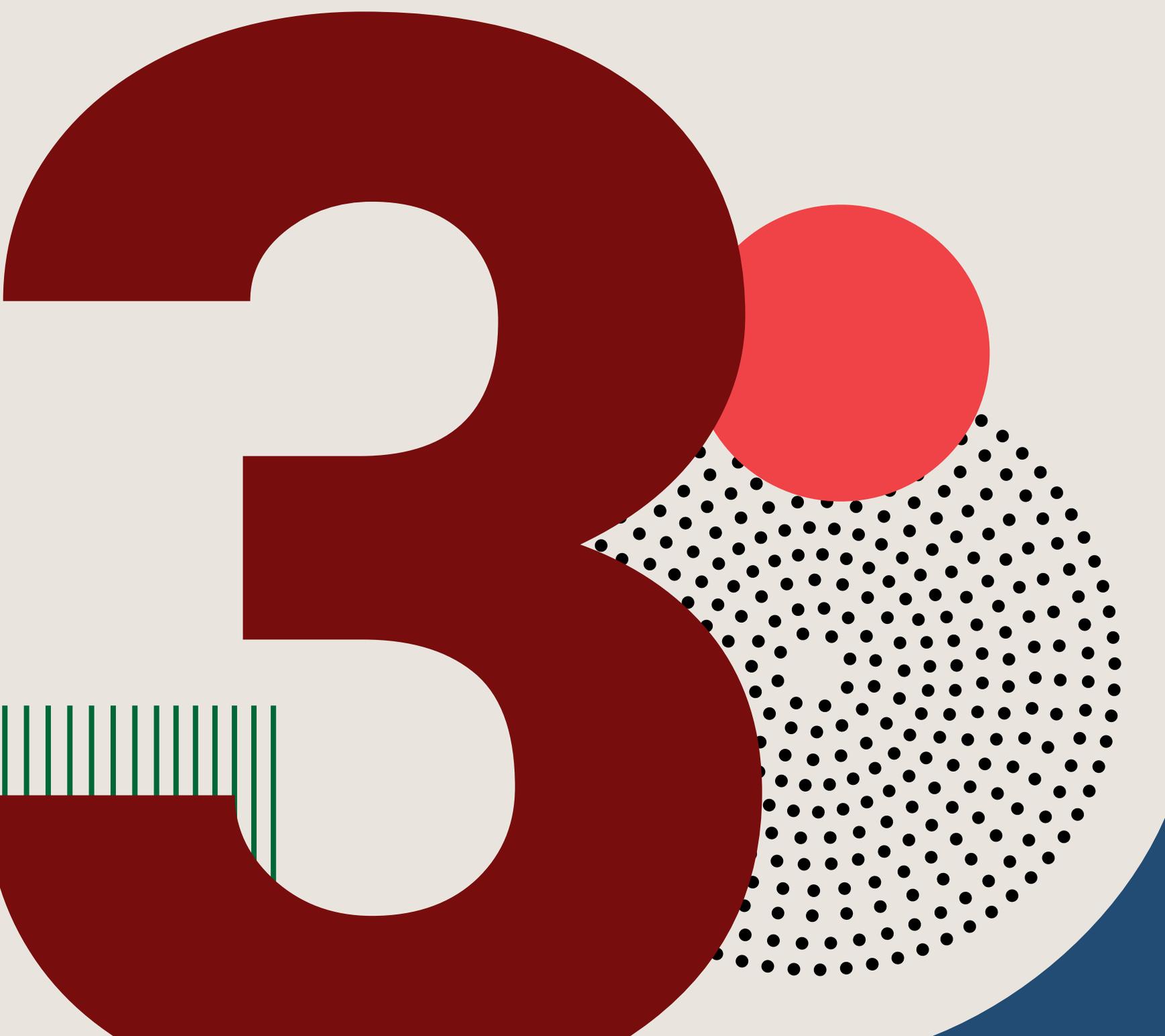
Nos estados do Espírito Santo (*mãe* – CM: A, PA: Bochecha, M: batidas na bochecha, OR: para dentro), Amazonas (*mãe* – CM: D, PA: lateral do nariz, M: leve batidas, OR: para a frente), Rio de Janeiro (os sinais *pai* e *mãe* soletrados) e Roraima (*mãe* – CM: A, PA: Bochecha, M: batidas na bochecha, OR: para dentro), foram encontrados os sinais mais diferentes dos convencionados pela comunidade surda.

## Referências

- CALIXTO, H. R. S.; LOBATO H. K. G. L.; PERLIN, G. T. T. Surdos de diásporas: uma possível in/exclusão pela variação linguística. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 14, n. 35. 2017.
- CASTRO JÚNIOR, G. de. **Variação linguística em Língua de Sinais Brasileira: foco no léxico**. 2011, 123 f. il. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- FAULSTICH, E. **Base Metodológica para Pesquisa: Termo e Variação**. Brasília: Centro Lexterm, 1995.
- FERNANDES, S.; STROBEL, K. **Aspectos Linguísticos da Língua Brasileira de Sinais**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.
- RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

# Eixo

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
E DIVERSIDADE



# 22

## **O PROJETO RECEPÇÃO CIDADÃ: ACOLHIDA DE ESTUDANTES INGRESSANTES DO IFTM, CAMPUS UBERLÂNDIA**

### **Gabriel Ferreira Barcelos, Engenharia Agrônômica**

IFTM, *Campus* Uberlândia.

*E-mail:* barcelos\_gabrielf@hotmail.com.

### **Anna Clara Pereira Machado**

Curso Técnico em Alimentos integrado ao Ensino Médio, IFTM, *Campus* Uberlândia.

*E-mail:* anna2machado@gmail.com.

### **Nísia Maria Teresa Salles (Orientadora)**

Mestre, IFTM, *Campus* Uberlândia.

*E-mail:* nisia@iftm.edu.br.

### **Márcia Lopes Vieira**

Mestre, IFTM, *Campus* Uberlândia.

*E-mail:* marcialopes@iftm.edu.br.

## Resumo

Este trabalho evidencia o desenvolvimento de habilidades e competências do ponto de vista ético, solidário e humano com estudantes bolsistas e voluntários responsáveis por auxiliar na coordenação do planejamento, estruturação e execução das atividades do Projeto Recepção Cidadã, tornando-os multiplicadores de novas práticas. A metodologia de execução se consistiu primeiramente de estudos sobre inclusão, *bullying* e diversidade. Em seguida, foram realizadas reuniões para compreender as ações que já haviam sido realizadas em anos anteriores, com o intuito de aprimorá-las, e houve momentos de formação com os estudantes que se inscreveram como monitores para atuar na recepção dos alunos ingressantes na instituição. Além desse momento de recepção, o trabalho se efetivou com ações no período da matrícula e na primeira semana de aula. Os resultados atingidos referem-se a: desenvolvimento, no grupo de alunos monitores, e disseminação das ideias trabalhadas durante o processo com os demais estudantes, relacionadas a princípios éticos, cidadãos, solidários e cooperativos; oportunidade de estudos, reflexões e conhecimentos sobre os assuntos relacionados à educação inclusiva e à diversidade; efetivação e ampliação dos resultados dos eventos promovidos durante este projeto de acolhida.

**Palavras-chave:** Projeto Recepção Cidadã; Formação; Diversidade.

## Introdução

Este relato de experiência está pautado na visão de que é necessário propiciar momentos de integração psicossocial dos estudantes ingressantes no IFTM, *Campus* Uberlândia, de forma amistosa e solidária, eliminando práticas de violência, como o trote violento e outras atitudes constrangedoras caracterizadas como *bullying*. O projeto Recepção Cidadã é planejado e realizado por estudantes veteranos que passam por um processo de formação junto ao Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), para que adquiram aptidões para serem multiplicadores, de forma a capacitar outros estudantes para planejar e desenvolver o trabalho. Constitui uma ação importante para incentivar o ingresso, o êxito e a permanência, bem como o sucesso na vida acadêmica.

A finalidade do projeto visa “Promover uma recepção aos estudantes ingressantes de maneira acolhedora, integrando-os ao ambiente escolar de maneira adequada e coibindo o trote violento” (IFTM, 2016, p. 2). Com esse objetivo, este projeto teve sua primeira edição no ano de 2011, ocorrendo sempre em duas etapas durante o ano, nos momentos de ingresso de estudantes nos cursos do *Campus*. O projeto é coordenado pelo NAPNE e conta com um trabalho transdisciplinar<sup>1</sup> envolvendo os mais diversos setores organizacionais

---

1 Conforme Menezes e Santos (2001), transdisciplinaridade refere-se a um princípio teórico que objetiva a intercomunicação das disciplinas de forma transversal, ultrapassando as fronteiras dessas disciplinas. Supera o paradigma de disciplina fragmentada e isolada das demais (multidisciplinaridade), pois isso resultaria na fragmentação das mentalidades, consciências e posturas. Ultrapassa o princípio da interdisciplinaridade, apesar de partir dela, pois esta continua estruturada nas esferas da disciplinaridade, enquanto que a transdisciplinaridade sobressai dessas fronteiras e considera outras fontes e níveis do conhecimento. O trabalho transdisciplinar pretendido pela organização da Recepção Cidadã envolve pessoas de diversas formações e vivências, diversos cargos e experiências, tanto da comunidade acadêmica quanto da comunidade externa, como familiares e colaboradores de outras Instituições.

do *Campus*, com a participação de professores de diversas áreas do conhecimento e, principalmente, de estudantes mais experientes que se inscreveram para participar tanto do planejamento quanto da realização das atividades.

O IFTM também possui o Programa Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFTM, com o levantamento de dados de evasão e retenção de cada *Campus*, para a implementação de ações e acompanhamento dos estudantes, com foco no sucesso acadêmico. Além de ser uma temática abordada em diversos documentos oficiais do IFTM, também compõe os projetos dos seguintes cursos: Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Alimentos Integrado ao ensino médio, Técnico em Agropecuária Concomitante, Tecnologia em Alimentos e Engenharia Agrônoma.

Nesse contexto, espera-se desenvolver nos bolsistas conhecimentos relacionados aos princípios éticos, cidadãos, solidários e cooperativos, para que possam multiplicar e efetivar as ações junto à comunidade escolar.

## Metodologia

O projeto ocorre duas vezes ao ano, nos momentos de ingresso de estudantes nos cursos do *Campus*. O projeto é coordenado pelo NAPNE e conta com um trabalho transdisciplinar envolvendo os mais diversos setores organizacionais do *Campus*, com a participação de professores de diversas áreas do conhecimento, principalmente de estudantes mais experientes que se inscrevem para participar tanto do planejamento quanto da realização das atividades.

Para efetivar essa integração, é fundamental planejar atividades sistemáticas de recepção solidária, com o objetivo de reverter a cultura dos trotes<sup>2</sup> e do *bullying*. Com esse objetivo, o IFTM, *Campus* Uberlândia, realiza o Projeto Recepção Cidadã desde 2011, com vistas à promoção de uma recepção cada vez mais cidadã aos estudantes ingressantes. Os estudantes extensionistas planejam e desenvolvem as seguintes atividades: a) capacitação e formação ministradas pelos executores do projeto e parceiros externos; b) realização de estudos e pesquisas relacionados aos princípios e objetivos da Recepção Cidadã; c) realização de encontros com demais colaboradores, para multiplicação da capacitação e formação apreendida no item “a”; d) elaboração e confecção de materiais utilizados nas atividades da Recepção Cidadã; e) participação nas atividades de Recepção Cidadã; f) elaboração de relatórios.

Os eventos são divididos em seis etapas: (1) etapa de seleção e formação dos monitores; (2) etapa de planejamento, na qual os colaboradores, NAPNE e bolsistas se reúnem para definição do cronograma de atividades e elaboração dos materiais impressos a serem entregues aos estudantes: fôlder das atividades a serem realizadas na primeira semana de aula, questionário, convite para reunião de pais, guia de sobrevivência e campanha de conscientização no transporte coletivo; (3) etapa de recepção no dia da realização da prova; (4) etapa de acolhimento no período de matrícula, quando as bolsistas, monitores e servidores colaboradores organizam um acolhimento no primeiro contato dos ingressantes e familiares à instituição,

---

2 Etimologicamente, a palavra trote origina-se da área da equitação, correspondendo ao ato de montaria entre o passo e o galope; assim, trote refere-se ao adestramento dos novos alunos por parte dos alunos mais experientes, no momento da recepção, o que, na prática, resulta em maus tratos, na maioria das vezes (MATTOSO, 1985).

no período de matrículas; (5) etapa de atividades no início do semestre, quando é realizada uma série de atividades ofertadas aos ingressantes, desenvolvidas por professores, servidores, bolsistas e monitores, e (6) confraternização, etapa na qual estudantes ingressantes, monitores, servidores e colaboradores comemoram os resultados positivos do evento.

## Resultados e Discussão

Tendo em vista o arranjo metodológico das atividades desenvolvidas, vários resultados positivos podem ser descritos de forma progressiva em decorrência dessa recepção: melhor integração dos estudantes ingressantes ao ambiente acadêmico; melhoria nas relações entre os estudantes de diferentes cursos e turmas, diminuindo a ocorrência de rixas e comportamentos violentos; diminuição de ocorrência de trotes nos ambientes institucionais; aumento do número de denúncias de ocorrências de trotes, tanto nos ambientes institucionais quanto nos demais, como no transporte coletivo e nas redes sociais; maior sentimento de segurança e bem-estar do ingressante no ambiente acadêmico; e crescente redução de taxas de evasão cujas causas estejam relacionadas ao trote violento. Nesse contexto, destacamos os benefícios identificados a partir da execução desse trabalho, resultante de uma recepção mais fraterna e acolhedora: aproximação entre a instituição escolar e a pessoa do educando, tratando-o com humanidade e dignidade; diminuição nos casos de evasão ocasionados pelos conflitos entre estudantes; o público e o coletivo tratados de forma responsável; relações entre estudantes, professores e demais servidores pautadas na cooperação e respeito às diversidades; integração mais harmoniosa entre estudantes ingressantes e instituição acadêmica; entre outros. Compreendemos que ainda há muito a realizar, já que situações pontuais de trotes e *bullying*, apesar de reduzidos, tentam se afirmar. No entanto, consideramos a importância desse momento inicial de recepção dos alunos ingressantes como um grande passo na busca da superação de relações violentas, humilhantes e autoritárias vivenciadas no ambiente escolar, adquirindo, assim, novas atitudes por meio de uma ação educativa coletiva, com um caráter socializador e humanizador.

## Referências

- IFTM, 2016. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. **Recepção Cidadã**. Fôlder elaborado para a Recepção Cidadã I/2016 no *Campus Uberlândia* do IFTM.
- MATTOSO, G. **O calvário dos carecas**. São Paulo: EMW Editores, 1985.
- MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. *Verbete transdisciplinaridade*. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** – Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/transdisciplinaridade/>. Acesso em: 16 mar. 2016.

# 23

## **PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL E PROMOÇÃO SOCIAL DA TERCEIRA IDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EXITOSA**

**Jocênio Marquios Epaminondas**

Mestrado, *Campus Ceilândia*.

*E-mail:* jocenio.epaminondas@ifb.edu.br.

**Juliana Sabino de Souza**

Mestrado, *Campus Ceilândia*.

*E-mail:* juliana.souza@ifb.edu.br.

**Conceição de Maria Cardoso Costa**

Doutorado, *Campus Ceilândia*.

*E-mail:* conceicao.costa@ifb.edu.br.

## Resumo

Este trabalho trata do relato de experiência exitosa do “Programa de Inclusão Digital e Promoção Social da Terceira Idade”. O objetivo principal deste programa foi promover a inclusão digital de pessoas da terceira idade, oferecendo ações complementares que dialogassem com outras áreas, como a dança, a culinária, o estudo de línguas estrangeiras e o empreendedorismo. O programa foi aprovado e contemplado com recursos financeiros no Edital do Programa de Extensão Universitária 2016 (PROEXT-MEC/SEU), com o valor total de R\$ 282.915,85, e foi executado pelo *Campus Ceilândia* do Instituto Federal de Brasília (IFB) no segundo semestre de 2016 e no ano de 2017. As ações executadas durante a vigência do programa foram: oferta de Curso de Informática Básica para a Terceira Idade; escrita para publicação de dois livros – *Inclusão para a Terceira Idade* e *Histórias com Sabor* –, ambos em fase final de diagramação e já aprovados pela editora do IFB; Mostra de Talentos da Terceira Idade; Curso de Dança; Curso de Espanhol; Curso de Inglês; dois Concursos de Culinária e um evento para Comemoração do Dia do Idoso. Alcançou-se, assim, um público total de, aproximadamente, 1200 beneficiários. Destaca-se o suporte efetivo dos bolsistas dos cursos superiores de licenciatura e graduação do IFB, que participaram efetivamente do processo de adaptação das práticas pedagógicas, de modo a facilitar o processo de ensino-aprendizagem, a prática profissional e o aprendizado diante dos desafios metodológicos exigidos para lidar com os alunos da terceira idade.

**Palavras-chave:** Inclusão Digital; Proext 2016; Terceira Idade.

## Introdução

Os avanços da medicina e as melhorias urbanas, como a ampliação de serviços de saúde, rede sanitária, maior oferta e diversidade de alimentos e as facilidades da vida moderna, têm contribuído para o aumento da expectativa de vida. Segundo Censos do IBGE (2017), desde 2002 percebe-se uma clara tendência de crescimento da população idosa no Brasil, que aponta para que, em pouco tempo, esse segmento se torne o mais numeroso da população. Com isso, esse público necessita de um olhar especial para suas necessidades específicas em vários âmbitos, em termos de bem-estar, saúde física e mental, entre outros.

Em seus estudos, Azevedo (2018) defende que a terceira idade, ou melhor idade, não deve ser encarada como um problema, e sim como um espaço característico de novas vidas, que deve ser entendido com objetividade. A terceira idade deve ser associada com felicidade, experiência e sabedoria.

É importante oportunizar à população da Terceira Idade o acesso a novas tecnologias, pois proporcionará a essa classe populacional uma maior interação social, acesso a informações e exercícios de seus direitos. Além disso, tais tecnologias podem ser articuladas com outras áreas, como a cultura e a atividade produtiva. É preciso promover, junto aos idosos, constante estimulação e incentivo de suas capacidades, mostrando que é possível a aprendizagem de novos conteúdos em qualquer fase da vida (PASQUALOTTI; BOTH, 2008).

O *Campus Ceilândia* do IFB executou o PROEXT 2016 no segundo semestre de 2016 e no ano de 2017. As ações executadas durante a vigência do programa foram as seguintes: oferta de Curso de Informática Básica para a Terceira Idade; escrita para publicação de dois livros – *Inclusão para a Terceira Idade* e *Histórias*

com Sabor –, ambos em fase final de diagramação e já aprovados pela editora do IFB; Mostra de Talentos da Terceira Idade; Curso de Dança; Curso de Espanhol; Curso de Inglês; dois Concursos de Culinária e um evento para Comemoração do Dia do Idoso, alcançando assim um público total de, aproximadamente, 1200 beneficiários.

O Programa de Inclusão Digital e Promoção Social da Terceira Idade foi aprovado e contemplado com recursos financeiros no total de R\$ 282.915,85 pelo Edital do Programa de Extensão Universitária 2016 (PROEXT-MEC/SESU). O objetivo principal desse programa foi promover a inclusão digital de pessoas da terceira idade, oferecendo ações complementares que dialogassem com outras áreas, como a dança, culinária, o estudo de línguas estrangeira e o empreendedorismo. Os objetivos específicos incluíram municiar o público-alvo de ferramentas computacionais que melhorassem sua interação com familiares, valorizar os saberes populares, e articular ensino, pesquisa e extensão em diálogo com as necessidades de oferecer aos nossos graduandos dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Informática, Licenciatura em Espanhol e Licenciatura em Dança uma formação profissional e cidadã, acadêmica e aplicada, teórica e prática.

## Metodologia

Para operacionalização das ações supracitadas, foram executadas diversas atividades, a destacar: seleção de bolsistas; cotações de preços para aquisição de material de consumo, material permanente e serviços de terceiros; aquisição dos itens orçados; definição da equipe docente; elaboração dos planos de ensino e material didático; capacitação para os bolsistas, com o intuito de apresentar o programa e quais seriam os seus papéis no processo de execução; inscrição dos alunos; montagem e entrega do *kit* do aluno (sacola, lápis, borracha, caderno e garrafa para água); oferta dos cursos de informática, inglês, espanhol, dança e coral; edital de seleção de alunos para o concurso de culinária; organização da mostra de talentos, concursos de culinária, aulas inaugurais, entregas de certificados, Dia do Idoso e I CEINEPE (Ceilândia Integrando Ensino, Pesquisa e Extensão); escrita do livro *Inclusão para a Terceira Idade* junto aos bolsistas de informática; organização das receitas para publicação do livro *Histórias com Sabor*.

A seleção de participantes para os cursos propostos nas ações foram realizadas através de edital público para a comunidade da terceira idade, sendo ofertadas dessa forma 703 vagas, distribuídas nos cursos supracitados para o público específico da terceira idade.

O curso Informática Básica para a Terceira Idade teve como objetivo promover a inclusão dos idosos no mundo da tecnologia, e foi ministrado por meio de aulas práticas, debates com metodologia voltada para participação do aluno, desenvolvimento formativo e reflexão crítica, capacitando-os para as tomadas de decisão adequadas ao utilizar o computador.

O ensino de uma segunda língua para o público da terceira idade teve uma abordagem comunicativa e gramatical, com a realização de exercícios individuais em duplas e em pequenos grupos, com o uso de dicionários e com a realização de trabalhos de cunho cultural acerca das línguas estudadas.

As aulas de dança proporcionaram aos participantes a oportunidade de desenvolver suas habilidades musicais e de dança, além de estimulá-los à atividade física.

A Mostra de Talentos teve como proposta a divulgação das atividades econômicas realizadas pelos alunos da terceira idade; em um primeiro momento, através da inscrição, em que descreveram o seu produto e/ou serviço, e, em segundo momento, com a exposição em *stands*.

O livro de culinária resultou de dois concursos de culinária realizados durante a execução do programa. O livro *Inclusão Digital para a Terceira Idade* foi resultado do material utilizado pelos professores e pelos bolsistas durante a execução do curso de Informática Básica.

É importante salientar que esse programa atendeu em média 1200 pessoas, entre alunos selecionados, a comunidade interna e a comunidade externa, que participaram dos eventos promovidos.

## Resultados e Discussão

A inclusão digital e a promoção social do público da terceira idade do programa em destaque foi alcançada a partir das ações propostas e executadas no segundo semestre de 2016 e no ano de 2017. O programa proporcionou a interação com o mundo por meio dos conhecimentos de informática, de uma língua estrangeira e da dança; o reconhecimento de suas competências profissionais e saberes adquiridos informalmente em suas vivências a partir da mostra de talentos e dos concursos de culinária; a descoberta de novas possibilidades; e a busca de novas e inovadoras formas de aprender. Além disso, promoveu uma melhoria na qualidade de vida e uma maior valorização do idoso frente a sociedade.

Os cursos de formação ofertados (Informática Básica, Dança, Espanhol e Inglês) apresentaram baixos níveis de evasão, o que se deve ao comprometimento e à vontade de aprender desse público. Os alunos valorizavam cada momento do curso, pois, segundo depoimentos de muitos, não houve a oportunidade de estudar quando jovens, porque tinham que trabalhar nas lavouras para ajudar os pais ou para prover o sustento de suas famílias.

Devido à grande demanda, por parte dos alunos, em continuar os estudos, o *Campus Ceilândia* iniciou, em 2018, a oferta do curso FIC de Espanhol Básico para a Terceira Idade, além de continuar ofertando o curso de Informática Básica para a Terceira Idade, módulo I e módulo II.

Destaca-se ainda que o programa buscou valorizar, durante sua execução, as experiências dos idosos através de eventos como a Mostra de Talentos e os concursos de culinária. Também houve a preocupação de compartilhar tais experiências, divulgando os resultados obtidos em eventos científicos, com destaque para o ConectaIF, o I CEINEPE, o XV Fórum Nacional de Coordenadores de Projetos da Terceira Idade e o XIV Encontro Nacional dos Estudantes da Terceira Idade de Instituições de Ensino Superior em Florianópolis.

Enfatizamos que, para o sucesso da execução desse Programa de Extensão Universitária no âmbito do IFB, *Campus Ceilândia*, o compromisso de toda equipe executora do programa e o apoio das direções e coordenações do *Campus Ceilândia*, e das Pró-Reitorias de Extensão (PREX) e de Pesquisa e Inovação (PRPI), foram primordiais para o êxito alcançado.

## Referências

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População projetada de 1980 a 2050**. 2004. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_Projecoes\\_Mortalidade\\_Populacao/Projecoes\\_1980\\_2050/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_Projecoes_Mortalidade_Populacao/Projecoes_1980_2050/). Acesso em: 07 mar. 2018.

AZEVEDO, João Roberto. **Como mudar o comportamento frente ao idoso**. 2000. Disponível em: <http://www.boasaude.com.br/artigos-de-saude/3053/-1/como-mudar-o-comportamento-frente-ao-idoso.html>. Acesso em: 30 mar. 2018.

PASQUALOTTI, Adriano; BOTH, Agostinho. Pessoa idosa, tecnologias de comunicação e interação e educação permanente: um encontro esperado, um fato possível. *In*: FERREIRA, Anderson Jackle *et al* (Orgs.). **Inclusão digital de idosos: a descoberta de um novo mundo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

## Financiamento

Edital do Programa de Extensão Universitária 2016 (PROEXT-MEC/SESU), PROEXT 2016, MEC/SESu.

# 24

## QLIBRAS: APRENDIZAGEM DE LIBRAS AUXILIADA POR COMPUTADOR

### **Jônatas de Souza Rezende**

Bacharelado em Sistema de Informação, Faculdade Estácio de Sá, Brasília/DF.

*E-mail:* jonatas-souza@hotmail.com.

### **Andrey Silva Ribeiro**

Bacharelado em Sistema de Informação, IF Goiano, *Campus Ceres*.

*E-mail:* aandreysr@gmail.com.

### **Maciele Xavier Rodrigues**

Bacharelado em Sistema de Informação, IF Goiano, *Campus Ceres*.

*E-mail:* maciele\_789xavier@outlook.com.

### **Ronneesley Moura Teles**

Mestre em Ciência da Computação, IF Goiano, *Campus Ceres*.

*E-mail:* roni.teles@ifgoiano.edu.br.

### **Joseane Rosa Santos Rezende**

Especialista em Língua Inglesa e em Tradução/Interpretação e Docência da Libras, IFB, *Campus Recanto das Emas*.

*E-mail:* joseane.rezende@ifb.edu.br.

### **Deusirene da Silva Sousa Teles**

Pós-graduanda em Psicopedagogia Institucional.

*E-mail:* deusirene.silva.sousa@gmail.com.

## Resumo

O aprendizado de Libras é importante para a inclusão de pessoas surdas na sociedade. Assim sendo, o uso de tecnologias que diminuam o tempo de estudo ajuda nesse desafio social. Portanto, este trabalho apresenta o *software* QLibras – um sistema de perguntas e respostas (Quiz) – para auxiliar no aprendizado do alfabeto da Língua Brasileira de Sinais de forma lúdica. O ganho de conhecimento foi avaliado em função da quantidade de vezes que o participante utilizou o QLibras. Após a utilização do sistema, houve um aumento de 18,0% na compreensão dos voluntários, mostrando que o uso da tecnologia pode auxiliar nos estudos e na melhoria da inclusão.

**Palavras-chave:** Aprendizagem; Libras; QLibras.

## Introdução

O processo de ensino-aprendizagem sofre alterações constantemente, visto que novas teorias são estudadas e aplicadas em sala de aula. Segundo Ijtihadie *et al.* (2010), o interesse em ferramentas que auxiliem nesse processo de ensino-aprendizagem vem crescendo, principalmente após a criação de novos dispositivos que tornam o acesso à *Internet* mais fácil. Tais aparelhos permitem que o ensino se torne mais interativo e que aconteça um acompanhamento mais individualizado (PROTOPSALTIS *et al.*, 2016).

Nesse contexto, surgem os *e-quizzes* (sistema de perguntas e respostas por meio eletrônico) como novas propostas e desafios na criação de conteúdo para os sistemas de gerenciamento da aprendizagem (RARH; GOEL, 2011), tornando-se ferramentas com maior eficácia, já que são capazes de ajustar a dificuldade das questões de acordo com o conhecimento dos usuários, tornando o aprendizado mais gradual e compassado.

Com o uso das técnicas de autoajuste, é possível tornar o aprendizado personalizado e mais prazeroso (MIHÃESCU *et al.*, 2017); já existem inclusive estudos que levam em consideração até mesmo a facilidade de aprendizagem e a personalidade de cada participante, conforme citam Trikha e Godbole (2016).

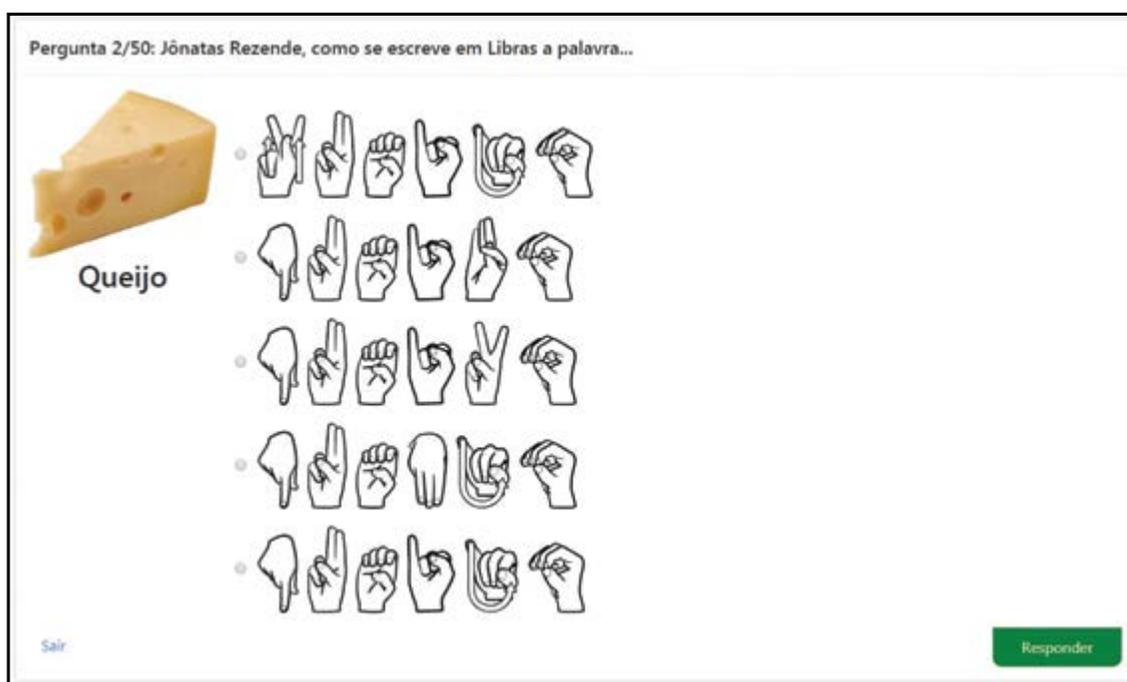
Assim sendo, foi criado o *software* QLibras, objetivando apresentar um sistema interativo para a aprendizagem do alfabeto da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para os ouvintes que desejam aprendê-la como segunda língua. Além de avaliar a eficácia do método, outro objetivo foi realizar a análise da eficiência, determinando a quantidade de repetições necessárias para obter um grau de conhecimento satisfatório.

## Metodologia

O *software* QLibras (disponível para acesso em <http://www.analistasi.com.br/QLibras>) foi desenvolvido utilizando a linguagem de marcação HTML (*HyperTextMarkupLanguage*), versão 5, e a linguagem de programação PHP (*Hypertext Preprocessor*), versão 7, com o uso do Ambiente de Desenvolvimento Integrado *NetBeans* 8.2. Foi criado um banco com 200 palavras, armazenadas no Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados, criado no *MySQL*, versão 5.7. Cada palavra, no banco de questões, representa um objeto, e a elas

foram associadas figuras para que o aprendizado se tornasse mais divertido, conforme mostra a Figura 1. Todas as opções possuem a mesma quantidade de letras, evitando assim que o usuário conte-as e exclua opções por esse critério.

Figura 1



Fonte: sistema de perguntas do QLibras

O QLibras foi programado para que as perguntas aparecessem aleatoriamente. Para cada pergunta, há cinco possíveis respostas, das quais apenas uma é a correta. As demais respostas foram geradas automaticamente pelo sistema, contendo de 10% a 30% de variação da resposta original. A fim de evitar a memorização da posição da resposta correta, a posição das respostas também foi aleatorizada.

O ganho de conhecimento através do sistema foi avaliado com 45 voluntários. Cada um respondeu 10 perguntas do *e-quiz* (alfabeto da Língua Brasileira de Sinais) cinco vezes, totalizando 50 perguntas por participante. A média de acertos foi submetida à análise de regressão através do *software* estatístico SAS, versão 9.04, o que permitiu compreender o ganho de conhecimento e auxiliar na determinação do número de vezes necessárias para compreender satisfatoriamente o alfabeto da Libras.

As primeiras 10 perguntas realizadas aos participantes não apresentaram dicas nem respostas corretas, permitindo, assim, calcular o conhecimento prévio de cada indivíduo sem alterá-lo. A partir daí, ao acertar ou errar uma pergunta, o sistema apresentava uma explicação do porquê de a resposta estar certa ou errada, letra por letra, auxiliando o participante no aprendizado. Outro detalhe: ao posicionar o cursor sobre um dos sinais, a mão transforma-se na letra correspondente, auxiliando no aprendizado do participante.

Além das correções de perguntas, o QLibras exibe um quadro de aprendizagem, mostrando o percentual de acerto de cada letra, de forma que o estudante possa descobrir suas principais dificuldades e saná-las para o próximo exercício.

## Resultados e Discussão

Dos 45 voluntários que aceitaram participar da pesquisa, apenas 18 (40%) não conheciam Libras e 27 (60%) a conheciam em baixo ou alto grau. Embora a análise de regressão tenha mostrado que não houve diferença estatística nas cinco tentativas ( $p > 0,05$ ), foi possível notar que houve uma diferença absoluta a partir da terceira tentativa para participantes que não conheciam o alfabeto em Libras e a partir da segunda tentativa para pessoas que já o conheciam.

A mediana para as pessoas que não conheciam Libras nas duas primeiras tentativas foi de 55% e, nas demais tentativas, subiu para 75%. Para as pessoas que já a conheciam, a mediana inicial foi de 80% de acertos na primeira tentativa e subiu para 90% nas tentativas seguintes.

Concluimos, portanto, que, em valores absolutos, a utilização do QLibras correspondeu a um incremento de 18,0% no conhecimento dos participantes. Notou-se também que o incremento para quem não conhecia o alfabeto na Língua de Sinais foi superior (21,4%) em relação a quem já o conhecia (16,2%). Assim, o *software* apresentou um potencial para disseminação e reforço de conhecimentos a respeito do alfabeto na Libras.

## Referências

IJTIHADIE, R. M. *et al.* Offline web application and quiz synchronization for e-learning activity for mobile browser. **IEEE Region 10 Annual International Conference**, Proceedings/TENCON, p. 2402-2405, 2010

MIHĂESCU, C. M. *et al.* Learning analytics solution for building personalized quiz sessions. **Proceedings – 18th International Carpathian Control Conference**, ICCCT 2017, p. 140-145, 2017.

PROTOPSALTIS, A. *et al.* Quiz Cube: An AR mobile learning application. **Proceedings – 11th International Workshop on Semantic and Social Media Adaptation and Personalization**, SMAP 2016, p. 151-155, 2016.

RARH, V.; GOEL, A. A methodology for e-quiz content production for e-learning. **Proceedings – 2nd International Conference on Emerging Applications of Information Technology**, EAIT 2011, p. 145-148, 2011.

TRIKHA, N.; GODBOLE, A. Adaptive e-learning system using hybrid approach. **Proceedings – International Conference on Inventive Computation Technologies (ICICT)**, p. 1-4, 2016.

# 25

## TRANVSAIS E CIDADANIA: UM LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE A PROMOÇÃO DE UMA VISÃO PLURAL ENTRE OS JOVENS CIDADÃOS

### **Gabriele Munarin**

Curso Técnico em Informática, *Campus* Rio do Sul, SC.

*E-mail:* gabimunarin12@gmail.com.

### **Luiza Pisetta**

Curso Técnico em Informática, *Campus* Rio do Sul, SC.

*E-mail:* luizapisetta@gmail.com.

### **Wesley dos Reis Bezerra**

M. Eng., *Campus* Rio do Sul, SC.

*E-mail:* wesley.bezerra@ifc.edu.br.

## Resumo

Este trabalho apresenta uma proposta de abordagem dos temas transversais na formação do cidadão. Foi realizada uma experiência no ensino médio técnico na cidade de Rio do Sul, localizada no interior de Santa Catarina-SC. Tal experiência foi trazida por meio de depoimentos de alguns alunos do terceiro ano (série final) do curso de Técnico de Informática do IFC, *Campus* Rio do Sul. Por meio da análise do discurso aplicada aos depoimentos de alunos participantes das disciplinas de Multimídia 1 e Multimídia 2, foram elencados e avaliados alguns pontos positivos da abordagem utilizada.

**Palavras-chave:** Cidadania, Temas Transversais, Inclusão.

## Introdução

Os temas transversais [1] são parte importante da formação do educando. Além de promover uma educação técnica e científica, o educando deve ser municiado com uma formação que permita desenvolvê-lo como cidadão. A formação de cidadão é parte fundamental da concepção do indivíduo, o qual deve estar em contato com a sociedade.

Através disso, podemos abordar temas significativos, como a questão étnica-racial, a prevenção ao uso de drogas, a inclusão, entre outros. Através da inserção desses temas, de maneira sutil, no dia a dia do educando, pode-se promover uma educação cidadã, conforme o estatuto da criança e do adolescente [2], diferentemente das palestras e vídeos sobre esses assuntos. Muitas vezes, tais filmes ou palestras não oferecem o formato adequado para os jovens educandos, que são mais ativos e impacientes.

Em razão desse problema, foi adotada uma proposta mais interativa e lúdica para abordar tais assuntos e fugir dos formatos menos atrativos, uma abordagem que vai além do passatempo, mas que traz consigo, de maneira não intencional, um desenvolvimento tanto individual como social [3]. Essa abordagem foi utilizada nas disciplinas de Multimídia 1 e Multimídia 2 do curso Técnico em Informática do Instituto Federal Catarinense do *Campus* Rio do Sul, Unidade Urbana, nos anos de 2016, 2017 e 2018. Essa disciplina foram lecionadas por um dos autores, que é docente na instituição.

Com visitas a órgãos, projetos e exposições, as disciplinas tentaram trazer a vivência da cidadania para as aulas e muitas vezes expressá-la através de artefatos audiovisuais, como exposições promovidas na instituição, exposição na feira do livro que ocorre no município, publicação de vídeos em mídias sociais, entre outras atividades. Foram propostas atividades feitas em sala sobre os temas transversais, com a produção de material que foi posteriormente divulgado nos murais da escola, mídias sociais, entre outros meios de menor expressão. Isso possibilitou uma maior proximidade e uma maior vivência com os temas (objeto deste trabalho) por parte dos alunos, promovendo, dessa forma, a extensão, segundo postula a LDB [4], não somente no ensino superior, mas também no nível médio (técnico integrado).

Ao utilizar essa proposta, partiu-se deste questionamento: é possível, através de uma disciplina de cunho técnico, despertar a consciência cidadã crítica nos educandos de nível médio, utilizando como base os temas transversais? Este trabalho se propõe a fazer uma breve análise baseada nos depoimentos dos alunos que já fizeram parte dessa prática e que, neste ano, estão no 3º ano do Ensino Médio integrado ao curso Técnico em Informática.

## Metodologia

Uma pesquisa qualitativa geralmente se constitui de três fases principais [5]: pró-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Em nosso trabalho, a terceira fase foi detalhada em duas partes: categorização dos depoimentos e discussão sobre resultados coletados. A seguir, listam-se todos os 4 passos adotados:

- I. Coleta de depoimentos;
- II. Categorização dos depoimentos;
- III. Análise qualitativa dos depoimentos;
- IV. Discussão sobre resultados coletados.

A coleta de depoimentos (I) foi feita através de *e-mails* dos alunos. Tais alunos responderam à seguinte pergunta: a visitação e a abordagem lúdica ajudam o estudante a desenvolver uma consciência de cidadania mais ampliada do que somente atividades em sala? Após coletados os *e-mails*, eles foram classificados (II) em experiências positivas e não positivas. O texto relacionado a cada experiência foi analisado (III) de maneira qualitativa, com a finalidade de levantar indícios sobre a sua categoria específica. Ao fim, os dados foram expostos e comentados (IV).

## Resultados e Discussão

Mesmo com poucos depoimentos coletados (etapa I), foi evidente a percepção positiva passada pelos indivíduos entrevistados. Todos os depoimentos coletados foram classificados (etapa II) como experiências positivas, não tendo nenhuma experiência negativa sido reportada nas coletas. Para o trabalho atual, foram coletados três depoimentos. Tais depoimentos foram analisados, e as palavras-chave de cada trecho foram separadas para análise do conteúdo (etapa III), que tem um viés estatístico [6].

O indivíduo 1 expôs que as atividades “foram importantes e significativas”. O mesmo indivíduo ainda comenta que o processo ajuda a desenvolver um senso crítico e uma maior sensibilidade. Por fim, o tema *bullying* foi escolhido como o mais marcante para esse educando.

Já o indivíduo 2 teve como momentos mais significativos a visita à Equoterapia<sup>1</sup> e à APAE. O ponto citado por esta pessoa foi de que o processo lhe permitiu aprender a interagir com pessoas diferentes e a compreender essa interação. Esse indivíduo observa que essas visitas permitiram “descobrir um lugar onde as pessoas com necessidades especiais são tratadas com muito amor, cuidado e carinho”.

O último estudante, indivíduo 3, observa que as atividades “contribuíram para uma melhor concepção e visão de assuntos com os quais não estamos muito familiarizados”. Como atividade mais importante, foi citada a visita ao asilo, onde os alunos puderam conversar com os internos e conhecer seus anseios e histórias. O trabalho feito sobre o *bullying* também foi citado pelo estudante em questão como um tema importante

---

1 Equoterapia é uma terapia na qual são utilizados cavalos para a melhoria motora em jovens com limitações. Nessa terapia, o movimento do cavalo ajuda a estimulação das crianças: através da movimentação do andar dos cavalos, as crianças são estimuladas em seus movimentos [7].

a ser abordado. Esse jovem termina falando que a abordagem possibilitou uma nova forma de observar as coisas.

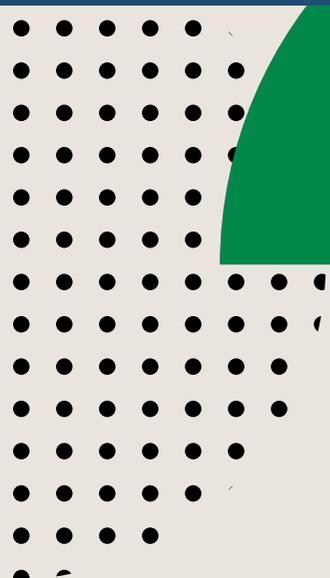
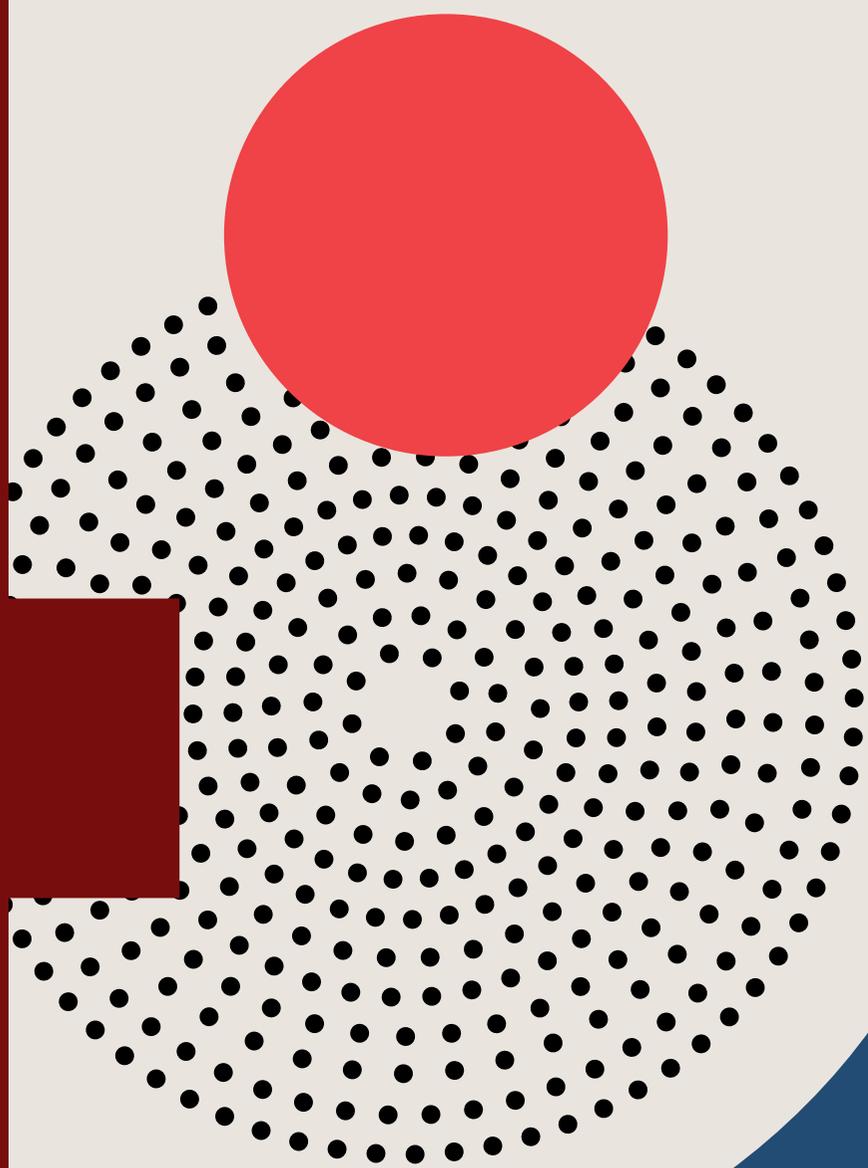
Percebe-se, a partir dos relatos apresentados, que a utilização da abordagem proposta foi bem aceita pelos alunos e permitiu que eles tivessem experiências que abrissem sua visão para temas além dos focados no vestibular. As transversais se mostram uma ferramenta importante na promoção de um indivíduo crítico e ciente de seu papel na sociedade, sendo esta uma oportunidade de promover os princípios da “democracia, da igualdade de direitos e de oportunidades para todos os seres humanos” [8].

## Referências

- [1] MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Apresentação dos temas transversais**. MEC/SEF, 1997.
- [2] BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei federal, v. 8, 1990.
- [3] CORDAZZO, Scheila Tatiana Duarte; VIEIRA, Mauro Luís. A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 7, n. 1, p. 92-104, 2007.
- [4] CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. Vozes, 2004.
- [5] GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.
- [6] CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto & contexto enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006.
- [7] ARAÚJO, A. E. R. A.; RIBEIRO, Valdinar Sousa; SILVA, Barbara Tereza Fonseca da. A equoterapia no tratamento de crianças com paralisia cerebral no Nordeste do Brasil. **Fisioterapia Brasil**, v. 11, n. 1, p. 4-8, 2010.
- [8] MORENO, Montserrat *et al.* Temas transversais: um ensino voltado para o futuro. *In*: BUSQUETS, MD *et al.* **Temas transversais em educação**. São Paulo: Ática, 1997.

# Eixo

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
E DIREITOS HUMANOS



# 26

## **A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA: PREPARANDO TRABALHADORAS PARA A CIDADANIA**

**Jefferson Sampaio de Moura**

Mestre em Direitos Humanos e Cidadania, *Campus São Sebastião*.

*E-mail:* jefferson.moura@ifb.edu.br.

## Resumo

Educar em direitos humanos é formar para a superação dos cenários de violação de direitos, exclusão social e toda forma de violência praticada contra a dignidade humana. Com base nisso, esta pesquisa investigou a formação profissional e cidadã das alunas do curso técnico subsequente em Secretaria Escolar do Instituto Federal de Brasília, *Campus São Sebastião*. Para isso, foram entrevistados dez professores que atuaram e/ou atuam no curso, seja via administrativa ou pedagógica, e realizado um grupo focal com oito alunas que estavam concluindo a formação em secretaria escolar. Esse grupo, por sua vez, foi utilizado como fonte principal no capítulo de análise dos dados. A narrativa literária é utilizada para introduzir e apresentar os dados obtidos. Foi percebido que a educação em direitos humanos tem estado presente durante a formação das alunas; todavia, não de modo sistematizado. Além disso, foi percebida uma lacuna na formação dos professores entrevistados quanto à educação em direitos humanos praticada por eles, uma vez que não conseguem pontuá-la por falta de conhecimento mais elaborado sobre o assunto. O *Campus* tem alcançado resultados inacreditáveis na formação profissional articulada à formação para a vida, para a cidadania e para a transformação social. Isso tem acontecido graças à união de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional, que, juntos, lutam por uma nova realidade para os alunos, os quais, mesmo em meio ao caos de uma vida sofrida, conseguem se manter vivos na esperança e na fé em dias melhores para si, para seus entes queridos e para a sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Educação em Direitos Humanos; Cidadania; Educação Profissional.

## Introdução

Cabe à educação o papel não somente de possibilitar o desenvolvimento cognitivo e intelectual do indivíduo, mas também a formação ética, cultural e política, no intuito de formar um ser consciente de seus direitos e deveres, apto para o convívio harmônico diante das diversidades, tensões e conflitos presentes na sociedade atual, além de apresentar os conhecimentos elaborados e construídos no decorrer da história humana e propiciar um ambiente favorável à construção de novos conhecimentos.

Essa educação não é exclusivamente formal; ela está em todos os espaços sociais: no âmbito familiar, em templos religiosos, na conversa entre amigos na parada de ônibus ou em um banco de hospital. A todo momento, estamos propensos ao processo de ensino-aprendizagem, seja formal ou informalmente. Esse processo contribui diretamente para a construção de cada indivíduo como sujeito social e parte integrante de um coletivo.

A educação articulada aos direitos humanos surge como uma forma de combater a violência, a exclusão social, o preconceito, a falta de tolerância às diversidades, e promover o protagonismo social, o empoderamento e a emancipação dos sujeitos, a cidadania ativa e o respeito aos direitos humanos. Além disso, ela tem como foco a superação de uma sociedade egocêntrica, individualista, excludente e violenta, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nessa vertente, a educação em direitos humanos apresenta-se como um processo de formação dos sujeitos de direitos, a partir de cenários de sofrimento e violação de direitos, indo em direção à construção de uma nova sociedade.

O IFB, bem como os demais institutos federais, ao assumir o compromisso de ofertar educação profissional de qualidade para os mais necessitados, assumiu também o compromisso de possibilitar e mediar a mudança da realidade dessas pessoas, de transformar suas vidas e, principalmente, de impulsionar uma atitude coletiva com foco na mudança dos cenários de violência e de violação dos direitos básicos vivenciados pelo coletivo onde estão inseridos. Nesse sentido, a educação em direitos humanos vem com o objetivo de auxiliar tanto as instituições como os docentes a ofertarem e possibilitarem uma educação que permita e incentive o empoderamento, a emancipação e a conscientização desses sujeitos perante os problemas vivenciados cotidianamente.

Com base em tudo isso, esta pesquisa busca averiguar a presença da educação em direitos humanos na formação das alunas do curso Técnico Subsequente em Secretaria Escolar do Instituto Federal de Brasília. Nesse sentido, o objetivo geral é investigar a incidência da educação em direitos humanos na formação dos alunos do Curso Técnico Subsequente em Secretaria Escolar do Instituto Federal de Brasília. Já os específicos são: elaborar um breve histórico da educação profissional e tecnológica no Brasil até a criação dos Institutos Federais, destacando o papel deles na consolidação de uma sociedade democrática; construir os conceitos de educação em direitos humanos e educação para a cidadania, relacionando-os com base em textos da atualidade que versam sobre a temática; descrever o *Campus* São Sebastião, do Instituto Federal de Brasília – IFB, a Região Administrativa de São Sebastião e o Curso Técnico Subsequente em Secretaria Escolar; e verificar a incidência da EDH e de como tem se dado a formação para a cidadania dentro do Curso Técnico Subsequente em Secretaria Escolar, tanto no cotidiano (além da sala de aula), como nos componentes curriculares (disciplinas) submetidos aos alunos no período de julho de 2015 a junho de 2017.

## Metodologia

A pesquisa de campo foi realizada no IFB de São Sebastião/DF com um grupo de oito alunas, que prontamente se candidataram para participar da pesquisa. Elas são do curso técnico subsequente em Secretaria Escolar, da turma que se formou no primeiro semestre de 2017 e que começou o curso no segundo semestre de 2015. Além disso, foram entrevistados sete professores que atuaram e/ou atuam no curso, o coordenador do curso, a diretora de ensino, pesquisa e extensão e a coordenadora pedagógica do *Campus*.

Foi realizada uma pesquisa documental inicial, pela qual busquei conhecer mais a fundo o perfil socioeconômico da Região Administrativa de São Sebastião utilizando dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN. Além disso, estudei o Plano Pedagógico do Curso da pesquisa, além de olhar os ementários dos componentes curriculares do curso. Para a coleta dos dados necessários, foram utilizadas duas técnicas: a entrevista semiestruturada e o grupo focal. Nesse caso, o grupo é autorreferente, o que significa que é adotado como a principal fonte de dados, e as entrevistas vêm como um apoio aos dados obtidos no grupo focal (LEITÃO, 2003; MORGAN, 1997). Para fazer a análise dos dados, optei por trabalhar com categorias.

Tomo uma postura política pautada na construção de um discurso acessível para pessoas que não necessariamente estão ligadas à Academia. Nesse sentido, faço analogias e utilizo a narrativa literária como forma de construção dos conceitos e das histórias com que tive contato no decorrer da pesquisa. Junto a isso, construí um texto nos quais as minhas entrevistadas pudessem se ver; afinal, foram elas que me ajuda-

ram a compreender melhor o funcionamento do curso em questão. Penso que muito do discurso acadêmico não é de fácil compreensão para pessoas das classes menos favorecidas financeiramente, o que impede que os conceitos trabalhados na Academia sejam internalizados no senso comum diário.

## Resultados e Discussão

A educação em direitos humanos tem ocorrido no curso investigado, e a formação para a cidadania tem sido uma constante no fazer pedagógico dos professores. Mesmo não ocorrendo de uma forma sistematizada, elas permeiam o processo formativo dos alunos por meio de atividades específicas, debates direcionados, estudos de caso, conversas em sala de aula, eventos realizados pelo *Campus*, e pela relação dos professores com os alunos, e dos servidores em geral com os estudantes. Tudo tem contribuído para a formação cidadã dos alunos, desde o processo seletivo por meio de sorteio, até um elogio realizado por um professor dentro de sala de aula.

As alunas entrevistadas conseguem mostrar de um modo bem simples a realidade que presenciaram durante o decorrer do curso, pautada na valorização do ser humano, no respeito às diferenças, no cuidado do tratamento com o outro, na preocupação do bem-estar do próximo, na construção de ambientes de diálogo que permitam a construção de um senso crítico por parte dos alunos, que possibilitem o empoderamento, a emancipação e o envolvimento desses sujeitos com foco na construção de uma nova realidade para si e para as pessoas ao seu redor.

Concluindo, sem finalizar, afirmo que é possível fazer uma educação transformadora. Exige esforço de vários atores, além de cuidado, zelo e atenção, mas no fim tudo se ajeita e como em um grande coral, a harmonia se instala, e os resultados se tornam memoráveis e encantadores. Pensar em educação em direitos humanos no ensino técnico, dentro do Instituto Federal de Brasília, é pensar em novos rumos para a formação profissional brasileira. O foco não se priva no profissional, mas atinge questões socialmente relevantes para a dignidade de seus alunos. Estamos em frente a uma nova realidade de educação no Brasil que tem empoderado e emancipado muitos, ao mesmo tempo em que tem incomodado os interesses de outros.

## Referências

- SILVEIRA, R. M. et. al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Universitária, 2007.
- RODINO, A.; TOSI, G.; FERNANDEZ, M. B.; ZENAIDE, M. N. **Cultura e educação em direitos humanos na América Latina**. João Pessoa: UFPB, 2014.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- KUENZER, A. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. *In: Educação e crise do trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LEITÃO, B. J. M. **Grupos de foco**: o uso da metodologia de avaliação qualitativa como suporte complementar à avaliação quantitativa realizada pelo sistema de Bibliotecas da USP. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2003.

MORGAN, D. L. **Focus Groups as Qualitative Research**. London: SAGE Publications, 1997.

# 27

## A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E A CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS INTEGRADA AO NÍVEL MÉDIO

### **Lonne Ribeiro Araújo**

Mestranda em Educação, Professora do Instituto Federal do Piauí, *Campus Piripiri*.

*E-mail:* lonne.araujo@ifpi.edu.br.

### **Liana Siqueira do Nascimento Marreiro**

Especialista em Direito Penal, Professora do Instituto Federal do Piauí, *Campus Dirceu*.

*E-mail:* liana.marreiro@ifpi.edu.br.

### **Caroline Silva Ferreira**

Especialista em Docência do Ensino Superior, Professora do Instituto Federal do Piauí, *Campus Piripiri*.

*E-mail:* carol.ferreira@ifpi.edu.br.

### **Thalita Vitória Castelo Branco Nunes Silva**

Mestre em Direito, Professora do Instituto Federal do Maranhão, *Campus Coelho Neto*.

*E-mail:* thalita.silva@ifma.edu.br.

## Resumo

O presente trabalho traça, através de pesquisa bibliográfica, um panorama histórico sobre a trajetória da educação profissional no Brasil desde o período colonial até os dias atuais, fazendo um recorte sobre o percurso que levou à articulação do ensino profissional ao ensino médio, abordando os fundamentos legais da implementação da Educação em Direitos Humanos (EDH), analisando os aspectos que contribuíram para o fim de uma proposta de educação profissional dualista, discriminatória e reducionista, e enfatizando os avanços de um ensino que preza pela formação ampla e emancipatória do cidadão.

**Palavras-chave:** Educação Profissional; Ensino Médio Integrado; Educação em Direitos Humanos.

## Introdução

No âmbito educacional e nos dias atuais, falar de articulação do ensino profissional com o ensino médio é reportar-se a uma integração que preza pela formação geral do educando no ensino básico, uma formação voltada para a realização de atividades profissionais técnicas. Nessas atividades, o princípio formativo se baseia em ações políticas e diretrizes legais construídas através de um processo histórico, permitindo assim a emancipação e a autonomia do cidadão.

Para descrever essa caminhada, que caracteriza o ensino profissional articulado ao ensino médio, fez-se necessária uma investigação histórica sobre fatores políticos, econômicos, sociais e culturais responsáveis pelas transformações nessa modalidade educacional. Nesse contexto, será possível avaliar a implementação da EDH, inseparável nesse processo com a aprovação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) em 2003. (BRASIL, 2007).

Corroborando com o exposto, segue o objetivo principal descrito na Resolução CNE/CEB nº 04/99, que Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Profissional, mencionando em parágrafo único que: “A Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, tecnologia, objetiva garantir ao cidadão o permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.” (BRASIL, 1999). Nesse contexto, percebe-se que existe atualmente uma preocupação em proporcionar ao discente não só habilidades e competências necessárias ao desempenho de funções relacionadas à natureza prática do trabalho, como também o desenvolvimento do pensamento crítico em relação a essa prática, pautada na ética e na cidadania.

Entretanto, percebe-se, na história, o ensino médio como um ensino dual, visto que o conjunto das formas era centralista e burocratizado, na medida em que destinava o ensino secundário para as elites, que seria a classe dirigente, enquanto o ensino profissional era voltado para o povo – lembrando que o acesso ao ensino secundário era o que garantia a entrada em uma carreira de nível superior (SAVIANI, 2011), configurando uma prática totalmente divergente da cultura e promoção dos Direitos Humanos.

Nesse contexto, sob o ponto de vista científico, este trabalho é relevante para a obtenção de dados que contribuam para analisar a trajetória da Educação Profissional no Brasil e a concepção da Educação em Direitos Humanos integrada ao Nível Médio. Ademais, visa-se ainda analisar a integração do ensino profissional ao ensino médio na forma regulamentada, e a relação da EDH através do Plano Nacional de Educação

em Direitos Humanos em 2003. Trata-se de um processo dinâmico que se distingue acentuadamente dos fundamentos de outras áreas da educação já convencionalmente repassadas, por oferecer reflexões que direcionam o debate para uma cidadania democrática, inclusiva e intercultural, dialogada por Zenaide (2008) e Candau (2008).

## Metodologia

A pesquisa desenvolveu-se por meio de uma revisão de literatura referente à trajetória da educação profissional, à legislação da educação, assim como referente aos direitos humanos. O método observado na presente pesquisa dividiu-se em três etapas, a fim de facilitar a sua aplicação: a primeira etapa tratou de analisar a educação profissional no Brasil; na segunda, realizou-se uma exposição acerca da integração do ensino profissional ao ensino médio, na forma regulamentada; e, na última etapa, realizou-se uma análise da incorporação da EDH por meio do PNEDH e de suas orientações para o ensino médio.

## Resultados e Discussão

Ao longo do caminho da pesquisa bibliográfica, identificaram-se pontos importantes que conduziram as principais reformas educacionais ocorridas do Brasil. Foi percebido que a Educação Profissional no Brasil está fundamentada numa história de construção pautada por vários anos numa base excludente, dualista e de caráter discriminatório, sentida mais precisamente pelas classes menos favorecidas, o que contraria a proposta levantada pelo PNEDH. No entanto, depois de várias transformações ocorridas no mundo, que produziram mudanças na prática social e no trabalho, sobretudo com o avanço das indústrias e da tecnologia, essa modalidade de ensino hoje se configura como uma importante estrutura capaz de transformar a realidade do trabalhador do país, que pode ser articulada de acordo com a legislação vigente aos níveis básico, técnico e tecnológico.

## Conclusão

Ante o exposto, pode-se concluir que o projeto de integração da Educação Profissional Técnica de nível Médio surge em meio a várias transformações e se reporta ao nível técnico apresentado na LDB, apresentando como objetivos gerais romper a dualidade estrutural, clássica e histórica entre formação para o trabalho e preparação para a universidade. Representa, assim, uma democratização do Ensino ao superar a separação entre ensino médio propedêutico e educação profissional de nível médio, vistos anteriormente no decorrer deste trabalho.

Entretanto, considerando as bases estruturais da atual educação profissional integrada ao ensino médio e a forma como hoje é ofertada, destacam-se as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia e suas relações na formação humana, que está organicamente articulada à elevação dos níveis de escolaridade. Portanto, objetiva uma formação ampla para o mercado de trabalho, considerando os valores

primordiais para o desenvolvimento da pessoa humana, conforme sugere a Educação em Direitos Humanos, com uma formação ética, pautada em valores e atitudes do cidadão.

## Referências

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 04 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB N° 04/99, **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE\\_CEB04\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf). Acesso em: 13 dez. 2017.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy Silveira (Org.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

SAVIANI, D. **Gestão federativa da educação: desenho institucional do regime de colaboração no Brasil**. In: CUNHA, C. da.; SOUSA, J. V. de.; SILVA, M. A. da. (Orgs.). Políticas públicas de educação na América Latina: lições aprendidas e desafios. Campinas: Autores Associados, 2011.

ZENAIDE, Maria Nazaré Tavares. Globalização, Educação em Direitos Humanos e Currículo. **Espaço do currículo**, v. 1, n. 1, p. 166-188, mar./set. 2008.

# 28

## **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: PERCEPÇÕES LEGAIS PARA APLICABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO**

### **Liana Siqueira do Nascimento Marreiro**

Mestre, Professora do Instituto Federal do Piauí, *Campus Dirceu*.

*E-mail:* liana.marreiro@ifpi.edu.br.

### **Marcelo Eugênio de Castro Gonçalves**

Especialista, Professor do Instituto Federal do Maranhão, *Campus Bacabal*.

*E-mail:* marcelo.goncalves@ifma.edu.br.

### **Caroline Silva Ferreira, Especialista**

Professora do Instituto Federal do Piauí, *Campus Piripiri*.

*E-mail:* carol.ferreira@ifpi.edu.br.

### **Thalita Vitória Castelo Branco Nunes Silva**

Mestre, Professora do Instituto Federal do Maranhão, *Campus Coelho Neto*.

*E-mail:* thalita.silva@ifma.edu.br.

## Resumo

Este trabalho apresenta uma discussão acerca das percepções legais para a aplicabilidade da Educação em Direitos Humanos (EDH) no contexto das Instituições de Ensino, após a aprovação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), documento legal que orienta ações voltadas para concretizar as disposições acerca da EDH. Conceitua-se como uma pesquisa aplicada, bibliográfica e documental que tem como objetivo mostrar as recomendações legais para a aplicabilidade dessa política pública, abordando, por meio de uma revisão de literatura, os principais conceitos, legislações e orientações para a efetivação das disposições acerca do tema. Os resultados evidenciam que, inobstante os diversos fundamentos, caracterizações e conceitos, observa-se que o principal objetivo da EDH, manifestada pelo PNEDH em todos os setores da sociedade civil, é a proteção da dignidade da pessoa humana, e as escolas, em particular, devem priorizar esse foco sistematicamente na ação educacional, como um elemento fundamental na construção da cidadania e no fortalecimento da Democracia.

**Palavras-chave:** Educação em Direitos Humanos; Cidadania; Instituições de Ensino.

## Introdução

No cenário educacional, as instituições de ensino podem ser consideradas espaços privilegiados para a formação e o exercício da cidadania. Nessa esteira de raciocínio, conforme Ristoff e Giolo (2006, p. 196): “A educação superior brasileira tem a missão estratégica e única voltada para a consolidação de uma nação soberana, democrática, inclusiva e capaz de gerar a emancipação social”.

A discussão acerca da EDH obedece a essa missão e compreende hoje, um direcionamento para a aplicabilidade de ações humanizadoras. Para garantir essa realidade, o PNEDH, instituído pela Portaria 66 de maio de 2003, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, orienta como os diversos setores da sociedade, inclusive as escolas e as universidades, podem contribuir para a construção de uma cultura voltada para o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana. (BRASIL, 2007, p. 37).

Em linhas gerais, “o conceito de cidadania [direitos dos homens] envolve o reconhecimento legal e formal, pelo ordenamento jurídico, dos direitos sociais, civis e políticos das pessoas” (BENTO; FERRAZ; MACHADO, 2013, p. 204). Com base no referido entendimento, o processo de construção da cidadania visa, sobretudo, à formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. Nesse processo, pode-se dizer que “a educação é tanto um direito humano em si mesmo, como um meio indispensável para realizar outros direitos, constituindo-se em um processo amplo que ocorre na sociedade” (BRASIL, 2007, p. 25).

Por outro lado, coloca Meintjes (2007, p. 122), a EDH pressupõe um processo dinâmico e ao mesmo tempo libertador. Entretanto, é necessário que haja aptidão para iniciar o processo de aquisição de conhecimentos e de consciência crítica necessária para compreender e questionar padrões opressores de organização social, política e econômica.

Por isso, torna-se relevante conhecer as percepções legais para a sua aplicabilidade nas instituições de ensino. “Afinal, em tempos difíceis e conturbados por inúmeros conflitos, nada mais urgente e necessário que educar em direitos humanos, tarefa indispensável para a defesa, o respeito, a promoção e a valorização desses direitos” (BRASIL, 2007, p. 22).

## Metodologia

O desenvolvimento da pesquisa contou com duas fases distintas: a primeira fase foi a de revisão de literatura, centrada no estudo da Constituição Federal de 1988, no que tange aos direitos e garantias fundamentais e à educação. A segunda fase constituiu-se numa pesquisa documental através da análise do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).

Em termos de classificação, segundo sua finalidade, este estudo se enquadra na categoria de pesquisa aplicada. Ganga (2012, p. 207) diz que esse tipo de pesquisa procura gerar conhecimentos para a aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Por se tratar de um estudo que pretende, por meio de seus resultados, mostrar as percepções legais para a aplicabilidade da EDH no contexto das instituições de ensino após a aprovação do PNEDH, é que se atribui esse conceito.

Cumprido ressaltar que esse levantamento bibliográfico e a pesquisa documental permitiram uma análise das recomendações práticas que o PNEDH sugere para a aplicabilidade nas instituições de ensino; sendo assim, é possível observar o que foi priorizado por esse documento.

## Resultados e discussões

Como foi evidenciado nesse estudo, a EDH pode ser caracterizada como um preceito diário e contínuo que acontece sistematicamente na ação educacional, considerada, portanto, um elemento fundamental na construção da cidadania e no fortalecimento da Democracia. Entretanto, para a reafirmação das diretrizes legais propostas, é necessário que sejam desenvolvidas práticas pedagógicas próprias, coerentes e articuladas com seus valores.

Verificou-se que o maior desafio dentro das disposições referentes à aplicabilidade do PNEDH é promover processos educativos críticos que comecem a aprofundar a consciência das pessoas acerca do respeito ao ser humano, entre outras ações que fomentem o respeito à igualdade na diferença e o efetivo exercício da cidadania. Dessa forma, é imperioso incluir em materiais didáticos temas de direitos humanos, formar educadores com conhecimento específicos e abordagens próprias para cada um deles, no sentido de estimular o compromisso com essa educação que fomente uma consciência social, a consolidação de valores para uma formação cidadã.

## Conclusão

Este artigo abordou o tema “Educação em Direitos Humanos: percepções legais para aplicabilidade prática nas instituições de ensino”, e contribuiu para o aprofundamento do debate que trata dos direitos humanos como uma ferramenta fundamental na formação de cidadãos, uma vez que os objetivos da pesquisa foram atingidos, proporcionando um alinhamento conceitual da EDH com as orientações legais dispostas no PNEDH, direcionadas para a aplicabilidade nas instituições de ensino, sobretudo enfatizando, pela dignidade da pessoa humana, a cooperação, com o intuito de promover o respeito e estimulá-lo.

Em relação à efetivação e à expansão dessa política pública, observou-se um crescimento significativo após a aprovação do PNEDH. Mais do que isso, importa consignar, ainda, a necessidade urgente de ela-

boração e implementação de outras políticas afirmativas de valorização, de “empoderamento”, de acesso a oportunidades para a formação de uma verdadeira sociedade democrática, inclusiva, e, sobretudo, humana.

## Referências

BENTO, Flávio *et al.* **Educação jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 04 set. 2016.

GANGA, Gilberto Miller Devós. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na engenharia de produção: um guia prático de conteúdo e forma**. São Paulo: Atlas, 2012.

MEINTJES, Garth. **Educação em Direitos Humanos para o século XXI**. Org.: George J. Andreopoulos; Richard Pierre Claude; tradução: Ana Luiza Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2007.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. O Sinaes como sistema. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006. Disponível em: [http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.3\\_6\\_dez2006/\\_Est\\_Artigo2\\_n6.pdf](http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.3_6_dez2006/_Est_Artigo2_n6.pdf). Acesso em: 14 jan. 2016.

# 29

## LEITURA PARA LIBERTAR

### **Virginia Luzmila Davila Quispe**

Instituto Federal de Santa Catarina, *Campus Joinville*, Curso Técnico em Enfermagem.

*E-mail:* 789la.vida@gmail.com .

### **Suely Maria Anderle (Orientadora)**

Mestre em Educação, Instituto Federal de Santa Catarina, *Campus Joinville*, Técnica em Assuntos Educacionais.

*E-mail:* suelyanderle@gmail.com.

## Resumo

O projeto *Leitura para Libertar* visa desenvolver atividades de leitura dentro do presídio regional de Joinville para 10 apenadas e 10 apenados, número máximo de alunos estipulados pela instituição carcerária, e tem como objetivo incentivar o prazer pela leitura no contato com diversas obras, através da descoberta das histórias propostas pelos livros, pelas poesias, pelas rodas de contação; enfim, pelo universo que envolve a leitura, proporcionando a troca de ideias e ampliando a capacidade leitora. As atividades são desenvolvidas dentro do presídio, no período matutino, para duas turmas, semanalmente, em horário combinado entre os executores do projeto. O projeto ocorreu de outubro a dezembro de 2017; e, em 2018, de 19 de março a 30 de novembro. Não podemos afirmar que o projeto transformará a vida dessas pessoas. Sabemos que a reincidência criminal e carcerária é grande, mas sabemos também que, se os direitos não forem garantidos a essas pessoas, dificilmente o sistema penitenciário mudará. Para finalizar nossas considerações, buscamos as palavras de um dos educandos ao avaliar o projeto. “Consegui me libertar das coisas ruins que passam pela minha cabeça. [...] É muito gratificante receber pessoas assim como vocês, isso quer dizer que ainda tem pessoas que acreditam em nós.”

**Palavras-chave:** Leitura; Direitos Carcerários.

## Introdução

“É preciso ter fé no melhor do homem e desconfiar do pior dele. É preciso dar oportunidade para que o melhor se revele e prevaleça sobre o pior. Senão o pior prevalecerá.” (GONZALEZ SERA, p. 104, 2001). O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é a primeira instituição do estado de Santa Catarina a assinar o Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos, junto ao Ministério da Educação. A Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) postula que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Art. 1º). É, então, pelos processos formativos, dados cotidianamente em interação social nos espaços públicos e privados, que a identidade de cada um é constituída, com o aprendizado advindo do reconhecimento e da valorização das diferenças e das diversidades. A formação de cada identidade só é possível na interação com o outro, delimitando a importância de processos formativos em direitos humanos e a implicação dos conceitos de alteridade e diversidade para o desenvolvimento humano. Para ser um cidadão, é necessário o acesso a processos formativos capazes de desenvolver plenamente a pessoa, como uma premissa para a promoção do bem de todos.

O projeto *Leitura para Libertar* teve sua origem a partir da ideia de alguns servidores do Instituto Federal de Santa Catarina, *Campus Joinville*, que comungam do mesmo pensamento de que a escola pública deve atender ao público. O grupo desejava realizar um projeto de extensão que pudesse atingir um público que dificilmente teria acesso às dependências físicas do Instituto Federal. Pensando no presídio, estaríamos atendendo aos direitos dos detentos, bem como fazendo parceria com uma outra instituição pública.

## Metodologia

O grupo de executores do projeto era formado por servidores e alunas do IFSC e voluntários. Uma das turmas era formada por 10 alunos, e a outra por 10. A quantidade de alunos foi estipulada pela instituição carcerária. Os temas, livros, textos, músicas, entre outros materiais trabalhados com alunas e alunos são definidos pelos educadores em conjunto com a coordenação. Não são planejamentos fechados. Brincamos em nossas reuniões que temos que ter planos de A a Z, pois temos que lidar com os mais variados imprevistos. Os alunos também participam com sugestões, que também são consideradas. Para entrar no presídio, temos que seguir as normas de segurança. Na cela transformada em sala de aula, podemos utilizar os mais diversos materiais, como recursos multimídia, *notebook*, violão, livros, textos, gibis, revistas, cadernos, lápis, canetas, entre outros. Aulas acontecem no período matutino, na terça-feira para os alunos e na quarta-feira para as alunas.

Não adotamos vertentes pedagógicas ou metodologias didáticas específicas; porém, buscamos levar escritos que possam despertar o prazer pela leitura, a partilha crítica do pensado, extravasar sentimentos; enfim, que possam desconstruir, se necessário, o que está interiorizado.

## Resultados e Discussão

Desenvolver o projeto dentro do presídio regional de Joinville é um aprendizado para todos os que estão envolvidos. Contribui para a formação profissional e pessoal de alunos e servidores, contribui para a formação pessoal dos educandos, bem como para a remição de suas penas. A Recomendação N° 44 de 26/11/2013, do Conselho Nacional de Justiça, recomenda aos tribunais, em seu artigo 1º, que: I - para fins de remição pelo estudo (Lei nº 12.433/2011), sejam valoradas e consideradas as atividades de caráter complementar, assim entendidas aquelas que ampliam as possibilidades de educação nas prisões, tais como as de natureza cultural, esportiva, de capacitação profissional, de saúde, entre outras, conquanto integradas ao projeto político-pedagógico (PPP) da unidade ou do sistema prisional local e oferecidas por instituição devidamente autorizada ou conveniada com o poder público para esse fim. A experiência com o projeto *Leitura para Libertar*, no ano de 2017, foi positiva para todos, levando o grupo de alunos, servidores do IFSC, bolsistas, voluntários e a direção do presídio a manter o interesse pela sua continuidade. Vale ressaltar que, para trabalhar nesse projeto, como diz Paulo Freire, “Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero, ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia (1999, p. 40)”.

Não podemos afirmar que o projeto transformará a vida dessas pessoas. Sabemos que a reincidência criminal e carcerária é grande, mas sabemos também que, se os direitos não forem garantidos a essas pessoas, dificilmente o sistema penitenciário mudará. Para finalizar nossas considerações, buscamos as palavras de um dos educandos ao avaliar o projeto: “Consegui me libertar das coisas ruins que passam pela minha cabeça. [...] É muito gratificante receber pessoas assim como vocês, isso quer dizer que ainda tem pessoas que acreditam em nós.”

## Referências

BRASIL. Governo Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm). Acesso em: 11 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Governo Federal. **Lei de Execução Penal**. Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Dispõe sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Brasília, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm). Acesso em: 11 maio 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GONZALEZ SERA, Diego Jorge. **Martí e a psicologia: o poeta e a unidade cognição-afeto**. São Paulo: Escrituras, 2001.

## Financiamento

Instituto Federal de Santa Catarina, *Campus Joinville*. Edital PROEX nº 01/2018 (APROEX 03 – 10 meses).

# 30

## O ÊXITO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DOS INSTITUTOS FEDERAIS E A PERSPECTIVA SOCIOEDUCACIONAL DE PIERRE BOURDIEU

**Marcilene Dias Bruno de Almeida**

Mestranda em Ensino na Educação Básica do CEPAE/UFG. Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Goiás, *Campus Uruaçu*. Professora da Educação Básica na Rede Estadual de Educação de Goiás.

*E-mail:* marcilene.dias@hotmail.com.

## Resumo

O sociólogo francês Pierre Bourdieu apresenta sua teoria de que a organização do espaço escolar, sua estrutura e funcionamento, não seria capaz de romper com o ensino voltado para as classes dominantes, tendo como consequência o fracasso dos estudantes das classes populares. Na primeira década do século atual, foi criada a Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico, com uma proposta de educação profissional e tecnológica de qualidade, tendo como objetivo a formação integral do sujeito, subsidiando-o tanto para o mundo do trabalho quanto para o prosseguimento nos estudos. Este artigo apresenta uma análise sobre as concepções socioeducacionais de Bourdieu e suas possíveis relações com as políticas públicas que orientam a organização dos Institutos Federais, principalmente no que se refere ao Ensino Médio. Verifica-se que a Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, ofertada nos Institutos Federais, apesar da exigência e da necessidade de formação da força de trabalho para o mercado e o sistema econômico, apresenta-se como importante caminho para o êxito escolar da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Pierre Bourdieu; Ensino Médio Integrado; Êxito Escolar.

## Introdução

O fracasso dos indivíduos das camadas médias e populares diante do sistema de ensino converte-se em uma evidência a mais que corrobora as teses propostas por Bourdieu (2008). Suas pesquisas concluíram que, por mais que se democratize o acesso ao ensino por meio da escola pública e gratuita, continuará existindo similitude entre as desigualdades sociais, sobretudo; culturais; e as desigualdades ou hierarquias internas ao sistema de ensino.

A partir do pensamento socioeducacional de Pierre Bourdieu, seria possível compreender a proposta de organização dos Institutos Federais como um modelo de ensino capaz de superar as dicotomias da educação profissional (ensino técnico de qualidade inferior para a empregabilidade das classes trabalhadoras e educação geral propulsora para as classes superiores)? Estaria a proposta dos IFs adequada a um sistema de ensino organizado para atender as diferenças no *habitus* dos indivíduos pertencentes às diversas classes e garantir o sucesso escolar de forma mais homogênea e igualitária?

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é trazer alguns elementos teóricos que possam contribuir para essa reflexão. Parte-se da apresentação de determinados aspectos relacionados à sociedade, à escola e ao sucesso escolar, a partir de conceitos presentes na obra de Pierre Bourdieu, com a apresentação da concepção do autor acerca da relação indivíduo-sociedade, dos conceitos de *habitus* e capital cultural, e suas implicações no contexto escolar. Por fim, a discussão de como os objetivos e a organização do ensino médio nos Institutos Federais podem constituir-se como modelo de uma escola transformadora dentro de uma concepção de ensino reprodutora.

## Metodologia

Este estudo<sup>1</sup> utilizou como técnica a pesquisa bibliográfica, através da análise de publicações (livros, artigos, teses, monografias) do sociólogo francês Pierre Bourdieu e/ou de estudiosos de sua teoria, bem como publicações relacionadas à Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, principalmente concernentes à Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio (PACHECO, 2011; FERRETTI, 2014; MOURA, 2017; SOUZA; OLIVERIA, 2014).

Compreendendo que “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 166), as reflexões realizadas no decorrer desta pesquisa possibilitaram uma análise comparativa das concepções de classes sociais e educação de Bourdieu com os princípios e finalidades propostos para os IFs.

## Resultados e discussão

A teoria de Bourdieu traz uma crítica à visão da escola como agente de transformação social, pois considera que a organização do sistema escolar, seja público ou privado, utiliza sua ação pedagógica para inculcar um arbitrário cultural dominante de maneira natural e legítima. Assim, o êxito escolar é alcançado principalmente pelos indivíduos pertencentes às classes sociais superiores, pois apresentam um *habitus* mais próximo ao que é proposto pela escola, e por alguns indivíduos das classes trabalhadoras que apresentam um esforço pessoal e conseguem romper, por seu próprio mérito, os limites estabelecidos.

Através da análise dos propósitos, finalidades e organização da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, ofertada nos IFs, foi possível identificar a crença no discurso de transformação social através da educação. A pesquisa não buscou aprofundamentos no debate da educação como mobilidade social ou na defesa dos Institutos Federais de se constituírem como uma escola na contramão do sistema educacional funcionalista e capitalista. Contudo, foram evidenciados vários elementos que apontam esse projeto como um modelo possível de ensino médio público de qualidade para nosso país, organizado intencionalmente para atender às especificidades dos socialmente diferentes. Alguns aspectos apresentados pelos IFs, como os resultados positivos nas avaliações nacionais de larga escala: ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), PISA (*Programme for International Student Assessment* – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) e OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico); a formação de qualidade nos cursos técnicos ofertados; a possibilidade de acesso/ingresso das classes das camadas populares (através das ações afirmativas) e a promoção de condições internas, financeiras e pedagógicas para alcançarem permanência e êxito traduzem uma proposta de organização escolar que, no mínimo, possibilitaria aos filhos dos trabalhadores condições mais equilibradas de competição, tanto no seio escolar quanto no seio da sociedade.

---

1 Este trabalho é parte do projeto de pesquisa, em andamento, do Mestrado em Ensino na Educação Básica do PPGEEB/Cepae/UFG, com o título “Permanência e Êxito na Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no IFG, Campus Uruaçu: Orientações para Qualificação e Acompanhamento de Estudantes”.

Por que, então, esse modelo não seria adotado para todo o ensino médio brasileiro ofertado pelas instituições públicas dos estados e municípios? Tal resposta poderia passar pela compreensão de que “a formação escolar, conforme já reconhecia um dos intelectuais mais expressivos do liberalismo econômico, é perigosa porque pode despertar desejos e expectativas que não interessam à classe dominante, por isso, diz, ela deve ser oferecida em doses homeopáticas”. (SMITH, 1983, *apud* SOUSA; OLIVEIRA, 2014, p. 80).

## Referências

- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.
- BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BRASIL. MEC/SETEC. **Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia: concepção e diretrizes**. Brasília, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 06 ago. 2017.
- FERRETTI, Celso [et al.]; RIOS, F. H.; COSTA, R. R. S.; URBANETZ, S. T. (orgs.) **Educação profissional: desafios e debates** [recurso eletrônico] /. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 454 kilobytes) – Coleção formação pedagógica; v. 1, Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Educa%C3%A7%C3%A3o-Profissional-desafios-e-debates.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MOURA, Dante Henrique. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. *Holos (Online)*, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 27 jul. 2017
- \_\_\_\_\_. IV Colóquio Nacional e I Internacional (IFRN). **A Produção do Conhecimento em Educação Profissional**. 6ª Mesa Temática, Natal: 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iV5rldwolK4>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.) **Escritos de Educação**, 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Moderna, 2011.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SOUZA, A. A.; OLIVEIRA, E. G (Orgs.). **Educação Profissional**: análise contextualizada. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

# 31

## **O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA *JOVEM APRENDIZ* A PARTIR DA INCLUSÃO LABORAL DOS JOVENS APRENDIZES ATENDIDOS PELO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, *CAMPUS ESTRUTURAL***

### **Priscila de Fátima Silva**

Mestre, IFB.

*E-mail:* priscila.silva@ifb.edu.br.

### **Paulo Coelho Dias**

Doutor, Instituto Politécnico de Santarém.

*E-mail:* paulo.dias@ese.ipsantarem.pt.

### **Francisco de Assis Póvoas Pereira**

Doutor, IFB.

*E-mail:* francisco.povoas@ifb.edu.br.

## Resumo

Este artigo resulta de uma investigação advinda da dissertação de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária pelo Instituto Politécnico de Santarém, Portugal. Trata-se de uma pesquisa realizada com jovens egressos do curso de aprendizagem profissional de Auxiliar de Mecânico de Autos ofertado pelo Instituto Federal de Brasília, *Campus Estrutural*. O objetivo do estudo foi analisar o impacto da aprendizagem profissional (Programa Jovem Aprendiz) a partir da inclusão socioeconômica e profissional dos jovens aprendizes atendidos no período entre 2013 e 2015. Para isso, utilizou-se a abordagem complementar entre procedimentos quantitativos e qualitativos. A metodologia utilizada para o levantamento dos dados primários se pautou pelo uso da técnica de inquérito, por meio de entrevistas não estruturadas e semiestruturadas. Constatou-se, com base na técnica de análise de conteúdo, que a maioria dos jovens recebeu proposta de emprego ao concluir a aprendizagem. Na visão dos que não receberam (minoria), os fatores que contribuíram estão relacionados à desaceleração econômica, à questão de gênero e à política da empresa. Ambos os grupos reconheceram melhorias socioeconômicas pessoais e familiares pela participação no Programa.

**Palavras chave:** Aprendizagem Profissional; Jovem Aprendiz; Inclusão.

## Introdução

A inclusão laboral juvenil enfrenta desafios de diversas naturezas, pois não se trata apenas de elevar o adolescente ou o jovem à condição de trabalhador, mas de lhes garantir o direito à proteção especial, numa condição de trabalho que lhes confira direitos trabalhistas e previdenciários e o acesso à escola, conforme preconiza a Constituição Federal. Além disso, devem ser observadas a idade mínima e as condições em que essas atividades laborais serão desenvolvidas, para que a inserção do jovem no mercado de trabalho não resulte em uma inclusão laboral precária. Outro fator a ser levado em consideração diz respeito à conciliação do trabalho com a continuidade dos estudos, principalmente por parte daqueles jovens que ainda não concluíram a educação básica. Isso ocorre porque os jovens estão justamente numa etapa da vida na qual um dos eixos fundamentais para a inclusão social é o vínculo entre educação e emprego (*Comisión Económica para América Latina y el Caribe* – CEPAL, 2014). Nesse contexto, a aprendizagem profissional, prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) brasileiras, tem se configurado no âmbito das políticas ativas de emprego como uma importante política pública de inclusão laboral de jovens, principalmente depois da promulgação da Lei da Aprendizagem, no ano 2000, “com o objetivo de tornar a aprendizagem um mecanismo de política pública de trabalho orientada a facilitar a inserção do jovem no mercado de trabalho” (MARRA *et al.*, 2015, p. 55). Seu instituto possibilita ao adolescente e jovem, com idade entre 14 e 24 anos incompletos<sup>1</sup>, ser contratado como aprendiz por empresas obrigadas a cumprir cotas de aprendizagem, recebendo formação técnico-profissional metódica e auferindo, mensalmente, uma remuneração pelo desenvolvimento da sua jornada de trabalho, incluídas as horas dedicadas à sua formação técnica. Ao final do curso de aprendizagem, o jovem é devidamente certificado pela instituição responsável pela formação profissional.

---

1 Esse limite de idade não se aplica a pessoas com necessidade específica (Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005).

Como forma de integrar essa política pública com a política de educação profissional e tecnológica do Ministério da Educação (MEC), o Instituto Federal de Brasília (IFB), instituição pública de ensino pertencente à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e o Ministério do Trabalho assinaram, em 15 de dezembro de 2009, o Acordo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de programas-pilotos de aprendizagem profissional, já a partir de 2010. Em 2013, o *Campus Estrutural*, unidade de ensino do Instituto Federal de Brasília, implementou o Programa Jovem Aprendiz de Auxiliar de Mecânico de Autos, considerando sua *expertise* na área da mecânica de automóveis.

Assim, no intuito de analisar o impacto do Programa Jovem Aprendiz, ofertado pelo IFB, a partir da inclusão socioeconômica e profissional dos jovens aprendizes atendidos pelo Instituto Federal de Brasília, *Campus Estrutural*, no período entre 2013 e 2015, os objetivos específicos desta pesquisa foram, além de investigar as contribuições do Programa sob o ponto de vista dos entrevistados, saber se os aprendizes que concluíram cursos de aprendizagem ofertados pelo *Campus Estrutural*:

- a) alcançaram melhorias nas condições de vida ao participarem do Programa;
- b) conseguiram que a sua contratação fosse efetivada pela empresa, após o término do contrato de aprendizagem;
- c) obtiveram mais facilidade para conseguir um emprego formal noutra empresa, após o término da aprendizagem.

Essa motivação baseou-se na ausência de estudos empíricos realizados, no âmbito do IFB, sobre essa temática, e que poderiam colaborar com a Instituição na avaliação dos impactos da implementação desse Programa e no aprimoramento da sua execução.

## Metodologia

A realização da pesquisa de campo focou a abordagem complementar entre procedimentos quantitativos e qualitativos. A população amostral constituiu-se de dez jovens, sendo duas mulheres e oito homens, e de um professor do IFB. A metodologia utilizada para o levantamento dos dados primários se pautou pelo uso da técnica de inquérito por meio de entrevistas não estruturadas e semiestruturadas.

Para o tratamento dos dados primários, a metodologia utilizada foi a categorização das informações obtidas, após a transcrição e revisão das entrevistas a partir dos temas utilizados no guião de entrevista. Para tanto, recorreremos à análise de conteúdo seguindo os procedimentos indicados por Bardin (1977).

## Resultados e Discussão

Constatou-se, com base na técnica de análise de conteúdo, que a maioria dos jovens recebeu proposta de emprego ao concluir a aprendizagem. Na visão dos que não receberam (minoridade), os fatores que contribuíram estão relacionados à desaceleração econômica, à questão de gênero e à política da empresa. Ambos os grupos reconheceram melhorias socioeconômicas pessoais e familiares pela participação no Programa.

No tocante aos jovens que não conseguiram se efetivar, procuramos saber junto deles se obtiveram

mais facilidade para conseguir um emprego formal, após o término da aprendizagem. Os resultados indicam que, embora os jovens tivessem uma qualificação na área da mecânica de autos, bem como uma experiência profissional advinda do tempo em que permaneceram na condição de aprendizes, isso não foi suficiente para acessarem novamente o mercado de trabalho formal.

Entretanto, o contexto socioeconômico desfavorável e a situação familiar daqueles que já assumiram responsabilidades vinculadas à paternidade e a assunção de um matrimônio, por exemplo, faz com que a maioria desses jovens necessitem obter uma renda o mais rapidamente possível, tanto que metade dos aprendizes entrevistados já estava inserida na economia informal, quando os entrevistamos. Para esses jovens, tanto o desemprego quanto a recolocação profissional em trabalhos precários são fontes de aguda vulnerabilidade, como o são para a maioria dos jovens, conforme destaca Vignoli (2001), impactando negativamente em suas condições de vida.

Ao nível institucional, a implementação de programas de aprendizagem pelo Instituto Federal de Brasília, motivada inicialmente por um Acordo de Cooperação Técnica entre o IFB e o Ministério do Trabalho e Emprego, foi um passo fundamental para a integração da Aprendizagem à política de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC). Mormente, significou a oportunidade de uma maior aproximação com o mundo do trabalho, principalmente no alinhamento curricular da formação profissional (ofertada pela instituição, em especial o *Campus Estrutural*) às competências requeridas para o exercício da profissão. Além disso, propiciou o estreitamento de laços do IFB com o setor produtivo, parceria importantíssima para a execução dos cursos técnicos, conforme destaque feito pelo professor entrevistado ao referir-se às contribuições do Programa Jovem Aprendiz implementado pelo *Campus Estrutural*. O IFB foi considerado pelos jovens desta investigação uma instituição de excelência e com profissionais altamente qualificados.

Por fim, os resultados obtidos evidenciaram a relevância que a aprendizagem profissional tem como uma política pública voltada para a inserção laboral de jovens, por englobar, pelo menos, duas dimensões fundamentais à inclusão social do público juvenil, que são o trabalho e a educação.

No entanto, não podemos olhar a aprendizagem profissional apenas como uma política pública isolada e que por si só dará conta da inserção laboral do jovem. Na maioria dos casos, esse objetivo foi atingido, como constatado nesta investigação. Mas, para outros, não significou a empregabilidade do jovem ao concluir o contrato de aprendizagem. Outras ações também são necessárias, como uma oferta adequada de equipamentos públicos comunitários (conforme definição de equipamentos públicos constante do Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010) destinados à prestação de serviços públicos na área da educação, cultura, esporte, lazer, segurança pública, saúde e assistência social, entre outras. Outro aspecto que também não podemos ignorar, e que pode ter implicações para uma maior ou menor empregabilidade dos jovens no mercado de trabalho brasileiro, diz respeito à atual conjuntura socioeconômica e política do país e às medidas que serão adotadas no sentido de melhorá-la.

## Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CEPAL. **Panorama Social de América Latina**. Santiago de Chile: Publicación de las Naciones Unidas, 2014.
- IFB. **Plano de Curso**. Formação Inicial e Continuada (FIC) – Jovem Aprendiz – Auxiliar de Mecânico de Autos. Brasília: Instituto Federal de Brasília, *Campus Estrutural*, 2013.
- MARRA, K; LUZ, J.; SILVA, J.; GUKOVAS, R. *et al.* **Políticas Ativas de Promoção do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo no Brasil: Estrutura, Inovações e Oportunidades**. Brasília: MTE; Banco Mundial, 2015.
- VIGNOLI, J. R. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes**. CEPAL – SERIE Población y desarrollo. Santiago de Chile: CEPAL, (2001).

## Financiamento

O referido Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária recebeu apoio do Instituto Federal de Brasília.

# 32

## O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO INTEGRADO DO CURSO TÉCNICO NA MODALIDADE EJA

**Tereza Alice Amaro Medeiros**

Especialista em Gestão e Orientação Educacional, *Campus São Sebastião*.

*E-mail:* tereza.medeiros@ifb.edu.br.

## Resumo

Este artigo propõe uma reflexão acerca do currículo integrado a partir da apresentação da investigação de como ele foi implantado dentro de uma instituição pública de ensino do Distrito Federal, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A metodologia adotada foi a qualitativa e a pesquisadora usufruiu de diferentes técnicas de recolha de dados para responder aos objetivos da pesquisa. Os resultados alcançados demonstraram que o currículo integrado e realmente praticado pode favorecer ao público da EJA uma formação integral, capaz não só de elevar a escolaridade dos estudantes, mas também de promover uma formação humana e integrada, proporcionando ao egresso do curso o exercício da cidadania com ética e responsabilidade social.

**Palavras-chave:** EJA; Currículo Integrado; Formação Integrada.

## Introdução

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária (Instituto Politécnico de Santarém, Portugal), pela qual foi verificado como se deu o processo de implantação do currículo integrado no Curso Técnico em Serviços Públicos na modalidade EJA, no Centro Educacional 02 do Cruzeiro, instituição pública de ensino do Distrito Federal.

A fundamentação teórica da pesquisa teve como base os estudos dos autores Freire, Marx, Gramsci, Sacristán e Santomé, entre outros. Documentos oficiais que tratam sobre a Educação Profissional, além da legislação educacional brasileira, também serviram de base para esse estudo.

O objetivo geral da pesquisa buscou analisar o processo de implantação do Currículo Integrado do Curso Técnico em Serviços Públicos na referida instituição. Para esse fim, adotou-se como objetivos específicos: analisar os documentos norteadores e a legislação educacional que tratam sobre o Currículo Integrado; identificar os processos desenvolvidos nas reuniões pedagógicas coletivas da instituição; verificar o alcance do processo formativo dos estudantes, conforme a perspectiva de formação humana e integral; e identificar as possíveis dificuldades pedagógicas dos docentes e da gestão/coordenação pedagógica para a concretização do Currículo Integrado.

É importante ressaltar que, entre as instituições públicas de ensino do Distrito Federal, o CED 02 do Cruzeiro é a primeira escola da zona urbana a ofertar o curso técnico na modalidade EJA. O quadro abaixo apresenta as duas instituições que ofertam essa forma de curso:

Tabela 1 – Cursos técnicos na modalidade EJA oferecidos atualmente nas instituições públicas do DF

INSTITUIÇÃO	CURSO	LOCALIZAÇÃO
CED Irmã Maria Regina Velanes Regis	Curso Técnico em Controle Ambiental	Zona rural de Brazlândia
CED 02 do Cruzeiro	Curso Técnico em Serviços Públicos	Zona urbana do Cruzeiro

## Metodologia

Com o intuito de responder aos objetivos da pesquisa, os dados foram coletados por meio de uma investigação qualitativa, com base em uma metodologia mista, sendo extraídos a partir das seguintes técnicas de coleta de dados:

- a) Pesquisa e análise documental do Plano de Curso, do Projeto Político-Pedagógico, dos relatórios e arquivos institucionais;
- b) Observação Participante cujo propósito foi oportunizar à pesquisadora o contato direto com o ambiente escolar e com os atores sociais da escola. Outros aspectos gerais da instituição, e o modo de funcionamento e organização também foram investigados na pesquisa de campo. As informações mais específicas do curso foram investigadas por meio das reuniões coletivas e pedagógicas em que a pesquisadora esteve presente;
- c) Entrevista semiestruturada, realizada com três grupos de investigação da comunidade escolar, sendo dez estudantes, dois docentes e dois membros da equipe da gestão (vice-diretor e coordenador pedagógico do curso). Os estudantes participaram da pesquisa de forma voluntária. As docentes, o vice-diretor e o coordenador pedagógico receberam o convite da pesquisadora. A formulação do roteiro de entrevista foi realizada a partir da pesquisa de campo. A pesquisadora fez a entrevista com os catorze participantes e a maioria delas foi realizada na própria instituição de ensino. Os estudantes foram entrevistados entre fevereiro e março de 2017; as docentes foram entrevistadas em janeiro e em fevereiro de 2017. O vice-diretor foi entrevistado em dezembro de 2016; e o coordenador pedagógico, em fevereiro de 2017. O curso foi inaugurado em julho de 2016.

## Resultados e Discussão

Com base nas análises empíricas realizadas na investigação, foi possível afirmar que as decisões pedagógicas na escola são tomadas de forma participativa, descentralizada e coletiva, dentro de uma relação horizontal. Esses fatores culminam com o que é exposto na lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual define as normas de gestão democrática do ensino público, entre elas a participação dos profissionais na elaboração do projeto pedagógico da escola.

Muitas ações foram tomadas pela instituição a fim de oferecer maiores esclarecimentos a respeito da implantação do currículo integrado do curso técnico. Reuniões, palestras e seminários foram realizados com o objetivo de apresentar a proposta e discutir como se daria a organização pedagógica do curso. Dessa forma, o Plano de Curso foi concebido com a participação de toda a equipe escolar.

As reuniões pedagógicas foram referenciadas como importantes momentos para o andamento dos processos de integração curricular e interação grupal. Elas colaboraram com o trabalho dos docentes e da equipe gestora, pois possibilitaram reflexões e ações em conjunto para superar as dificuldades encontradas. Para Libâneo (2015), as reuniões pedagógicas promovidas na escola são consideradas espaços de participação da equipe docente nos processos relacionados à tomada de decisões dos diferentes âmbitos educacionais.

A dedicação e a assiduidade dos estudantes, e o comprometimento, o envolvimento e o entusiasmo da equipe escolar foram fatores positivos mencionados nas entrevistas. Foi notada também a preocupação da

equipe em oferecer um projeto educativo unitário e significativo em que todos os estudantes pudessem ser sujeitos ativos do processo de aprendizagem.

Conforme os relatos, a disciplina denominada “*Projeto Integrador*” busca romper com a dualidade entre a formação geral e a profissional, na medida em que dá a possibilidade de o estudante desenvolver e apresentar trabalhos interdisciplinares que unem a teoria e a prática no final de cada módulo. Além disso, ela contribui para o trabalho coletivo da equipe escolar. Segundo Santomé (1998, p. 191), “os projetos curriculares são uma maneira de estruturar as diferentes áreas do conhecimento e experiências ou disciplinas, para tornar realidade outras concepções educacionais.”

A nova experiência para todo o grupo, a resistência ao novo e às mudanças por parte de alguns docentes foram fatores negativos encontrados pelos entrevistados. Mas o interesse e a vontade da maioria dos sujeitos envolvidos de conquistar um aprimoramento do curso são medidas que visam superar essa comodidade e colocar em prática o que está prescrito.

Foi possível constatar que os interlocutores da pesquisa têm a consciência de que precisam de um aprofundamento maior sobre como o currículo integrado deve ser praticado. O conceito do significado de currículo integrado encontra-se em processo de construção.

Diante dos relatos apresentados sobre os caminhos que levaram os estudantes a regressarem os estudos por meio da modalidade EJA, fica claro que o Ensino Médio integrado ao Ensino Profissionalizante, quando estruturado com base em um currículo integrado e voltado para a formação integral do sujeito, é capaz de promover uma educação inovadora e de qualidade, contribuindo, assim, para o resgate desse público e sua inserção no mundo do trabalho, com ética, responsabilidade social, empreendedorismo, solidariedade e respeito, em prol da transformação social.

Sabe-se que o tema e as reflexões elencadas neste trabalho não se esgotam aqui, necessitando de outras investigações na área.

## Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.**

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm).

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** Brasília, DF, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática.** 6. ed. São Paulo: Heccus Editora, 2015.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, Ltda., 1998.

# 33

## **PARA ALÉM DO “QUE CURSO QUE TEM?”: A COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM FAVOR DA INCLUSÃO E DO ÊXITO DE JOVENS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

### **Elisa Carmo Franco de Almeida**

Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Polo IF Sudeste MG.

*E-mail:* elisa.franco@ifsudestemg.edu.br.

### **Paula Reis de Miranda**

Doutora em Educação, IF Sudeste MG, *Campus* Rio Pomba.

*E-mail:* paula.reis@ifsudestemg.edu.br.

## Resumo

Este trabalho em andamento busca compreender de que maneira a comunicação pública pode ser trabalhada para incluir jovens, precocemente, no universo institucional do Ensino Médio Integrado (EMI) do IF Sudeste MG, *Campus* Rio Pomba, de maneira a favorecer a tomada de consciência na decisão de cursá-lo, minimizando a possibilidade de evasão subsequente. A evasão é entendida aqui como a etapa final de um processo cumulativo ligado a inúmeras causas, mas diretamente relacionada à marginalização sócio-histórica de determinados grupos sociais. Nesse cenário, a comunicação pública coloca-se como um contraponto enquanto dever e oportunidade das instituições públicas em favor do exercício da cidadania, atenuante dos efeitos das desigualdades sociais. Propõe-se um estudo qualitativo, composto por análise documental, estudo de caso e entrevistas coletivas com jovens da rede pública municipal. Os resultados parciais confirmam lacunas de informação e conscientização pré-ingresso. Ao final, compreendida a relação entre comunicação pública e evasão, esperamos ter obtido as bases para o desenvolvimento de um produto educacional – aplicativo para dispositivo móvel – capaz de oferecer a estudantes do Ensino Básico a oportunidade de interagirem com a instituição e conhecerem a identidade dos cinco cursos técnicos integrados do *Campus* Rio Pomba antes de se tornarem alunos.

**Palavras-chave:** Comunicação Pública; Inclusão; Evasão.

## Introdução

O Ensino Médio Integrado (EMI) constitui uma proposta possível para modificar o cenário da dualidade educacional que condena os filhos da classe trabalhadora ao ensino precário e utilitarista, uma vez que, na visão de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), é a “travessia” para uma nova realidade, oposta à lógica excludente do sistema atual. Contudo, o sucesso do EMI requer não apenas o acesso, mas também a permanência do estudante na escola. Na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, abandonos escolares geram preocupação e comprometem a tarefa de educar e formar cidadãos (IF SUDESTE MG, 2016). Apesar da recorrência com que a evasão aparece em estudos e pesquisas, ao tratarmos de EMI, predomina a escassez de informações (DORE; LUSCHER, 2011), agravada pela complexidade de um problema cujo patamar é incompatível com soluções definitivas e únicas. Bardagi (2007) aponta para escolhas frágeis e mal fundamentadas na adolescência, resultando em surpresas para as quais não se está preparado e, muitas vezes, culminando na evasão. Diante desse cenário, a comunicação pública coloca-se não apenas como um dever, mas como oportunidade, se compreendida como troca e partilha de informações de utilidade pública para o exercício da cidadania, para a manutenção do liame social cuja responsabilidade é incumbência das instituições públicas (BRANDÃO, 2009) e para a inclusão de sujeitos oriundos da classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2004). Assim, torna-se necessário responder a seguinte pergunta: quais são as possibilidades da comunicação pública de promover a inclusão ao ambiente institucional e reduzir a evasão estudantil no Ensino Médio Integrado? E, de forma secundária – considerando os deveres do IF Sudeste MG em se comunicar com a sociedade, de atender as suas necessidades e de favorecer o acesso de jovens e adolescentes a essa instituição, segundo o entendimento de uma educação emancipatória como direito e condição humana –, quais lacunas de comunicação teríamos? Com base na literatura e na visão dos jovens, aos quais se destinam os cursos,

quais práticas contribuiriam para o conhecimento da identidade do EMI e para a promoção da pré-inclusão de estudantes ao ambiente institucional? Esta pesquisa busca responder a esses e outros questionamentos, e encontra sua justifica em diversos pontos de vista, especialmente na necessidade de compreender o EMI como um modelo necessário à realidade dos jovens brasileiros, que, imersos em uma sociedade historicamente injusta, precisam ingressar precocemente no mundo do trabalho (RAMOS, 2010; FRIGOTTO, 2004). Incluindo-os à instituição e estreitando os laços entre a sociedade e o IF Sudeste MG, ofereceremos subsídios para o exercício consciente da cidadania e da livre escolha de papéis que nossos jovens podem vir a desempenhar no mundo do trabalho.

## Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como pesquisa de cunho qualitativo, por ser esta abordagem potencialmente útil em estudos de fenômenos essencialmente sociais, como educação, inclusão, evasão e comunicação (MOREIRA; ROSA, 2016). Está em andamento um estudo documental histórico do EMI no IF Sudeste MG, *Campus Rio Pomba*, e um estudo de documentos formais publicados e relacionados, de alguma maneira, à evasão no IF Sudeste MG; à evasão no EMI; à identidade, às condições, às necessidades e aos objetivos dos cursos; e à comunicação pública como recurso para a inclusão e exercício da cidadania. Inicialmente, buscou-se um aprofundamento no material que embasou a produção do Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IF Sudeste MG (2016), no sentido de identificar, nos registros, as causas da evasão no *Campus Rio Pomba* e as medidas já traçadas para combatê-las.

## Resultados e discussão

Segundo a análise documental (IF Sudeste MG, 2016), os índices de evasão no EMI do *Campus Rio Pomba*, até fevereiro de 2018, variavam de 16% a 48%. Resultados parciais dessa mesma análise, obtidos a partir de respostas de 34 evadidos e 220 estudantes de cinco cursos técnicos integrados do *Campus Rio Pomba*, demonstram que, na perspectiva dos alunos, a carga horária e a falta de identificação com os cursos são os principais fatores de evasão. Dos 11 problemas mais expressivos – citados mais de 10 vezes pelos entrevistados –, cinco estão relacionados à identidade institucional. E, nessa categoria, a carga horária “puxada” e a falta de identificação com o curso (“não era o que eu queria”) representam cerca de 70% dos motivos apontados. Entre outras constatações, confirma-se a falta de conhecimento prévio sobre a identidade do EMI e as particularidades de cada curso, levando à crença no potencial da Comunicação Pública em favor da informação e conscientização de alunos em potencial e, conseqüentemente, em favor de suas escolhas, restando-nos descobrir as melhores maneiras de aproveitamento dessa lacuna, que se traduz em oportunidade.

## Referências

- BARDAGI, M. P. **Evasão e comportamento vocacional de universitários**: estudo sobre desenvolvimento de carreira na graduação. 242 f. Tese (curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- DORE, R.; LUSCHER, Ana Zuleima. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 144, p. 770-789, Dec. 2011 .
- FRIGOTTO, G. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Ensino médio**: ciência, cultura e trabalho. Brasília, MEC/SEMTEC, 2004, 338 p.
- \_\_\_\_\_. CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2012. P. 149-174.
- INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – IF SUDESTE MG. **Plano Estratégico para a Permanência e Êxito dos Estudantes do IF Sudeste MG**. Juiz de Fora, MG, 2016. Disponível em: [https://www.ifsudestemg.edu.br/sites/default/files/PLANO%20PERMANENCIA%20E%20EXITO%20%20-%20final\\_1\\_0.pdf](https://www.ifsudestemg.edu.br/sites/default/files/PLANO%20PERMANENCIA%20E%20EXITO%20%20-%20final_1_0.pdf). Acesso em: 29 nov. 2017
- MOREIRA, M. A.; ROSA, P. S. **Pesquisa em Ensino**: Métodos Qualitativos e Quantitativos. Recopilação de trabalhos publicados ou apresentados em congressos. Porto Alegre: 2009/2016.
- PAULA, F. S. TFOUNI, L. V. A persistência do fracasso escolar: desigualdade e ideologia. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. São Paulo: USP, 2009.
- RAMOS, M. In: MOLL, J. *et al.* **Educação profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

## Financiamento

O financiamento é próprio da pesquisadora principal (estudante), que recebe recursos do Programa de Apoio a Qualificação (ProAq) do IF Sudeste MG.

# 34

## **PROEJA: FORMAÇÃO HUMANA INTEGRADA PARA OS JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

### **João Batista Lucena**

Licenciatura em Física, IFRN.

*E-mail:* joao.batista.lucena@gmail.com.

### **Débora Suzane de Araújo Faria (Orientador)**

Mestre em Educação, IFRN.

*E-mail:* debora.faria@ifrn.edu.br.

## Resumo

Este artigo trata do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), *Campus Caicó*. O trabalho analisa os motivos da permanência de estudantes do referido programa no âmbito da trajetória de estudos. Utilizamos a pesquisa bibliográfica, a análise documental, a entrevista semiestruturada, o grupo focal e analisamos as falas de alguns sujeitos. Mediante a pesquisa, concluímos que a permanência de estudantes é motivada por condições institucionais concernentes à qualidade do ensino (infraestrutura e qualificação da equipe técnica e dos professores), como também às condições socioeconômicas e pessoais, como o apoio dos colegas e da família. Concluímos, então, que os motivos da permanência têm sua origem nas inter-relações entre aspectos institucionais, socioeconômicos e pessoais.

**Palavras-chave:** PROEJA; Permanência; Êxito.

## Introdução

Este artigo resulta de pesquisa que investigou os motivos da permanência de jovens e adultos no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)/Ensino médio, no *Campus Caicó*, do IFRN<sup>1</sup>. Dos jovens e adultos que participaram do estudo, os que permaneceram frequentavam o Curso Técnico de Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O artigo encontra-se dividido em três partes: na primeira, discutimos a permanência a partir da constituição de sentidos enquanto dimensão social e pessoal. Na segunda parte, tratamos da permanência no curso de Eletrotécnica do PROEJA desenvolvido no *Campus Caicó*, à luz da visão dos sujeitos – docentes e discentes – envolvidos no Programa. Em seguida, apresentamos as considerações finais.

## Metodologia

Esta pesquisa foi orientada com o objetivo geral de investigar as causas da permanência de estudantes do PROEJA/ensino médio no *Campus Caicó*. Para desenvolver este estudo, foram consideradas as seguintes questões: nos anos 2000, quais políticas públicas educacionais anunciaram a conquista de direitos no âmbito do ensino médio, da educação profissional e da educação de jovens e adultos? Quais as concepções sobre a permanência na EJA? Quais os motivos da permanência de estudantes no PROEJA? A partir do depoimento dos sujeitos (gestor acadêmico, professores e estudantes), buscou-se compreender as causas da permanência dos estudantes no curso técnico em Eletrotécnica. Para alcançar o objetivo delineado e responder às questões da pesquisa, os primeiros procedimentos se relacionaram a aproximações com o objeto de estudo e com a documentação e as referências bibliográficas a ele relacionadas. O objetivo da pesquisa documental/bibliográfica foi catalogar e indicar os fundamentos teóricos e os percursos empíricos.

Portanto, a metodologia que escolhemos para fins investigativos partiu fundamentalmente de uma postura epistemológica, que, enquanto teoria, possui uma concepção de ciência e de mundo que discute a realidade, não apenas a sua aparência. Para tanto, na análise da realidade concreta, procuramos discutir a dicotomia entre a teoria e a prática na educação. Conceito central para o materialismo histórico-dialético, a realidade concreta não é caótica ou incompreensível em sua totalidade, mas deve ser apreendida através da abstração do real para o plano concreto e, partindo de categorias históricas de produção material, conseguir chegar à totalidade, onde temos a síntese das determinações e a unidade na diversidade <sup>2</sup>.

Elencamos como sujeitos da pesquisa a turma do curso técnico em Eletrotécnica/PROEJA, com 15 estudantes. A escolha dos professores teve como premissa o fato de terem lecionado nos semestres letivos em que não houve desistência. Escolhemos, ainda, o gestor geral e o acadêmico para serem entrevistados.

Em particular, para o desenvolvimento dessa pesquisa, utilizamos as seguintes técnicas: revisão bibliográfica; estudo documental; técnica de grupo focal (coleta dos depoimentos) e entrevista semiestruturada. Para analisar os depoimentos coletados, usamos a técnica de análise de conteúdo.

## Resultados e Discussão

Analisando as razões de muitos estudantes prosseguirem os estudos no Curso Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio no âmbito do PROEJA, *Campus Caicó*, realizamos uma pesquisa empírica cujos sujeitos participantes foram assim divididos: dois professores, sendo um professor das disciplinas da educação geral (PEG) e um professor das disciplinas da formação profissional (PFP), um gestor acadêmico (GA) e os estudantes que permaneceram (P).

Inicialmente, é importante destacar a elevada desistência. Dos 77 estudantes, divididos em duas turmas, que iniciaram o curso de Eletrotécnica em 2009.1, apenas 15 continuaram matriculados em 2013.1, último período do curso. Isso representa uma desistência de 80,5% da turma.

Quadro 1 - Motivos da Permanência

CATEGORIAS	PERMANECERAM	Nº
QUESTÕES INSTITUCIONAIS	P1, P2, P3, P4, P5, P9, P11, P12	08
Infraestrutura física da Instituição	P9, P11, P12	03
Práticas pedagógicas dos docentes	P1, P3, P4, P5, P9, P11, P12	06
Qualidade do ensino	P2, P4, P9	03
QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS E PESSOAIS	P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P10, P12, P13, P14, P15	12
Apoio dos colegas e da família	P5, P6, P7, P8, P12, P13, P14	07
Valorização profissional e pessoal	P2, P3, P4, P10, P15	05

Fonte: elaboração dos autores.

De acordo com o exposto nos depoimentos dos estudantes, as questões institucionais, socioeconômicas e pessoais estão na gênese dos motivos da permanência na escola. Esclarecemos que os estudantes relataram mais de uma categoria e subitens como motivos para permanecer no curso. No que se refere à infraestrutura física da instituição, ressaltaram a limpeza das salas e do Instituto como um todo, enfatizando o fato de ser bem equipado com materiais que facilitam o acesso à aprendizagem. Quanto às práticas pedagógicas dos docentes, consideram que alguns professores tiveram comprometimento com o processo de ensino e aprendizagem, incentivando-os a seguir adiante. As motivações para permanecer na escola têm relação com o processo de ensino e aprendizagem, decorrendo de aspectos ligados ao “eu” e à autoestima<sup>3</sup>. Por sua vez, os professores podem ser percebidos como pessoas que compartilham objetivos.

Em relação à qualidade do ensino, enfatizam a qualificação da equipe técnica e dos professores envolvidos no processo educativo.

Com base na entrevista do professor da formação profissional (PFP) e do gestor acadêmico (GA), acredita-se que os estudantes permaneçam por causa do “crescimento pessoal e aperfeiçoamento profissional que vão possuir ao concluir o curso”.

P11 verbalizou a satisfação em estudar no IFRN, o incentivo de alguns professores, o fato do Instituto ser bem equipado. Ressaltou que, como já trabalha na área, pretende continuar se qualificando depois que terminar o curso.

P3 revelou que a perspectiva de aprendizagem se tornou preponderante para que não desistisse do curso, “[...] a outra coisa que me fez continuar foi a tecnologia que está levando para todos os campos, todas as áreas. Quem não tiver estudo hoje, independente de idade, não consegue trabalhar”. Jovens e adultos, mesmo que não escolarizados, são sujeitos sociais que se envolvem permanentemente em contextos culturais de aprendizagem<sup>4</sup>.

Sobre as questões socioeconômicas e pessoais, apontaram como motivação o apoio dos colegas e da família e a valorização profissional e pessoal. A formação de jovens e adultos conforme a proposta do PROEJA só se justifica pela possibilidade de inserção laboral e inclusão social dos coletivos excluídos que retornam à escola.

## Referências

- [1] FARIA, D. S. A. **O PROEJA Ensino médio no IFRN – Campus Caicó**: causas da desistência e motivos da permanência. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- [2] MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Políticas. Livro 1, Volume 2. São Paulo: DIFEL, 1982.
- [3] TAPIA, J. A., FITA, E. C. **A motivação em sala de aula**: o que é como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.
- [4] PICONEZ, S. C. B. **A aprendizagem do jovem e do adulto e seus desafios fundamentais**. Texto disponibilizado na *Webteca* de site do Núcleo de Estudos em Jovens e Adultos e Formação Permanente, 2003. Disponível em: <http://www.nea.fe.usp.br>. Acesso em: 06 maio 2018.

# 35

## **TERTÚLIA LITERÁRIA DIALÓGICA: EDUCAÇÃO INTEGRAL E DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**Geovane César dos Santos Albuquerque (bolsista PIBIC IFB)**

Curso de Licenciatura em Letras/Espanhol, *Campus Ceilândia*.

*E-mail:* geovanecesardossantos@gmail.com.

**Juliana Harumi Chinatti Yamanaka (Orientadora)**

Mestra em Linguística Aplicada, *Campus Recanto das Emas*.

*E-mail:* 1666871@etfbsb.edu.br.

## Resumo

Neste estudo apresentamos a Tertúlia Literária Dialógica (doravante, TLD), metodologia para a leitura e interpretação de textos criada no *Centro de educación de personas adultas de La Verneda de Sant Martí*, em Barcelona, associando a ela tecnologias sociais utilizadas na educação profissional, para a formação integral enquanto direito humano. Nesta pesquisa bibliográfica, procedeu-se à revisão de literatura referente à TLD, à educação profissional, aos direitos humanos e à educação integral. Após definição dos conceitos operados, apresentamos experiências exitosas realizadas no âmbito da educação profissional e tecnológica e propomos uma reflexão sobre a metodologia supracitada no âmbito da educação profissional e tecnológica.

**Palavras-chave:** Tertúlia Literária Dialógica; Educação Profissional; Direitos Humanos.

## Introdução

Surgida após a Guerra Civil Espanhola, a Tertúlia Literária Dialógica (doravante TLD) é uma metodologia desenvolvida para proporcionar momentos e espaços solidários para a leitura de textos na educação de jovens e adultos, tendo como importantes teóricos que fundamentam sua ação o alemão Jürgen Habermas e o brasileiro Paulo Freire (ALBUQUERQUE, 2016; ANDRADE; PEREIRA, 2014).

Desde 2011, no Instituto Federal de Brasília (IFB), o grupo de pesquisa *Literatura, educação e inovação* passa a ampliar, desenvolver e multiplicar a técnica em cursos superiores, projetos de extensão e ações culturais externas à instituição. As experiências pedagógicas exitosas foram alinhavadas no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, tendo como pressuposto a Literatura enquanto Direito Humano, e culminaram na obtenção do certificado de reconhecimento de Tecnologia Social, outorgado pelo BNDES e pela Fundação do Banco do Brasil de Tecnologia Social, na edição 2015, sob o título: *Tertúlia Literária Dialógica e produção de livros autorais/artesanais*.

Diante das diversas ações educativas registradas no IFB a partir da metodologia, surge a necessidade de compreender em que medida a TLD se relaciona à proposta de educação profissional e tecnológica. Para tal, propõe-se pesquisa bibliográfica que possui, como objetivos específicos, conceituar *TLD, educação profissional, direitos humanos e educação integral*, bem como estabelecer relações entre os conceitos e as experiências exitosas publicadas por Albuquerque (2016), Andrade e Pereira (2014) e Gontijo *et al.* (2016).

## Metodologia

Este estudo se edificou sob o paradigma da investigação qualitativa. Delineado a partir dos objetivos da pesquisa exploratória, realizou-se pesquisa bibliográfica, pela qual se procedeu à revisão de literatura referente à TLD, à educação profissional, aos direitos humanos e à educação integral, publicada em meios impressos e eletrônicos.

## Resultados e Discussão

A Tertúlia Literária Dialógica consiste em encontros semanais em que alunos e professor/animador cultural sentam-se em círculo e leem a obra escolhida. Cada trecho é lido por um dos participantes até que todos o tenham lido. Após a leitura, cada um tem a possibilidade de falar sobre o que mais lhe chamou atenção, de relacionar a obra com sua vida e/ou com intertextualidades. A participação não é obrigatória; porém, são motivados a compartilharem suas reflexões. Enquanto o animador cultural os motiva, o relator registra a síntese da fala num texto denominado *Memória*.

A TLD é uma possibilidade dentro da aprendizagem dialógica (FLECHA, 1997), composta originalmente por sete princípios: diálogo igualitário; inteligência cultural; transformação; dimensão instrumental; solidariedade; e criação de sentido, aos quais o grupo de estudos *Literatura, educação e inovação* agregaram o princípio da *fruição artística* (ALBUQUERQUE, 2016; GONTIJO *et al.*, 2016; SEIXAS; PEREIRA, 2014), compreendida como a necessidade de expressão, que é inerente ao ser humano desde a pré-história.

Um dos resultados da TLD é a confecção de livros autorais/artesanais. A escrita é fruto das motivações de cada encontro e é entendida como manifestação da necessidade de expressão humana; porém, quando transposta para os livros, pode ser entendida também como trabalho, o qual, de acordo com Barato (2014), deve ser compreendido como realização que dá sentido à vida. Nesse sentido, a TLD ressignifica o trabalho ao utilizá-lo durante os processos educativos/criativos, como um preparo para a futura atuação profissional (UNESCO, 2016). Diante disso, considera-se a TLD como modelo de educação integral, pois não opera somente com conteúdos que devam ser apreendidos, mas desenvolve nos estudantes o senso crítico, o viés social da educação, somando-se a isso os conhecimentos referentes à alma humana, à percepção corporal e emocional, às expressões artísticas em suas variadas formas, trabalhando questões nos níveis consciente e inconsciente, ao mesmo tempo em que se aprendem os conteúdos curriculares (ANGELIM, 2006).

A análise das experiências pedagógicas registrada no IFB a partir da TLD sugere alinhamento com os valores propostos pela instituição enquanto promotora da EPT, quais sejam: formação crítica, emancipatória e cidadã; participação, autonomia, pluralismo e integração; respeito à diversidade e à dignidade humana; promoção da inclusão; inovação; e sustentabilidade econômica e socioambiental. Além disso, estão implicadas também nas três funções propostas por Candido (2002): psicológica, formativa e de conhecimento de mundo. Assim, por meio da prática da TLD, é possível 1) satisfazer a necessidade universal de fantasiar; 2) ensinar por meio da literatura; e 3) oferecer aos aprendizes outras visões de mundo. Por fim, destaca-se que atividades dessa natureza, potencialmente, produzem sentimento de pertencimento tanto no grupo como na instituição.

## Referências

- ALBUQUERQUE, G. C. S. Utilização da Tertúlia Literária Dialógica na disciplina de Literatura Hispanoamericana II do Curso de Letras/Espanhol do IFB, *Campus Taguatinga Centro*. In: Encontro Ouvindo Coisas, 5, 2016. *Anais...* Santa Maria, RS: UFSM, GEPEIS, 2016.
- ANDRADE, A. P. S. S.; PEREIRA, J. C. **Tertúlia literária dialógica: teoria e prática**. Guia didático a partir de uma experiência de extensão no Programa Nacional Mulheres Mil. Brasília: Editora IFB. 2014.

- ANGELIM, M.L.P. A Teleducação nos tempos da *Internet*. In: MELO, J. M. *et al* (Orgs.) **Educomídia, alavanca da cidadania: o legado utópico de Mário Kaplún**. São Bernardo Campo: Cátedra UNESCO: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.
- BARATO, J. N. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a Educação Profissional. **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof**, v. 34, n. 3, p. 4-15, 2008. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/262>.
- CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. In: **Textos de Intervenção**. São Paulo: Editora 34/ Duas Cidades, 2002. p. 77-92.
- FLECHA, R. **Compartiendo palabras** – El aprendizaje de las personas adultas a través del diálogo. Barcelona: Paidós, 1997.
- GONTIJO, S. B. F. *et al*. Inovações na organização do trabalho pedagógico da educação superior: a experiência com a Tertúlia Literária Dialógica no estágio supervisionado no curso de Pedagogia. In: 6ª CONFERÊNCIA FORGES. Para que(m) servem a Universidade e as Instituições do Ensino Superior? Balanços, Proposições e Desafios acerca do papel das IES no Séc XXI, 6., 2016, 9nas. **Anais...** Campinas: Seminário FORGES, 2016.
- PEREIRA, J. C. *et al*. (orgs.). **Tertúlia Literária Dialógica: A expressão de mulheres excluídas em Poemas e Diários**. Brasília: Editora IFB. 2014.
- UNESCO. **Educação 2030: Incheon Declaration and Framework for Action: towards inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all**. Brasília, 2016. 56 p.

## Financiamento

Este trabalho recebeu o apoio do Instituto Federal de Brasília por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica de Nível Superior (PIBIC-IFB), Edital nº 13/2017.



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

